

TENSÕES DO TEMPO



A SAGA DO CACAU
NA FICÇÃO DE
JORGE AMADO

Antonio Pereira Sousa

TENSÕES DO TEMPO

A SAGA DO CACAU
NA FICÇÃO DE
JORGE AMADO

© 2001 by ANTONIO PEREIRA SOUSA

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45650-000 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (073) 680-5028 - Fax (073) 689-1126
http://www.uesc.br e-mail: editus@uesc.br

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
CÉSAR BORGES - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ERALDO TINOCO MELO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
RENÉE ALBAGLI NOGUEIRA - REITORA
MARGARIDA CORDEIRO FAHEL - VICE-REITORA

DIRETORA DA EDITIS
MARIA LUIZA NORA

PROJETO GRÁFICO E CAPA:
ADRIANO LEMOS

FOTOGRAFIA:
LUIZ AUGUSTO DO NASCIMENTO

CONSELHO EDITORIAL:

ALTENIDES CALDEIRA MOREAU
DÁRIO AHNERT
DORIVAL DE FREITAS
FRANCOLINO NETO
HENRIQUE CAMPOS SIMÕES
JANE KÁTIA BADARÓ VOISIN
LURDES BERTOL ROCHA
MARIA DE LOURDES NETTO SIMÕES
MARIA LAURA OLIVEIRA GOMES
REINALDO DA SILVA GRAMAGHO
PAULO DOS SANTOS TERRA
ROSANA LOPES
SEBASTIÃO CARLOS FAJARDO

EQUIPE EDITUS

COORD. DE DIAGRAMAÇÃO: CRISTIANO MAIA; **DESIGN GRÁFICO:** ADRIANO LEMOS;
COORD. DE ARTE-FINAL: GEORGE PELLEGRINI;
SUPERVISÃO DE PRODUÇÃO: MARIA SCHAUN; **REVISÃO:** MARIA LUIZA NORA,
DORIVAL DE FREITAS; **COORD. DE POLÍTICA EDITORIAL:** JORGE MORENO..

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586 Sousa, Antônio Pereira.
Tensões de tempo : a saga do cacau na ficção de
Jorge Amado / Antônio Pereira Sousa. - Ilhéus : Edi-
tus, 2001
215p.

ISBN 85-7455-027-2

1. Amado, Jorge, 1912 - Crítica e interpretação. 2.
História social. 3. Cacau - Aspectos sociais. I. Título.

CDD 928.69

*Criar uma coisa bela é ligar o
tempo à eternidade de maneira
a nos redimir da tirania do tempo
(David Harvey).*

Agradecimentos

*Aos Professores colegas da
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
Antônio Fernando Guerreiro de Freitas
Janete Ruiz de Macêdo
Jorge José de Souza
Margarida Cordeiro Fabel,*

que acompanharam meu trabalho e
desse diálogo este texto se originou.

*Ao amigo
José Carlos Santos Silva (Zé Carlinho)*

com quem
“Aprendi novas palavras
e tornei outras mais belas.”
(Drummond de Andrade)

*Este estudo foi apresentado originalmente como
crédito final para obtenção do título de Mestre em
História: História Social, na Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo - PUC-SP, tendo contado com
apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamen-
to de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Universi-
dade Estadual de Santa Cruz - UESC. Estudo iniciado
em julho de 1997 e concluído em 10-08-1999 com a
defesa de dissertação sob o título Tensões do Tempo:
A Saga do Cacau na Ficção de Jorge Amado.*

ABREVIATURAS UTILIZADAS

MG - O Menino Grapiúna

SJ - São Jorge dos Ilhéus

TS - Terras do Sem Fim

SUMÁRIO

Prefácio.....	13
Considerações Iniciais.....	19
OS CAMINHOS DO CACAU RUMO À "NAÇÃO DOS GRAPIÚNAS"	31
As Terras do Cacau.....	31
Apontamentos de Memória	37
Vida Ativa: Ação e Memória.....	45
Vida Ativa: O Romance Social	62
A TERRA ADUBADA DE SANGUE	71
Novas Terras - Começos e Tropeços nos Caminhos do Cacau	72
Terras de Ninguém - Ásperos Tempos.....	85
Muito Além do Espaço.....	107
Tempo Espacializado: a Grapiunidade.....	119
OS FRUTOS DE OURO MUDAM DE DONO	143
Frutos de Ouro: Cacau, Cobiça e Poder	145
Grapiúnas e Forasteiros - O Olhar Desejante	162
A Tocaia – Os Caminhos do Desejo.....	170
A Geração Fracassada - O Olhar da Memória.....	179
Os Alugados: Andantes entre a Vida e a Morte.....	184
Tempo dos Trabalhadores - O Grito de Angústia	195
Considerações Finais	201
Fontes e Bibliografia	211

PREFÁCIO

PREFÁCIO

Constitui-se em enorme prazer a leitura desta dissertação, à parte a sua indiscutível cientificidade e opção teórica.

A linha de tese defendida é claramente atual, assim como é também indiscutível a proximidade História x Literatura, conquanto próprios sua natureza, seus objetivos e seu código. Daí, a nosso ver, vem o acerto dos novos postulados teóricos que, ao invés de aprofundar diferenças, estabelecem cruzamentos nas diferenças. Dessa maneira, História Social e Literatura se complementam. Quem sai ganhando com isso? O objeto, que se torna mais amplo, mais ricamente interpretado; o leitor, vez que se lhe oferece mais um código de leitura sobre o objeto, assim como novas faces interpretativas. O fato deixa de ser o aqui, agora, ou ontem para ser um ontem/hoje/amanhã, envolto em tensões, contradições e recriações.

Portanto, a ótica do Professor e autor, parece-nos muito feliz.

Como pessoa próxima à Literatura, pelo cotidiano do nosso trabalho, gratifica-nos a sensibilidade ante o fenômeno literário que o autor

demonstra; o seu próprio discurso é coerente com a escolha feita. Por outro lado, parece-nos muito sagaz a apropriação do “espírito” da narrativa de Jorge Amado, inclusive em suas contradições.

A narrativa de Jorge Amado, de base neo-realista, conforme bem colocado, é, entretanto, eivada de lirismo e de certo sentimentalismo dos quais o filho e sobrinho de lendários coronéis não pôde despir-se. Aliás, estudo crítico a respeito (Flora Süssekind, em Tal Brasil, Qual Romance?) destacou esta coloração ficcional de Jorge Amado. Discutindo a questão da busca da identidade na ficção brasileira e estudando uma linha evolutiva do nosso romance, Flora Süssekind detém-se em nomes significativos, tais como Machado de Assis, Graciliano Ramos e Jorge Amado. E, de certo modo, enxerga no autor baiano a sua impossibilidade de libertação dos laços afetivos muito fortes que o vinculam à figura dos coronéis. Tratando, também, da mesma questão da identidade, Luiz Costa Lima, eminente crítico e teórico da Literatura Brasileira, discute a relação documento x literatura no sentido de destacar o caráter preferencialmente documental que assumiu a prosa de ficção no Brasil, e atribui isso, assim como Flora Süssekind, à necessidade de dar uma “fisionomia” à nossa produção. Nessa visão, autores como Jorge Amado, estariam muito próximos dessa linha documental, em que o imaginário seria “submetido” e não o grande “motor”. Mas esta é uma longa discussão e que não cabe aqui.

Essas considerações, entretanto, apenas seriam observações periféricas face aos propósitos deste trabalho, que nos parecem muito claros.

*Preocupado em entender e explicar a formação da comunidade grapiúna assentada sobre o móvel do seu desenvolvimento, o cacau, o autor envereda pelos estudos acerca do chamado romance social. E, valendo-se desse entendimento, vê os romances estudados, **Terras do Sem Fim** e **São Jorge dos Ilhéus**, nessa categoria, seguindo o dizer de Fábio Lucas, segundo o qual o leitor encontrará no dito romance social a possibilidade de “[...] contemplar as forças decisivas da História, aquelas que darão significado ao esforço humano.” E aí, justifica-se plenamente a sua visão de Jorge Amado e a sua eleição. Jorge Amado,*

nos romances em foco, deixa bem claras essas “forças decisivas” atuantes neste mundo “acre-doce” do cacau. E mais, como bem vê o autor, conforme suas próprias palavras, “o escritor [...] consegue dar uma feição universal a suas personagens e a suas relações”, chegando a fenômeno geral e universal: a exploração do homem pelo homem, a busca da realização. É bem conclusivo o seu próprio dizer: “Os dois romances são uma indagação sobre o tempo histórico de sua inserção – a um só tempo uma explicação e uma busca de compreensão desse tempo deflagrado”.

Indo mais profundamente nessa linha de raciocínio, o Prof. Pereira vê Jorge Amado também como o crítico social, aquele que, através da sua engrenagem ficcional, libera manifestações regionais (cultura) e práticas efetivas do tempo-espaço. Isso leva a refletir sobre certa linha da crítica acadêmica brasileira que refuta a obra de Jorge Amado, face à popular receptividade do seu texto. Aliás, o próprio escritor, em misto de modéstia e sabedoria, diz se considerar um “mero contador de histórias”. O estudo atento de sua obra o faz ver, porém, como um efetivo e consciente conhecedor das engrenagens sociais. Se parece, a muitos estudiosos, a narrativa amadeana aparentemente apenas memorealesca e intuitiva, de raízes sentimentais ou político-ideológicas, a análise mais apurada e a reflexão sobre o seu discurso levam à certeza de sua aguçada percepção dos fenômenos sociais. Jorge Amado não nos parece tão “ingênuo” quanto possa parecer. O vislumbre utópico não seria, em nossa visão, mera consequência de uma juventude sonhadora e desejosa de transformações sociais, mesmo porque Jorge Amado soube conviver dignamente com as esperanças e decepções da crença e da ideologia abraçadas. Ele se impõe, acima de tudo, como um grande humanista. Um homem que talvez tenha, desde muito cedo, compreendido a fragilidade do ser humano e por ele tenha se tomado de compaixão e tenha, em consequência disso, colocado sua pena a serviço dos mais sofridos, sem que com isso tenha passado a odiar os menos sofridos (aparentemente), vez que os via, a todos, em suas grandezas e suas fraquezas.

Assim, o estudo realizado pelo Prof. Pereira, nesta aproximação história x literatura, entendeu Jorge Amado como o escritor que, facilitado pela prodigiosa memória, depósito das vivências, por uma sutil capacidade de percepção das coisas e dos fatos e por um sincero amor à sua gente, foi capaz de, via ficção, debuxar a sociologia destas terras do cacau e fazer entrever um futuro e uma utopia.

*Aliás, felizmente, crítico brasileiro da envergadura de José Guilberme Merquior, no seu **O elixir do Apocalipse**, diz que “Jorge Amado prima pela seiva cômico-sentimental do seu narrar, combinada com a abrangência do seu registro social. Numa palavra: ele é o Dickens do nosso Regionalismo(...)”.*

Convém lembrar ainda que, lembrando o eminente Antônio Cândido, Merquior repete que “no Brasil, foi a literatura que fez as vezes de conhecimento sociológico, e nos ajudou a nos interpretarmos e criticarmos a nós mesmos”.

Assim, a Literatura se faz também fonte e a História deixa de ser apenas registro para expressar densidade e caracterização de um povo. O trabalho do autor; portanto, se faz consentâneo, coerente e contribui para uma nova interpretação destas “Terras do Sem Fim...”

Margarida Cordeiro Fabel
Professora de Literatura Brasileira do
Depto. de Letras e Artes da UESC.

Considerações Iniciais

[...] é significativo que, embora a história, no decorrer dos séculos, tenha muitas vezes trocado de parceiro e desafiado a maioria de seus mestres, ela nunca renunciou à sua profícua afeição pela literatura. Parece um pouco tarde para romper uma ligação que persistiu por tanto tempo e tem sido tão agradável para as duas companheiras (Peter Gay - O Estilo na História).

A Capitania de São Jorge dos Ilhéus demarcou um espaço geográfico que se perdia na imensidão natural de matas virgens, ali onde São Jorge dos Ilhéus, a sede da Capitania, nos três primeiros séculos de existência, não passava de uma simples aldeia, “em cujos arredores os mesquinhos colonos viviam reduzidos a plantar mandioca e outros vegetais para o seu sustento”, como expressou Campos (1981) em sua *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*”.

O cacau mudou tudo isso e o fez numa velocidade que repercutiu intensamente em outras regiões do Brasil. Em 1825 há notícias da exportação

de 25 toneladas de cacau. Quarenta anos depois, a exportação salta para 811 toneladas. O lento avanço pela floresta adentro nos 300 anos anteriores ganha agora velocidade, ao lado do interesse no domínio de novas áreas para o plantio de roças de cacau.

A divulgação dos auspiciosos preços internacionais do cacau, associada com as notícias da disponibilidade de terras devolutas no sul da Bahia, transferidas para o domínio do Estado pela primeira constituição republicana (1889), estimulou um fluxo migratório intenso de populações do interior da Bahia, de Sergipe, de Alagoas e do Ceará, para o sul da Bahia, todas elas atingidas por secas intermitentes.

A presença da árvore do cacau no sul da Bahia decretou a luta contra o poder natural da floresta, com seus animais e mitos (acontecimento fabuloso). Dessa condição a-histórica de selva, foi surgindo a região do cacau, em estágios distintos, constituindo-se, gradativamente, num espaço cultural diferenciado. Num primeiro momento, os pioneiros viviam numa espécie de equilíbrio cósmico com a terra. O avanço do homem sobre a mata era mínimo. Numa segunda fase, temos o tempo histórico dos desbravadores, em busca do plantio do cacau (século XIX). O equilíbrio inicial se desfaz ao se intensificar o avanço do homem sobre a mata, na cobiça pela posse de terras, na disputa pelo processo acumulador de propriedade e de poder.

Materializavam-se no cacau as tensões e as contradições ao romper, de forma radical, a secular convivência dos elementos formadores do espaço natural de matas virgens.

Desse modo, a tese a que me proponho é compreender essa saga resultante do desbravamento das matas do sul da Bahia, para o plantio do cacau, fazendo uma reflexão sobre a teia social, conflitos e entendimentos que se formaram nesse espaço.

Estar em Ilhéus, bem no centro do palco em que se encenou a saga do cacau, é sentir ainda as vibrações dos diferentes momentos vividos pela Região. Vibrações presentes no que resta ainda da Mata Atlântica, no amarelo do cacau que ainda floresce de maio a dezembro de cada ano, nos cânticos dos trabalhadores colhendo e secando cacau, no acre-doce cheiro do ar expelido pelas fábricas de chocolate, nas construções fáusticas dos casarões, residências dos coronéis, no velho porto, com seus cais de madeira e seus amplos armazéns. Um mundo imenso de sentidos e significados escondem-se em cada uma dessas expressões, vestígios que lembram o palco e a cena das lutas dos que fizeram deste espaço no sul da Bahia um lugar de enfrentamentos, de dores, de amores infinitos, de esperanças e realizações grandiosas.

Para entender aspectos da convivência desse universo social, construído, como foi, a partir da luta em torno do plantio do cacau, mundo de significados inscritos no jeito de ser de cada pessoa, de cada grupo, utilizei-me de recursos da História Social ajudados pelas aquisições da Literatura, conforme fontes e bibliografia citadas.

A História Social, na sua proposição de compreender os fazeres do cotidiano de cada sociedade, tem condições de revelar a teia de relações que se processou no corpo social. Num corpo social, cada

grupo cria o seu modo de viver específico (sua cultura), sobrevivendo daí funções e significados próprios que explicam as razões por que cada sujeito ou grupo empreende suas ações de modo diverso. Esse modo de agir distinto vai depender de combinações que se processaram nessa complexa relação entre as necessidades do indivíduo/grupo e os diferentes lugares e momentos de sua realização. Lynn Hunt, em seu texto, *A Nova História Cultural*, teoriza com clareza essa idéia:

Ao interpretar os padrões e os significados simbólicos desses fenômenos culturais, o historiador pode revelar de que modo o sistema social se ajusta e como os participantes percebem a si próprios e ao mundo exterior

Desse modo, a História Social investiga as lutas do viver humano expressas em cada canto da teia social, seja sob formas organizadas, em estruturas amplamente divulgadas no seio social, seja sob formas veladas, presentes nos espaços marginais, nos interesses divergentes dos setores dominantes estabelecidos.

Nesse meu interesse de buscar desvendar esse social que se constituiu em torno do cacau, a História Social será auxiliada pelas aquisições da Literatura. Essas aquisições, que são a razão da obra literária, estão na sua finalidade: agradar, proporcionar prazer, excitando nossa imaginação a ponto de levar a sentimentos e percepções antes insuspeitados. E ao proporcionar esta espécie de excedente de percepção e de compreensão sobre o mundo e sobre nós, é

que a Literatura se faz portadora de saber. Em razão disso, as obras literárias, na contem-poraneidade, adquiriram grande importância enquanto fonte para o historiador.

Nessa condição de portadora de saber, a Literatura ganha propriedades comunicativas, trazendo em si mensagens. Mensagens que se expressam não através de conceitos, como fazem a História e outras ciências, mas por símbolos, por imagens, em razão de que essas mensagens fazem alusão ao real, mas elas podem não estar falando precisamente do real, ao menos não em um senso primeiro e evidente. Elas fazem apelo à significação. Elas aludem à realidade, evocam a realidade, representam o real e, assim interpretam, compreendem e conhecem a vida, o homem, o mundo.

A História e a Literatura habitam regiões diferentes uma da outra e, por isso mesmo, De Decca fala de uma relação controversa entre elas, enquanto “[. . .] medida de possibilidades do uso da literatura no campo da prática historiográfica. . .”. Leenhardt também fala de uma diferença entre a ficção e a historiografia: “... são dois procedimentos, dois caminhos diferentes . . .”, embora ressalte que os objetivos são os mesmos: constroem, em termos, o social que somos, revelando-nos como cultura.

O procedimento deste estudo não é aventurar explicações sobre essa relação História/Literatura, nem mesmo *refazer* o trajeto de qualquer escritor, confrontando seus romances com outros documentos, que haveriam de permitir verificar a autenticidade dos dados históricos neles contidos e a dimensão sócio-histórica dos elementos fictícios.

O caminho que trilhei na construção deste estudo foi outro. Acolhi a idéia defendida por Raymond Williams, em *O Campo e a Cidade*, que nos mostra que a produção literária possui densidade enquanto agente ativo na vida social, constituindo, por isso, um elemento de grande peso e valor na elaboração da memória de uma sociedade, à medida em que ela possui a força de instituir o imaginário, de agir ativamente no social. A produção literária é uma reflexão sobre o social, sobre as práticas sociais e não apenas uma repetição destas, logo, possibilita-nos perceber o contexto social mais amplo no qual foi produzida. Os romancistas, como os historiadores, vão construindo uma certa história social, vão instituindo uma memória em detrimento de outras, dentro de um momento e um contexto em que cada um se encontra.

Neste estudo, pude captar valores, concepções, sentimentos e relações sociais nas suas formas mais diversas. Nessa análise, alcancei certa compreensão da vida cotidiana dessa sociedade grapiúna, no que foi necessário e imprescindível interpor, interpelar, transpor e interpretar textos literários, mas também deixá-los falar, mostrar-se e defender-se, sendo eu, o pesquisador, um interlocutor desse diálogo:

Os vivos se vêem no meio-dia da história. Eles se sentem obrigados a oferecer um banquete ao passado. O historiador é o arauto que convida os mortos para a mesa (Benjamin, apud Rouanet, 1989:46).

É nessa intercepção da História Social com a Literatura que este estudo possibilitou apreender algumas das contradições do contexto social do desbravamento do sul da Bahia para plantio do cacau. Contradições essas reveladas num sistema de mando e obediência, de lutas e resistências, travadas nos idos tempos do final do século XIX até os anos 30 do século XX, tomando-se, como fonte principal, textos do escritor Jorge Amado.

Escolhi a ficção de Jorge Amado como um tipo especial de fonte porque ele preestabeleceu, prefigurou, de certa forma, a visão da história local, pela rica dramatização que conseguiu dar ao material histórico. Isso permite ao pesquisador captar o mundo que a obra de ficção projeta para fora dela mesma: a epopéia, o drama, o modo de viver e de lutar. Ecos de um mundo exterior ao texto que a sensibilidade do autor reconstruiu em forma de arte, fazendo-os belo na representação da linguagem literária. Belo de tal modo que quem escute a narrativa ou a leia não apenas a compreenda, mas também a sinta: “Eu não sei se esta história é verdadeira ou não, eu sei que ela é bonita”, declara Jorge Amado em várias de suas entrevistas sobre seus romances.

É dessa base formada pela História Social e pelos romances de Jorge Amado que este estudo coloca os problemas de interpretação, como busca dos sentidos e significações das experiências na sua historicidade. É daí que aparecem as questões de saber o que os textos amadianos referenciados dizem, o que eles podem dizer e o que eles quiseram dizer num dado momento. Isso pressupõe levar em conta o contexto em que o processo histórico se movia configurado na ação do

empreendimento dos desbravadores, ao conquistar terras, derrubar matas e plantar árvores do cacau.

Isso corresponde a compreender que a sociedade engloba um vasto sistema de influências recíprocas, em que, de certa forma, condiciona e guia o escritor para criar a narrativa literária. No caso presente de Jorge Amado, que nasceu em 1912, numa roça de cacau, bem no meio das intrigas que resultaram do desbravamento do sul da Bahia, ele pôde sentir com intensidade o social que aí se estruturou, pôde exprimir sua originalidade a partir das condições reais de sua existência, tornando seu trabalho literário uma percepção e uma apreciação desse social, no que acolhe a tese do crítico literário Antonio Cândido, ao ressaltar que “. . . a obra literária surge na confluência entre a iniciativa individual e as condições sociais, indissolivelmente ligadas”.

Lendo, pois, as obras do ciclo do cacau, de Jorge Amado, lemos a sociedade que aqui se instalou, enxergamos o homem que venceu a luta contra as matas e estabeleceu no sul da Bahia a sua morada e construiu sua vida, fazendo-se grapiúna, ilheense.

Neste estudo, estou tomando como fonte principal os romances *Terras do Sem Fim* (de 1942) e *São Jorge dos Ilhéus* (de 1944).

Nesses dois livros (Terras do sem Fim e São Jorge dos Ilhéus) tentei fixar, com imparcialidade e paixão, o drama da economia cacaueira, a conquista da terra pelos coronéis feudais no princípio do século, a passagem das terras para as mãos ávidas dos exportadores. . . (Jorge Amado).

Deixei de utilizar os textos *Cacau* (de 1933) e *Gabriela Cravo e Canela* (1958), considerados romances rurais do ciclo do cacau, pelas seguintes razões: *Cacau* e *Terras do Sem Fim* tratam de um mesmo assunto. Em *Cacau*, no entanto, o autor fala de acontecimentos contemporâneos ao ato de sua própria escrita. Descreve uma *terra do cacau* correspondente a seu presente imediato. Ademais, o texto *Cacau* é considerado como uma experiência da juventude, simples “caderno de aprendiz de romancista”, conforme entendeu o crítico literário Eduardo de Assis Duarte. O *Cacau* foi escriturado sob um forte apelo ideológico, por conta do recente ingresso do autor na *Juventude Comunista* (1932), no que propõe níveis de consciência ainda impossíveis aos trabalhadores rurais.

Já em *Terras do Sem Fim*, o ponto de vista do autor assume relevância crítica e com plena percepção da distância temporal entre o ato da escrita e os acontecimentos narrados.

Gabriela Cravo e Canela, por sua vez, foi realizado num momento de desencantamento total de Jorge Amado com o Partido Comunista Brasileiro, quando encaminhou suas questões para outros temas, diferentes do campo do operário. Jorge Amado deixa o Partido em 1956 e se liberta de certos condicionamentos partidários, construindo não mais personagens das lutas políticas diretas, mas aquelas de um mundo onírico, em que a força da atração ideativa deixa de ser a justiça social, para se concentrar na aspiração da liberdade.

Foi pensando em compreender as tensões sociais resultantes dessas lutas, que se constituíram na saga do cacau no sul da Bahia, que decidi organizar este trabalho nas fases que se seguem.

A primeira fase, intitulada *Caminhos do Cacau Rumo à Nação dos Grapiúnas*, se propõe a uma compreensão sobre o espaço que mais tarde se transformou em terras do cacau e sobre o significado da presença do cacau no sul da Bahia, enquanto interface que possibilitou o desenvolvimento de uma experiência de sociabilidade, configurada num quadro cultural sintetizado na *civilização do cacau*. Utilizo como fonte para este estudo inicial, numa primeira parte, textos de historiadores locais (citados no decorrer deste primeiro capítulo), preenchendo o silêncio de Jorge Amado sobre o período anterior aos interesses do cacau no sul da Bahia, que entendo importante ressaltar, dada sua natureza de referência, fundamental à compreensão dos questionamentos levantados nos demais capítulos. Numa segunda parte, apoiado em *O Menino Grapiúna*, de Jorge Amado, e em algumas de suas entrevistas e discursos publicados em livros, valorizo suas lembranças e experiências que resultaram na criação dos dois textos tomados como fonte (*Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*), em razão da riqueza dessas suas lembranças, pelo privilégio do que pôde assistir e, por vezes, participar.

A segunda fase, *A Terra Adubada de Sangue*, sustentado no texto *Terras do Sem Fim*, é o instante do estudo sobre as aventuras do desbravamento das terras do sul da Bahia. Momento das lutas pelo domínio das terras, visando sua transformação em roças de cacau, que fizeram dos desbravadores senhores poderosos, que “reinaram” sobre uma massa imensa de trabalhadores “servis”, gerando uma concentração de riqueza e poder sem limites. A partir daí, o estudo encaminha-se pela terceira fase, Os

Frutos de Ouro Mudam de Dono, tomando como fonte o romance *São Jorge dos Ilhéus*. A produção de cacau, resultante desse esforço do desbravador, gerou um rico comércio internacional, atraindo para a região do sul da Bahia exportadores de vários outros países que, aos poucos, em táticas incompreensíveis aos velhos desbravadores, vão assumindo os lugares dos coronéis em importância e riqueza. Em meio a essas mudanças, trabalhadores do cacau, homens silenciados pela força dos coronéis, demonstrando habilidades frente às novas dificuldades, construíram um novo modo de resistir e viver, puseram-se em público à sombra do movimento socialista.

Faço, por fim, considerações finais como resultado dessa compreensão que foi possível obter sobre um momento especial de transformação significativa do sul da Bahia, fazendo desse espaço uma comunidade cognoscível no sentido conceituado por Raymond Williams: “E esta, portanto, não é a comunidade conhecida, e sim cognoscível: uma sociedade selecionada por um ponto de vista selecionado”.

O autor.

OS CAMINHOS DO CACAU RUMO À “NAÇÃO DOS GRAPIÚNAS”

As Terras do Cacau

A saga do cacau narrada em *Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus* foi uma construção inspirada nas atividades dos homens que ocuparam grande parte da faixa da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, doada a Jorge de Figueiredo Correia, na forma da Carta Régia, de 25 de abril de 1534.

Nesse início de colonização, uma mata imensa cobria toda a extensão da Capitania, com seu solo fértil, rios caudalosos e piscosos. Essa riqueza natural abria certa esperança aos colonizadores, nas suas intenções de exploração do espaço. Pela imensidão da mata virgem, logo se definiu pelo comércio de madeira de lei e depois pelo plantio da cana-de-açúcar. As atividades em torno da cana-de-açúcar alcançaram real importância econômica e fizeram a Capitania de São Jorge dos Ilhéus ser considerada, nos primeiros anos da colonização, uma das mais rendosas do Brasil, ainda com a presença administrativa de Francisco Romero, procurador do donatário Jorge de Figueiredo Correia.

Foi desse começo, longínquo, que foi se constituindo o ambiente do mundo do cacau que, mais tarde, Jorge Amado apreende em sua ficção.

Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus são uma narrativa do desbravamento das matas do sul da Bahia para o plantio do cacau. Uma narrativa de um momento em que a lavoura cacauieira já alcançava reconhecimento de importante riqueza econômica. Por isso mesmo, o texto já começa falando em homens poderosos, donos de largas roças de cacau, reconhecidos como *coronéis*. Essa lavoura cacauieira ganhou importância e atraiu para o sul da Bahia muitos outros interessados. Num primeiro momento, apenas trabalhadores, homens expulsos pelas secas inclementes de suas terras de origem. Num segundo momento, começaram a chegar a Ilhéus os aventureiros, pequenos e grandes comerciantes. Esses comerciantes se tornaram exportadores de cacau e viraram grandes proprietários de terras tomadas dos coronéis.

Esse é um sinal da narrativa que deixa transparecer um primeiro aspecto sobre um antes não narrado, uma existência de uma fase anterior, quando o cacau ainda não era notícia. Momento em que homens destemidos enfrentaram a mata virgem, conquistaram largas áreas de terra e fizeram aqui no sul da Bahia a sua morada, tornando-se, mais tarde, fazendeiros de cacau. Esse antes não narrado foi reconstruído na trama ficcional em toques rápidos, na fala de uma ou outra personagem, em lembranças do que fora vivido ou do que ouvira de outros.

Outro sinal presente na narrativa é o indicativo de um tempo em que a lavoura do cacau já alcançava reconhecimento como importante riqueza econômica e era cobiçada por ricos comerciantes que se instalaram na região, primeiro como exportadores de cacau e depois como proprietários de roças. A narrativa, então, estaria circunscrevendo um período que se iniciava no final do século XIX e se estendia aos anos 30 do século XX.

Esse momento anterior, sugerido na narrativa, foi uma espécie de “espaço-gênese” daquelas tensões que marcaram as intrigas constantes dos textos *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus* e fizeram surgir figuras humanas diversas, delineadas pela criatividade artística de Jorge Amado. Esses homens foram marcados pelo tempo de poucos recursos, que exigia grande esforço físico nas empreitadas de derrubar matas, usando ainda como instrumentos básicos o machado e o facão. Homens que se fizeram corajosos e poderosos.

Esse espaço-gênese tinha a ver com o modo como foi se desenvolvendo o processo de colonização da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, em terras inicialmente habitadas por diferentes tribos indígenas. Uma logo se afeiçoaram aos colonizadores portugueses (Tupiniquins) e outras (Aimorés) eram arredias e criaram grandes problemas, atacando de surpresa os moradores, criando dificuldades ao empreendimento da colonização, tropeços que se repetiram nos caminhos do cacau.

Foi para esse espaço que as sementes do cacau foram trazidas do Pará pelo colono francês Luiz Frederico Warneaux e aqui plantadas em 1746 por Antonio Dias Ribeiro, em sua fazenda Cubículo, às margens do Rio Pardo, atual município de Canavieiras. Desse primeiro plantio, o cacau foi se espalhando por diversas regiões do sul da Bahia. A trajetória da lavoura cacaueira, inicialmente simples planta exótica, cultivada em fundo de quintais, vai, lentamente, ganhando importância, graças ao interesse de modestos fazendeiros, autênticos pioneiros e desbravadores, sem qualquer apoio de terceiros ou oficial. O desenvolvimento mais significativo dessa lavoura veio a ocorrer nas proximidades da vila de São Jorge dos Ilhéus. Ali o cultivo do cacau se firmou como monocultura de exportação.

Embora o cacau começasse a comparecer regularmente como produto de exportação desde 1830, nota-se um crescimento em ritmo bastante moderado até 1860. A partir deste ano, os resultados das exportações demonstraram que a lavoura se afirmou e vai ganhando expressão cada vez maior até assumir, a partir de 1904, a liderança na pauta estadual de exportação, assegurando essa posição para muito além do final da Primeira República. Vale observar que até o advento do Pólo Petroquímico de Camaçari (BA), (década de 1970), o cacau continuou a ser o principal produto exportado pela Bahia, conseqüentemente a principal fonte de receita deste Estado. No período entre 1890 e 1930, o cacau alcançou todo seu esplendor. Imensas áreas de mata

cederam espaço para o plantio cada vez maior de roças de cacau e sufocou a já débil policultura de cana-de-açúcar, café e mandioca, ainda existentes, a ponto de escassear inteiramente os produtos de manutenção dos núcleos urbanos, ou, como afirma o professor Antonio Fernando Guerreiro de Freitas:

[...] aquela região perdeu a sua base material, que se mantinha secularmente baseada na policultura de subsistência. A partir de 1890, os recursos disponíveis terão um só destino: produzir amêndoas de cacau [...]

Esses cacaucultores, de posse de largas fazendas, colhendo até cinqüenta mil arrobas por ano, dominando mais de trezentos trabalhadores, eram produtores de um gênero agrícola de exportação, cujo mercado guardava outros níveis de conhecimento. No processo de venda das amêndoas do cacau, particularidades negociais apareciam: jogo de interesses de bolsas de mercadoria, especulações capitalistas, etc., experiências bem diferentes daquelas vividas pelos fazendeiros inteiramente dedicados ao cultivo do cacau, isolados no meio do mato. Em razão disso, esses cacaucultores foram obrigados a se relacionar com exportadores, ricas empresas que cuidavam do processo de venda do cacau no exterior e, muitas delas, passaram a funcionar como verdadeiras casas bancárias, financiando os interesses diversos de seus fornecedores, assegurando a entrega do cacau colhido em cada safra, numa prática que passou a ser conhecida como venda de cacau futuro. A cada

financiamento, o fazendeiro, mediante contrato, comprometia-se a entregar ao exportador/financiador quantidade de cacau da safra a ser colhida no ano seguinte. O professor Gustavo Falcón, em seu livro, *Os Coronéis do Cacau*, confirma essa questão:

Os exportadores desempenham papel singular... Muitas vezes são responsáveis também pelo abastecimento regional, colocando na praça da cidade toda a espécie de bens importados de fora da região.

Jorge Amado narra a aventura dessas pessoas que construíram esse espaço do sul da Bahia, denuncia a injustiça social na exploração do trabalhador, ressalta a ambição do domínio dos proprietários de terras e sua luta para garantir o poder político sob seu controle. Essa hegemonia “feudal” confrontava-se com os interesses imperialistas dos exportadores.

Não eram poucos os sujeitos que fizeram essas terras tornar-se grapiúnas (Ilheenses. “Chegavam (os estrangeiros) e em pouco eram ilheenses dos melhores, verdadeiros grapiúnas plantando roças” - Jorge Amado, em *Gabriela Cravo e Canela*). A narrativa amadiana traçou o perfil de cada um desses sujeitos, revelando seus desejos, seus conflitos, dores e alegrias.

Compreender cada um desses sujeitos, tomando-se como referencial textos amadianos, somente se torna possível conhecendo esse interlocutor privilegiado, Jorge Amado, cujo olhar qualificado adveio de influências dos diferentes mundos por ele vivido.

Apontamentos de Memória

Jorge Amado nasceu em 1912, numa roça de cacau, bem no meio das intrigas que resultaram do desbravamento das terras do sul da Bahia para plantio de cacau. O cacau nesse momento já se firmava como a lavoura de maior importância no Estado da Bahia, o que fazia crescer o interesse pelas terras ainda não plantadas, fonte de tensão permanente na disputada busca de mais terras para se plantar mais cacau:

Desbravador de terras, meu pai erguera sua casa mais além de Ferradas, povoado do jovem município de Itabuna, plantara cacau, a riqueza do mundo. Na época das grandes lutas (O Menino Grapiúna, p. 12).

Nasceu e viveu Jorge Amado numa roça de cacau e aí ficou até seus onze anos. Lembranças vivas no imaginário do *menino que anos depois veio a escrever as histórias dessa terra*, segundo ele próprio declara em *Terras do Sem Fim*. Dessas terras, Jorge Amado sabe muitas coisas, porque viu um pouco de tudo ou porque ouviu dos relatos repetidos de dona Lalu, sua mãe, que “. . . contava histórias sem parar, sem que se soubesse verdadeiramente quando a imaginação tomava as rédeas da realidade . . .”, conforme seu depoimento a Alice Raillard: “Existirá mesmo alguma lembrança guardada na retina do infante [. . .] ou tudo resulta de relatos ouvidos?” (MG, 18/19).

Lembranças que vão ser uma história para o menino, que viu, que ouviu e na caminhada pôde

enriquecer essas recordações frente às experiências e aos embates do viver. Lembranças de um ambiente histórico ainda sob a influência dos acontecimentos sociais e políticos que resultaram na abolição do trabalho escravo (1888) e na liquidação do Império (1889), dentro dos quais se infiltraram as idéias positivistas e se desenvolveu a nova corrente literária chamada Realismo, como se lê num recorte de depoimento que Jorge Amado concedeu a Alice Raillard (1990: 62):

São as coisas que vivi, que conheci em minha infância, e que estão na base de tudo o que depois criei e recriei [...] muitas coisas que se encontram ligadas ao tempo da minha vida na região cacauzeira. Foi essencialmente o que me formou.

Essas terras ganharam a tradição de homens desprendidos, que vinham conquistando esse espaço do sul da Bahia ao longo dos séculos. Os novos desbravadores assumiram essa herança de tenacidade e continuaram a aventura do domínio desse espaço. Entre esses desbravadores encontra-se a família Amado:

Rapazola, meu pai abandonara a cidade sergipana de Estância, civilizada e decadente, para a aventura do desbravamento do sul da Bahia, para implantar, com tantos outros participantes da saga desmedida, a civilização do cacau, forjar a nação grapiúna [...] (MG, 14)

O menino Jorge Amado foi parte desse meio, foi parte desse jogo, foi parte desse quadro social que produziu significações das imagens de que se utilizaram todos e cada um em seus relacionamentos e que fizeram o pensamento se tornar comum ao grupo. Grupo de que o menino Jorge Amado foi parte ao acolher impressões pessoais do acontecido no coletivo, nesse contato mais intenso com a família, com o pequeno grupo de seus amigos e dos amigos de seus pais, com a vizinhança e com os trabalhadores do cacau. Contatos esses que estenderam a percepção de Jorge Amado a limites amplos e vão criando marca social específica como legado da tradição e dos costumes presentes nesse espaço. Esse viver é a experiência da criança que logo cedo se afeiçãoou à rudeza do ambiente nessa convivência entre pescadores, simples trabalhadores de roça, jagunços, putas. Com essas pessoas, ele começou a aprender sobre o mundo e sobre a vida, fincando suas raízes nessas terras violentas, “. . . de homens em armas, sangue e cruzeiros nos caminhos . . .”

Entre Pontal e Pirangi, anteví o amor e tratei com a morte. A vida do menino foi intensa e sófrega [...] De nada gostava tanto como dessas idas a Pirangi, em companhia de trabalhadores e jagunços: ampliavam seu universo e impediam que medrasse em seu espírito qualquer espécie de preconceito . . . (MG, 50/51).

Essas experiências com o espaço e as gentes desses espaços “Acalentaram meus sonhos ... deram-

me a medida da resistência à dor e à solidão . . .” (MG, 56/57). Essas experiências fizeram Jorge Amado guardar intacta, no plano da ação, a esperança, ao denunciar mais tarde, em seus romances, entre eles *Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus*, os dramas sociais, aqueles sofrimentos gritantes dos trabalhadores à sombra das árvores dos cacauzeiros. Preocupações essas que o levaram à militância de esquerda ainda no frescor da juventude, ao filiar-se à Juventude Comunista em 1932, aos vinte anos de idade:

Na literatura e na vida, sinto-me cada vez mais distante dos líderes e dos heróis, mais perto daqueles que todos os regimes e todas as sociedades desprezam, repelem e condenam. (MG, 58).

Na distância em que Jorge Amado está falando de suas lembranças da infância, em *O Menino Gra-piúna*, de 1982, nota-se um olhar ideologizado, que já atravessou um momento de ortodoxia marxista, construindo obras de circunstâncias, quase como tarefa do Partido (*Cacau, O Cavaleiro da Esperança, Subterrâneo da Liberdade, O Mundo da Paz*), e obras onde já não aparecem as marcas ostensivas da pregação doutrinária (*Jubiabá, Mar Morto, Capitães da Areia, Terras do Sem Fim, São Jorge dos Ilhéus*). Foi dessa distância que Jorge Amado viu a importância primordial da vida material da sociedade no sul da Bahia como dado independente da consciência e da vontade de seus desbravadores. Vida material essa, cujas modificações se submeteram a uma determi-

nação do regime “senhorial” aqui instalado, como resultado da maneira possível de se produzir o cacau.

Ao acentuar esta visão da região nos idos do início deste século XX, em lembranças de como a vida social se processava, Jorge Amado passou uma noção de semelhança daqueles tempos iniciais do plantio do cacau com a forma típica de extração do excedente no chamado modo de produção feudal, que era efetuada sobre o próprio tempo de trabalho do trabalhador direto (a corvéia), por intermédio de mecanismos extra-econômicos (políticos e ideológicos), o que era possível pelo controle, por parte do trabalhador, do processo de trabalho, por ele ter a posse dos meios de produção.

Ao fazer essa similaridade, Jorge Amado estava reconceituando a corvéia feudal para o seu sentido de *trabalho imposto e pesado*, e conferindo à renda fundiária, advinda do cacau, um duplo condicionamento:

- uma relação de produção “feudal”, na medida em que os trabalhadores rurais eram inteiramente submetidos ao domínio dos coronéis, sem quaisquer direitos;
- uma relação de distribuição capitalista, vez que toda a produção do cacau era destinada ao mercado externo.

Uma das conseqüências dessa dupla condição consistia em que o próprio fazendeiro, independentemente de seus privilégios sociais, se submetia a um tipo de dominação ou de expropriação controlada pelo mercado internacional, comprador do cacau.

Divisar essas questões, enquanto suscitadas por memória, depõe em favor de um engajamento por inteiro de Jorge Amado a seu meio, como está registrado em *O Menino Grapiúna*. Assim, ele se faz testemunho e sujeito ao envolver-se desde cedo com os acontecimentos de sua comunidade, ao presenciar os embates sociais induzidos pelos confrontos de interesses locais ou ao ouvir as impressões traçadas pelo relato das pessoas mais velhas. Nessa dualidade de seu vivido e do representado nos relatos que ouvia, vivendo entre essa sua realidade do mundo do cacau, de relação de dominação de homens sobre homens, e a imaginação das narrativas dos velhos, vivendo assim, sua consciência de menino se revelava grapiúna e ganhava asas no sobrevôo de poder sentir e distinguir em detalhes o que o espírito pôde colher: “[...] em vilas e povoados, em pequenas cidades [...] De certa maneira, nelas cresci e me eduquei, parte fundamental de minhas universidades [...]” (MG, 56).

Foi essa vivência engajada que fez Jorge Amado compreender, a seu modo, os homens que se envolveram com este espaço do sul da Bahia e puderam inventar e desenvolver hábitos de trabalho próprios às exigências do plantio do cacau. Esses homens eram vistos por Jorge Amado, nessas suas lembranças, enquanto categoria histórica de seres influenciados pelo espaço-tempo vivido, atenuados pela aura fraternal que sua família lhe inspirava.

O pai, João Amado de Faria, foi migrante, desbravador e depois coronel. Coronel, ao conquistar a “cidadania grapiúna” nas lutas intensas que o fi-

zeram dono de terras e proprietário de largas roças de cacau. O tio, Álvaro Amado, foi também migrante, também desbravador, fazendeiro, comerciante, “Um dos homens mais agradáveis que conheci ... personalidade sedutora, teve-me sempre sob a sua proteção ...” No fascínio da infância, as ações dessa família, cuja imagem caminha com Jorge Amado através de sua vida, foram memorizadas como *atitude-símbolo*, formando seu quadro social do passado de muitas recordações: “Os personagens das obras de ficção resultaram da soma de figuras que se impuseram ao autor, que fazem parte de sua experiência vital [...]”. “Creio que em todos esses coronéis há um pouco do meu tio Álvaro Amado” (MG, 72).

Sabendo-se que “... fiz de minha vida e de minha obra uma coisa única, unidade do homem e do escritor ...” compreende-se essa simpatia que a figura dos coronéis do cacau despertava desde cedo em Jorge Amado, independente dos compromissos que ele assumiu, conforme expressão de seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras: “... com os que nada têm e lutam por um lugar ao sol, com os que não participam dos bens do mundo, e quis ser, na medida de minhas forças, voz de suas ânsias, dores e esperanças”. Simpatia que se revelava na similitude das atitudes-símbolos familiares de determinação e firmeza na defesa de projetos pessoais, como visto mais tarde nos coronéis de *Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus*. Jorge Amado penetrou na humanidade desses coronéis e conseguiu encontrar em cada um deles uma alma historicizada dos velhos

desbravadores, como figura construída à base das exigências da vida em zona tão bravia do sul da Bahia.

O que essas lembranças fizeram foi ressaltar os temas que estão presentes em todas as obras de Jorge Amado. Estão presentes aí a sua preocupação com as condições objetivas da sociedade (da vivência material), aliadas às subjetivas (da vivência espiritual), que eram impulsionadoras das ações dos homens em busca de mudanças no plano político, econômico e social, de vida melhor.

A esse reconhecimento, essas lembranças revelaram outros sinais que falavam de homens na sua prática diária, espontânea ou organizada. Práticas que abriram a cada homem possibilidades de aquisição, ainda que a longo prazo, de uma consciência enquanto ser social, consciência política, consciência de classe, o que fez de cada indivíduo o sujeito que passaria a compreender o papel que desempenhava na transformação da sociedade em que vivia. Ser integrante de uma determinada classe social, no entendimento de que somos um “acontecer”, é visualizar que somos sujeitos sociais resultantes de experiências comuns, herdadas ou partilhadas, surgidas no corpo de uma dada relação de produção, na qual entramos involuntariamente. A consciência de classe se produz nesse campo, conforme entendeu José Jobson de Andrade Arruda ao afirmar: “A abordagem cultural destas experiências, encarnadas em tradições, sistema de valores, idéias e formas institucionais, é a consciência de classe”.

Essa convivência, na descrição imaginativa de Jorge Amado, considerou a existência de outros sujeitos (os trabalhadores), fundamental à realização da prática sócio-econômica no sul da Bahia, insurgindo-se contra uma leitura da história local que ressaltava apenas lembranças dos vitoriosos, aqueles que viraram proprietários de terra e tornaram-se coronéis.

Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus são uma análise dessas questões, desses encontros e desencontros que povoaram a infância de Jorge Amado. São uma análise desses sujeitos todos que firmaram suas raízes nas terras do cacau e fizeram de sua caminhada uma aventura, uma saga. Esses dois textos são, assim, um olhar comprometido com esse passado. Olhar qualificado que resultou da vida ativa que Jorge Amado levou em Salvador e depois no Rio de Janeiro.

Vida Ativa: Ação e Memória

O mundo rural de lutas pela posse das matas, terras de ninguém, povoou a vida do menino Jorge Amado até seus onze anos. Mundo de uma primeira experiência, de uma vida vivida com intensidade e na “... liberdade das ruas e do campo ...” (MG, 102).

Internado no Colégio Antônio Vieira, dos padres jesuítas, na Cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos, sentiu-se numa prisão. Rebelou-se contra o “encarceramento”, transferindo-se dois anos depois para o Colégio Ipiranga, em regime de externato. Nesse meio tempo, Jorge Amado já havia

encontrado a chave da nova liberdade, nos livros a que se dedicou com interesse na companhia de Adonias Filho, que veio a se tornar romancista e crítico literário, também nascido nas terras do cacau, Edson Carneiro, mais tarde etnólogo, e tantos outros colegas. Todos aprendizes de escritor, da *Academia dos Rebeldes*, surgida no impulso das esperanças emanadas na onda de diferentes movimentos sociais urbanos, descortinados a partir da excitação revolucionária soviética de 1917. Movimentos esses expressos no modernismo, que abria o País para a consciência de uma originalidade estética, na busca introspectiva da alma brasileira. Enunciados no tenentismo, que se opôs aos conchavos das oligarquias da República Velha, tornando-se num símbolo de necessidade de modificações radicais na política nacional. Proclamados no comunismo, cujo partido no Brasil (fundado em 1922) se colocava em defesa dos interesses da classe operária, conseguindo ser cada vez mais reconhecido como seu representante.

Na *Academia dos Rebeldes*, nos anos de 1928 a 1930, o grupo todo era de adolescentes. Os sinais dos novos tempos foram transfigurados na rebeldia jovem da vida boêmia, vivida intensamente nas festas populares, nas feiras livres, nos mercados, nos saveiros, nos grandes barcos de pesca, nos *chatôs* (espécie de salões literários), nas rodas de capoeira, nos mistérios dos candomblés. Vida vivida sempre no meio do povo, em contato com essas gentes simples e com suas dificuldades, “Essa gente toda é minha amiga, eu sou um deles”:

Foram os anos fundamentais para tudo o que escrevi depois. Ainda hoje as linhas mestras do meu trabalho literário repousam sobre estes anos da minha adolescência nas ruas da cidade da Bahia (Raillard, 1990: 39).

Foram minha melhor universidade, deram-me o pão da poesia, que vem do conhecimento das dores e das alegrias de nossa gente (Martins, 1972: 8).

A *Academia* termina funcionando como uma das primeiras janelas por onde Jorge Amado divisou o novo mundo saído das transformações que geraram as duas grandes guerras mundiais do século XX. Transformações que fortaleceram o capitalismo, ampliaram o fosso dos desajustes sociais e criaram condições que explicaram o aparecimento do fascismo e do comunismo que, embora em direções contrárias, se insurgiram contra a debilidade burguesa.

À experiência da infância adicionou-se a da adolescência. Tempos ricos em cada instante do vivido, que o próprio Jorge Amado chamou de “minhas universidades”. Fontes das inspirações que consubstanciaram o homem e o autor, pelo permanente compromisso que assumiu “...com os que nada têm ...”, fazendo seus textos serem “...a voz de suas ânsias, dores e esperanças ...”, numa construção pensada na liberdade do menino das praias de Ilhéus, na liberdade das ladeiras da Bahia, hoje Salvador, na rebeldia que o fez adverso a todas as formas de ortodoxia, a duras penas conservada ao longo da vida:

Para pensar e agir por minha cabeça, pago um preço muito alto, alvo que sou do patrulhamento de todas as ideologias, de todos os radicalismos ortodoxos. Preço muito alto, ainda assim barato (MG, 103).

Outra janela que Jorge Amado abriu para o mundo, outra "...minha universidade...", de dimensões maiores que a da *Academia dos Rebeldes*, foi o jornalismo. Muito cedo, aos quatorze anos, por volta de 1926, começou a trabalhar no *Diário da Bahia* e viver com bastante intensidade a vida da Capital. O jornalismo foi o exercício inicial para fazer emergir o escritor e reafirmar seu aprendizado da liberdade já exercitada nas terras do cacau, na meninice vadia entre trabalhadores e jagunços. Jornalismo praticado num momento em que o movimento modernista, começado em São Paulo e no Rio de Janeiro, se espalhou por todo o resto do Brasil e atingiu, entre outros, os jovens da *Bahia*, pequenos aprendizes de escritor, que se levantaram contra toda a literatura de então, convencidos de que nada válido se fizera antes dos *acadêmicos rebeldes*. Jornalismo editado bem no centro dos grandes acontecimentos que transformaram a face das políticas mundial e nacional, como o declínio do imperialismo inglês e o auge do imperialismo norte americano, resultando na alteração do centro do poder capitalista mundial, com efeitos imediatos na América Latina, fazendo eclodir depois a II Guerra Mundial. Jornalismo que conviveu com o clima tenso no Brasil da oposição civil e militar contra a eleição de Arthur Bernardes (Revolta do

Forte de Copacabana, julho de 1922), com os sinais das transformações advindas da urbanização e da industrialização, raízes de tantos outros descontentamentos com o regime oligárquico, caminhos que se abriram para a modernização do Estado brasileiro e destruição das estruturas da Primeira República. Jornalismo que se fez exercício e experiência do escritor *rebeld* que não se deixou dominar pela influência da educação escolar religiosa, humanista, burguesa, do Colégio Antonio Vieira, foi, antes de tudo, um crítico desse sistema de ensino.

Jorge Amado nunca deixou de ser aquele *menino grapiúna*, da vastidão das terras primitivas de *serpentes e cruces*, que foram dominadas e se encheram de cacau. Nunca deixou de ser o *rebeld acadêmico* sempre perto do povo, envolvido com sua cultura. Rebeldia que fez Jorge Amado chegar na escola primária, aos sete anos, já sabendo ler, numa aprendizagem feita nas folhas de *A Tarde* da Bahia. Rebeldia que o fazia recusar a escola (“Eu era estudante, mas não freqüentava as aulas”), mas era leitor assíduo de clássicos portugueses, ingleses, franceses, americanos, alguns italianos e muitos romances russos, além dos brasileiros como Coelho Neto (“Li *A Capital Federal*... Esse é um remorso que vou carregar a vida toda, de ter achado o livro ótimo e falado mal do autor, mas Coelho Neto era para nós o símbolo do atraso em matéria de literatura”), (“... mas ficamos alucinados quando em 1928 apareceu *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida; reconhecíamos no livro de José Américo tudo aquilo a que aspirávamos [...]”) (Raillard, 1990: 41).

Leu com interesse praticamente todos os autores nacionais mais importantes, de diferentes escolas, ressaltando, sobretudo, Manoel Antonio de Almeida, Bernardo Guimarães, Castro Alves e José de Alencar (do Romantismo - de 1808 a 1850), Aluísio de Azevedo e Machado de Assis (do Realismo de 1850 a 1900), Coelho Neto, Graça Aranha, Lima Barreto (do Pré-Modernismo - de 1900 - 1920), Manoel Bandeira, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Érico Veríssimo, Guimarães Rosa, (do Modernismo de 1922 a 1930), Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, José Américo de Almeida (do Romance Nordestino).

Esses textos todos trouxeram uma certa idéia de nacionalismo que foi se construindo a partir de processos históricos longínquos como a transferência da família real para o Brasil, em 1808, que deu oportunidade ao surgimento de postura temática voltada para a vida do povo, do homem comum, do regionalismo. O *Romantismo* expressa ainda um sentimento de forma artificial, imaginosa, mais conforme com o espírito europeu. O ambiente histórico seguinte, das repercussões do aumento da produção cafeeira (1831-1840), da abolição do tráfico escravo (1850), da Guerra do Paraguai (1870), fez enfraquecer o sentimentalismo romântico que cedeu espaço ao *Realismo*. Este movimento literário se orientou para um mundo objetivo, de base científica, onde a visão da sociedade, em suas lutas, tornou-se o motivo predileto dos autores. Outros acontecimentos importantes, como a abolição da escravatura (1888), a proclamação da

República (1889), a presença da grande imigração da mão de obra estrangeira, tudo estimulou ainda mais os escritores a pensarem com mais força o Brasil. A literatura *Pré-Modernista* se tocou com esse novo momento e retratou o homem e a terra o mais naturalmente possível, desromantizando-os para torná-los mais autênticos. A partir daí as conturbações geradas pelas duas grandes guerras mundiais, no corpo de transformações radicais deste século XX, fizeram modificar radicalmente o pensamento nacional. O *Modernismo* absorveu esse movimento e demonstrou sua força com a realização da Semana de Arte Moderna. Surgiu aí uma renovação literária de grande significação, verdadeira insurreição contra o conservadorismo então dominante nas letras.

Jorge Amado, no entanto, não se considerava influenciado pelo *Modernismo*. Ele declarou que o *Modernismo* foi patrocinado pelos homens ricos de São Paulo, como Paulo Prado, autor de *Retrato do Brasil*, que abriu para o movimento modernista as páginas de seus jornais: o *Correio Paulistano*, órgão do Partido Republicano Paulista, dos grandes latifundiários, o *Diário de São Paulo*, que publicou a famosa *Revista de Antropofagia*:

São pessoas que tinham grande desconhecimento do povo; com exceções, pois Antônio de Alcântara Machado conhecia bem a vida dos imigrantes italianos de São Paulo, que estão na base de suas novelas [...] Outra exceção de envergadura na poesia é Raul Bopp e seu Cobra Norato [...].

Em minha opinião, o modernismo como fenômeno é historicamente limitado, tem um começo e um fim. Mas, ao mesmo tempo, tinha uma enorme efervescência que ultrapassava o modernismo e que levava consigo o tenentismo: a revolta dos jovens oficiais começou em 1922 (Raillard, 1990: 58).

“Quanto a mim sou um rebento baiano da família de Alencar”, expressa Jorge Amado em seu discurso de posse na Academia Brasileira. Alencar, reconhece Jorge Amado, ressaltou a existência de valores que marcaram e definiram toda uma vertente de nossa ficção, ao narrar com grandiosidade a força do povo brasileiro, a riqueza de nossa terra, assegurando a possibilidade de construção de um mundo novo: “Sem Alencar não teríamos o romance brasileiro. Não o teríamos sem Machado de Assis” (Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras). “...rebento de Alencar...” ,mas um romancista de trinta, assim se considerou Jorge Amado.

Foi neste momento, em 1930, que o movimento renovador (o socialismo) e as idéias anti-renovadoras (fascismo e nazismo), que se expandiram no mundo, colocaram-se em choque no Brasil e alimentaram interesses contraditórios que respondiam por nossa crise social, resultando nas manifestações aguerridas que colocaram Getúlio Vargas na liderança da política nacional. Nesse decênio de 1930, as diferentes ideologias assumiram contornos mais nítidos e exercitaram, a seu modo, o reformismo ou a ruptura com o passado, em nome da renovação.

Foi no bojo desse movimento que surgiu o chamado *romance nordestino* ou *romance de trinta*, cujo marco inicial foi 1928, com a publicação de *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida. Foi José Américo quem lançou idéias que depois seriam retomadas por vários escritores nordestinos. Em *A Bagaceira*, a paisagem e o homem nordestinos emergiram de maneira grandiosa. Havia certas características de libelo, levantando, com igual rusticidade, o problema do homem e a terra calcinada, do homem castigado pela seca e pelo latifúndio: “Não tinham sexo, nem idade, nem condição nenhuma. Eram os retirantes. Nada mais” (*A Bagaceira* de José Américo).

De um modo geral, a ambigüidade revolucionária do movimento de 1930 como que deflagrou uma espécie de especulação irreversível em torno das raízes da crise social brasileira. Se, de alguma forma, o sonho incontido de 22 (do Modernismo) foi bloqueado pela visão reformista dos dissidentes de Trinta, foi no *Romance Nordeste* que explodiram os contornos quase documentais da marginalização do homem do campo, do confronto iníquo entre o arcaico sistema de produção e o trabalho semi-escravo, da eclosão dos movimentos de resistência e da sofisticação ideológica do despotismo dominante através do novo pacto social entre os setores agrário-exportadores e a burguesia industrial nascente.

Sem dúvida, pode-se dizer que os romancistas da geração de 30, de certa forma, estreadam o romance brasileiro, pois tentaram resolver a grande contradição que

caracteriza nossa cultura, ou seja, a oposição entre as estruturas civilizadas do litoral e as camadas humanas que povoam o interior [...] (Cândido apud Raillard: 1990, 62).

O conjunto dessas leituras e dessas experiências forneceram preciosos subsídios para o desenvolvimento da vocação literária de Jorge Amado, funcionando como benéfico estímulo nessa fase de afirmação de mudança de espaço e de ambiente, do sul da Bahia para a Capital. O *menino grapiúna*, nesse trânsito e nessa permanência, descobre a vocação de escritor e nela se afirma, cultivando-a no correr da vida. Vocação iniciada muito cedo nos exercícios de pequenos textos jornalísticos (aos 16 anos) e na composição de seu livro de estréia *Lenita* (1929, aos 17 anos), de valor literário reduzido, na crítica do próprio Jorge Amado (“miserável novela”), mas começo que vai crescendo na importância até atingir textos vigorosos como *Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus*, de que se ocupa este estudo.

Com esse tipo de vivência *próxima do povo*, compreende-se o engajamento ainda cedo de Jorge Amado ao Partido Comunista Brasileiro -PCB, em 1932. Por esse caminho, ele fortaleceu sua relação com o povo e privilegiou nas narrativas as vozes vindas de baixo. Além disso, sintonizou o autor com a história de seu tempo, ao acompanhar e traduzir as transformações que estavam se processando em diferentes espaços: na Bahia, no Brasil e no mundo. Nesse sentido, seus textos tornaram-se gestos políticos, laços firmes com as experiências objetivas - o

vivido social, compreensão e conhecimento que vão se instalando não por explicar a sociedade, mas por revelar um mundo de personagens envolvidas em labirintos sociais que se revestiram de lutas e injustiças, dores e esperanças, que ganharam especificidade em razão do tipo da aventura tentada: o plantio do cacau.

Jorge Amado está chegando ao Rio de Janeiro (1930) num momento rico da vida nacional. As numerosas transformações enredavam-se nos meandros das idéias que vão tomando corpo no Brasil (capitalismo, socialismo, fascismo), mas que já começavam a influir nas modificações da fisionomia da sociedade nacional e do comportamento dos indivíduos. Foi nesse momento rico que Jorge Amado estava chegando ao Rio de Janeiro: “Fiz cinco anos de Faculdade de Direito sem ir lá! Ir eu ia, mas pra fazer política, nunca abri um livro de Direito” (Gomes, 1990: 30). Aí Jorge Amado conheceu os intelectuais mais expressivos e conviveu com eles, gozando da intimidade de uns e de outros, todos, escritores e jornalistas, em processo de definição de seus rumos ideológicos. Jorge Amado mesmo, somente em 1932, estimulado pela romancista cearense Rachel de Queiroz, a seu convite, filiou-se à Juventude Comunista. Ele se envolveu com todo vigor nas atividades partidárias e chegou a ser eleito deputado federal, em 02-12-1945, pelo PCB, somente assumindo a legislatura a pedido de Luiz Carlos Prestes, um dos comandantes do levante de 28-10-1924, no Rio Grande do Sul, que deu origem à coluna Prestes, a qual o historiador Hélio

Silva designou de a “Grande Marcha”. A militância no Partido passou a tomar grande parte de sua vida, embora Jorge Amado, nas suas diversas entrevistas, ao falar das influências que recebeu, nomeava uma gama de poetas e romancistas, mas nenhum teórico marxista. Manteve-se na liberdade inicial do *menino grapiúna* e do *acadêmico rebelde*: “Você quer que eu te diga uma coisa? Pouco ou nada sei de teorias [...] Eu sou muito ignorante, nunca li Marx”. “Eu sou apenas um homem que lutou e luta por causas que me parecem justa. Não sou teórico, felizmente, nem erudito leitor dos teóricos” (Gomes, 1990: 29).

As marcas das atividades partidárias de Jorge Amado, contudo, perpassaram por suas obras, sobretudo as do ciclo do cacau, para ficar no limite deste estudo. Essas marcas estão demonstradas nas insistentes referências a “[...] métodos para abalar a sociedade burguesa e o imperialismo, e para transformar a vida das camadas populares” (Roche, 1987: 17), todas percebidas nos enredos, nas intrigas de cada romance, no diálogo de cada personagem.

Na vida que vai se tornando adulta, no Rio de Janeiro, igualmente nas terras do cacau, na infância do *menino grapiúna* perto das matas, no meio dos homens que desbravaram o sul da Bahia, como na *Academia dos Rebeldes*, na adolescência das ladeiras da Bahia, íntimo com as gentes das ruas, dos condomblés, do cais do porto; ainda ali, no Rio de Janeiro, nessa militância intensa no Partido Comunista, Jorge Amado não se deixou limitar, não abriu mão de sua liberdade. Continuou *ogã* do *terreiro* de Senhora¹

(guardião de Oxóssi), oferecendo sacrifícios aos deuses africanos, trocando palavras com Iemanjá a propósito do mar, ou com Oxóssi, a propósito da luta revolucionária, fazendo de seu comunismo um ato de fé e esperança:

Constato com imensa alegria que uma linha de unidade jamais quebrada liga não só toda a minha obra realizada nesses dez anos como a vida que durante eles vivi: a esperança - mais que esperança, certeza - de que o dia de amanhã será melhor e mais belo. Em função desse amanhã, cuja madrugada já se levanta sobre a noite da guerra nos campos do Este europeu, tenho vivido e escrito (Nota de abertura de Terras do Sem Fim).

Foi vivendo e escrevendo em meio ao fluxo intenso de textos internacionais marcados pelo caráter social da década de 30, nesse anelo com os tempos de mudanças no mundo e no Brasil, entre viagens internacionais de interesse do Partido e do escritor, sofrendo prisões políticas, dirigindo revistas e escrevendo artigos para diferentes publicações, foi vivendo nessa intensidade que Jorge Amado produziu seus primeiros livros: *O País do Carnaval* (1931), *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar Morto* (1936), *Capitães da Areia* (1937), *ABC de Castro Alves* (1941), *O Cavalheiro da Esperança* (1942), *Terras do Sem*

¹ *Ogã*, membro da hierarquia religiosa africana. *Terreiro*, lugar onde se realiza o *candomblé*. O *candomblé* de Opô Afonjá, dirigido, então, por Senhora, é um dos mais prestigiados da Bahia.

Fim (1942) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944) e muitos outros, porque, neste 1999, ele ainda está vivo e produtivo.

A caminhada literária de Jorge Amado até *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus* desenvolveu-se através de tempos diferentes, marcada por ação motivadora pluridimensional, que fez dos três primeiros livros (*O País do Carnaval*, *Cacau e Suor*) textos inteiramente diferentes na sua temática. Experiências de juventude, ensaios de romance, exercícios ficcionais que demonstraram o esforço do autor na busca de sua própria definição em relação a cada momento vivido, frente aos tempos de intensas transformações a que ele presenciava. Esses três livros refletem muito bem as vacilações, as descobertas e a extraordinária intuição criadora do jovem estreante, entre os seus 18 e 22 anos de idade.

O País do Carnaval é um livro de um jovem de dezoito anos. Jovem cheio de vida, vida ardente e muito repleta, mas *mascarada*, na expressão do próprio Jorge Amado. Tudo não passava de uma encenação, artificialidades. Reação de um garoto que se esforçava para tomar posição em favor de sua geração, num momento de curiosidade e admiração com o tomismo, liderado por Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima), numa busca do encontro com o gosto do outro, numa espécie de embevecimento com figuras líderes. Ainda assim, *O País do Carnaval* é um grito de revolta contra o Brasil do carnaval barulhento, alegre, que tenta encobrir a “verdadeira realidade brasileira que é a de um povo miserável, subalimentado, explorado”: “Senhor, li seu livro,

eu não o conheço, é um livro cheio de defeitos de juventude, mas vê-se que o senhor tem um talento de romancista [...]" (Carta de Tristão de Athayde a Jorge Amado - *In* Raillard, 1990:54).

Jorge Amado começou a escrever *Cacau* em dezembro de 1932, terminando-o em junho de 1933. Agora, já filiado à Juventude Comunista, mergulhou no universo do trabalho e da luta de classes, inspirado em lembranças da infância, nas falas de trabalhadores rurais embrutecidos por um impiedoso sistema de produção, que não lhes deixava outra fuga a não ser o álcool, a sexualidade, a violência. A partir daqui, Jorge Amado vai se definir ideologicamente, desfazendo-se por completo dos laços que o vinculavam ao grupo literário liderado por Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima), com sua expressão católica:

A representação do latifúndio e de suas mazelas decorre do alinhamento amadiano às diretrizes do PC. Cacau se propõe a ser o retrato crítico do sistema agrário-exportador, em especial das condições a que estavam submetidos os camponeses. O romance traduz a indignação do autor frente ao contexto de riquezas e miséria gerado pela monocultura cacauzeira [. . .] (Duarte, 1996: 47/48).

Nesse caminho alinhado pelas diretrizes do Partido, submetido à experiência dos tempos, os demais textos de Jorge Amado foram escriturados sem o esquecimento do que ele aprendeu dos co-

ronéis nas ruas de Ilhéus, dos jagunços nas roças de cacau. Nesses espaços ele cursou seus “preparatórios”, antes de ir para as *universidades* dos becos e ladeiras da *Bahia*, num contato com um mundo grandioso das transformações geradas “Em função desse amanhã, cuja madrugada já se levanta sobre a noite da guerra nos campos do Este europeu [...] (Introdução de *Terras do Sem Fim*)”. São homens trabalhando nas roças, trabalhadores trocando o campo pela cidade, fugindo da opressão dos *senhores feudais*, negros espoliados sob a carga do batente diário, misteriosamente cantando “doces canções em noites de batuques nos candomblés”, negros, mulatos e brancos homogeneizados pelas mesmas condições de pobreza, de sofrimento, de lutas ideológicas que acolheram preceitos vindos de outros mundos, de outras experiências. Temas todos, homens todos que compuseram o movimento pendular da construção artística de Jorge Amado, que oscilava entre a poesia lírica e o documento objetivo. Criatividade que fez das personagens de cada texto homens do mundo, arrebatados das terras do cacau e formados no drama das conquistas da floresta no sul da Bahia. Homens arrancados dos becos escuros e lamacentos das ladeiras da *Bahia*, envolvidos com os prazeres das noites, no afago das mulatas, contemplando a vida diante do mar e próximo de Iemanjá, todos eles recriados com o máximo de força estética em *Suor*, *Jubiabá*, *Mar Morto* e *Capitães da Areia*: “[...] justamente porque é uma realidade que eu conhecia por praticamente tê-la vivenciado”. “Como digo freqüentemente, só posso

escrever sobre os homens com os quais tive uma proximidade de vivência” (Raillard, 1990: 143/144).

A experiência do *menino grapiúna*, vivida nos ásperos tempos das lutas pelo desbravamento das matas do sul da Bahia, se enriqueceu com a do adolescente da *Academia dos Rebeldes*, vivida no meio da rua em contato com o povo, nas escolas de capoeira, nos terreiros de candomblés, nos mercados, nas feiras livres. Vida vivida entre livros, debatidos intensamente nos espaços públicos (bares, cabarés), tornados salões literários. Foi aí nesses pontos de encontro da rebeldia jovem em busca do saber, que Jorge Amado vislumbrou, inicialmente, aquele mundo pontuado por adversidades de toda ordem, geradas pelo clamor de novos tempos, que fizeram surgir guerras mundiais e mudanças fundamentais em todo o mundo e no Brasil. Experiências que se somaram à nova vida do jornalista e escritor Jorge Amado, já no Rio de Janeiro, no meio de todas essas ações que estão se processando a partir de 1930 no Brasil. Foi esse viver e esse experimentar que fizeram surgir o romancista social Jorge Amado.

Vida Ativa: O Romance Social

Foi desse espaço conflitado, de revoltas e golpes internos no Brasil, de revoluções, de guerras mundiais, de exílio no exterior (Uruguai - 1942), de entradas e saídas de prisões (... *estive em cárcere várias vezes* ...), foi desse espaço conturbado e dessas experiências que Jorge Amado olhou aqueles tempos iniciais de ocupação de terras do sul da Bahia para

o plantio do cacau, ao escriturar *Terras do Sem Fim* (1942) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944). Os dois textos são, assim, uma marca da impressão do autor sobre o desbravamento dessas terras e sobre as lutas que se travaram por sua posse. São uma reflexão sobre o fausto criado pela riqueza que o cacau produziu, sobre a decadência dos coronéis e a ascensão dos exportadores.

Desse viver e dessas experiências, Jorge Amado pôde dar uma feição universal a suas personagens e a suas relações, fazendo dessa teia social, desenvolvida em *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, um exemplo de fenômeno muito mais geral, o da exploração do homem pelo homem, o da resoluta disputa do homem na busca de sua realização, ao fazer emergir socialmente vozes e desejos submetidos ao pensamento e às práticas dominantes que instituíram aqui nesse sul da Bahia o coronelato.

Esses dois textos, *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, tornaram-se, assim, uma espécie de indagação sobre o tempo histórico de sua inserção, ao ser, a um só momento, uma explicação e uma busca de compreensão desse tempo conflagrado, de homens dominando terras e dominando gente. Isso fez desses dois textos um documento ideológico que conta a história dos vencedores e, também, as lutas dos vencidos, despertando nos leitores mais do que o simples prazer da leitura. Esses textos induzem, sobretudo, a compreender uma experiência e comprometer-se com ela como modelo de resolução para a vida vivida no presente. São uma espécie de elo indissociável

entre o olhar da reflexão e o prazer, o que faz de cada leitor um crítico que se distrai. Alguém que passa a se reconhecer como parte desse processo que se realiza no dia a dia de cada um, sujeitos capazes de aventurar. Homens trabalhadores que, na particularidade do sul da Bahia, estavam encobertos pelas sombras dos cacauzeiros ou anônimos por detrás das montanhas de cacau seco nos armazéns.

Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus, nesse caso, indispuseram-se contra a crença da transcendência ou autonomia da literatura como resultado de inexplicabilidades de criadores singulares, de gênios que se valem de critérios estéticos absolutos. Pode-se observar que esses dois textos estiveram inseridos no movimento da sociedade de um dado tempo (*geração de 30*), ao lado de tantas outras obras literárias, como as de Raquel de Queiroz, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, todos considerados romancistas sociais do Nordeste:

O romance social ambiciona apontar, por debaixo do anedótico do enredo, a realidade profunda, subjacente à camada superficial. Será através dela que o leitor haverá de contemplar as forças decisivas da História, aquelas que darão significados ao esforço humano (Lucas: 1997, 99).

Foi nesse sentido que Jorge Amado liberou manifestações regionais (ritos, festas, tumultos, modos de trabalho e de relação, vocabulários, atitudes), sinalizando a existência de um conjunto de informações sobre práticas efetivas, significados simbólicos e

usos institucionais, elaborados no espaço-tempo de sua vivência, base de sua reflexão. Foi desse campo de interesse que Jorge Amado enfrentou definições sociais de suas obras, à medida que fez suas incursões no conjunto das atividades desenvolvidas em torno do plantio do cacau no sul da Bahia, nos terreiros de candomblés em Salvador, nos espaços políticos do Rio de Janeiro. Essas incursões estão todas elas carregadas das experiências trazidas do mundo vivido na infância grapiúna, na rebeldia da adolescência na *Bahia* (Salvador) e na ação político-ideológica da juventude entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Essa vivência moldou o escritor e o homem na singularidade que marca a sua progressiva intenção criadora e fez o senso público de Jorge Amado e de sua obra:

O que quer que faça ou queira, o artista tem que enfrentar a definição social de sua obra, isto é, concretamente, os sucessos e os reveses conhecidos por ela, as interpretações que lhe foram dadas, a representação social sempre estereotipada que o público de amadores possui a seu respeito (Bourdieu *apud* Almeida, 1979: 68).

Foi nessa caminhada, pois, que surgiram *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*. Com essas obras, Jorge Amado retraçou retratos parciais da sociedade grapiúna, ganhando força de conteúdo ideológico sob o princípio do realismo socialista, em que se tinha por objetivo a reprodução fiel da vida em seu desenvolvimento revolucionário, importando pouco

a teoria da estética. Nesse sentido, então, se buscaria representar a “realidade” com a maior fidelidade possível. O romancista, assim, ingressa na crítica social, envolvendo seus temas nas questões do patriarcalismo latifundiário, na exploração do trabalhador, no sofrimento de homens se movimentando em busca da sobrevivência. Homens procurando em outros campos (como no sul da Bahia) o refúgio negado nos espaços de secas intermitentes de outros Estados, de campos agrestes pela sua condição natural (ausência de chuvas) ou pela inclemência do tratamento dispensado pelos proprietários de terra a seus trabalhadores. Vendo desse modo, Jorge Amado se qualificou como um romancista social.

Os problemas sociais que estavam presentes nos discursos, nas motivações que fizeram os movimentos (de 1922 a 1930) caminhar para as lutas ideológicas, para os combates armados, essas aspirações que faziam desvelar consciências morais sobre a miséria e a desigualdade, esses problemas sociais comparecem inteiros nesses dois textos (*Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*). Através deles se pode contemplar os mecanismos ocultos que fizeram da saga do cacau no sul da Bahia um momento original, de lutas, conquistas e derrotas, processo instituidor do espaço grapiúna:

Para quem leu Terras do Sem Fim, fica patente o retrato das relações de produção adotadas na zona do cacau. Como se trata de uma sociedade de pronunciada estratificação, estruturada em praticamente duas categorias - donos e servos da terra - o ro-

mancista, ao dramatizá-la, exprime o grau de injustiça necessária para que o poder do grupo dominante não seja alterado (Lucas, 1997: 113).

Estamos diante, pois, da evocação de um drama humano que se instalou no sul da Bahia, no instante em que se desenvolviam as aventuras do desbravamento das matas para o plantio do cacau e sua venda no exterior. Os textos não apenas dão a conhecer a existência desses episódios. Eles explicam esses acontecimentos, levando mais longe a explicação. Falam do enraizamento do homem no espaço tradicional, da afeição desenvolvida no trato das atividades rurais, do prazer que o cultivo do cacau oferecia, das lutas de interesses contrapostas entre os proprietários das roças e os seus trabalhadores. *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, então, mostram o desenvolvimento das intrigas que compuseram esse drama humano que inseriu em cena as intenções de cada sujeito e suas ilusões, fazendo emergir fisionomias que ganharam particularidades locais, coronéis, jagunços, *alugados* (os trabalhadores das roças de cacau) e arranjos político-sociais que instrumentalizaram a ação: o *caxixe* (negociata feita em torno de terras produtoras de cacau) e a *tocaia* (espreita ao inimigo, emboscada).

Na forma como Jorge Amado falou dessas intrigas e de cada episódio que compôs esse drama, tem-se uma espécie de reenvio aos princípios que deram inteligibilidade a esse mundo vivido pelos homens que derrubaram matas, plantaram cacau, insurgindo-se,

firmemente, contra a mata virgem, atemporalizada. Essas atitudes impuseram o transcurso. Quebraram o natural equilíbrio desse espaço em mata e fizeram surgir o tempo na seqüência daquelas atividades que engendraram a sociedade grapiúna.

Na distância dos tempos em que Jorge Amado estava escriturando esses dois textos (1942 e 1944), naquele mundo que moldou o olhar do autor na liberdade em que ele se definiu “*homem de esquerda*”, as coisas vistas estavam sempre contrapostas em dualidades: proprietários de terra *versus* trabalhadores rurais, riqueza *versus* pobreza, valentia *versus* covardia, capital *versus* trabalho. Essa contraposição foi acentuada pela narrativa ao construir o poder absoluto dos desbravadores fazendeiros sobre a fragilidade dos migrantes trabalhadores, em *Terras do Sem Fim* e depois, já em *São Jorge dos Ilhéus*, demonstrou a insaciabilidade dos exportadores capitalistas na usurpação das fazendas de cacau.

Terras do Sem Fim e *São Jorge dos Ilhéus* são, assim, a expressão visual possível de um momento em que o escritor imprimiu seu ritmo, seu estilo, amanhados do mundo da infância, nas roças de cacau, da adolescência, nas terras da *Bahia*, junto aos candomblés, da juventude, no Rio de Janeiro, bem no centro dos acontecimentos que transformaram, neste século XX, a sociedade brasileira. Essa expressão se fez reflexão de um outro momento quase primitivo, aquele das lutas pelo domínio das terras do sul da Bahia, da construção das possibilidades de viver, mundo de “... lutas, mortes e esperanças ...”

Essas experiências, tomadas como fonte e influência, apuraram o olhar de Jorge Amado, fazendo-o enxergar, naquelas lutas destemidas em torno do cacau, a aventura de homens transformando seu espaço social:

- transformando o espaço por puro interesse individual de ter sempre mais terra para adquirir mais riqueza, ter mais poder e submeter mais gente: “Veio com jagunços mais uma certidão do Cartório. Botou a gente pra fora” (*Terras do Sem Fim*, p. 31).
- transformando o espaço em resposta a sentimentos de solidariedade construídos com os laços de sofrimentos comuns, às sombras dos cacauzeiros:

Joaquim pensa que em muitas cidades do mundo, naquela hora possivelmente, outros homens estarão andando, sob a chuva ou sob as estrelas de um céu lindo, para as suas células (partidárias), para ajudar a mudar o destino do mundo (São Jorge dos Ilhéus, p. 111).

Foi nessa mensagem de revelação do homem universal, embora vivendo no meio das matas do sul da Bahia, que esses textos ganharam vigor. Essa força se revelou através dos elementos básicos da composição histórica: o mundo natural (em mata), espaço que acolhia o homem (o sujeito da ação), o tempo específico e as ambições que fizeram definir escolhas, formular projetos, realizar sonhos. Nesse processo, a primazia da ação sobre as personagens

universaliza os sujeitos ao universalizar as intrigas, formando um monólito no qual fica impossibilitada a distinção dos elementos da composição social fora desse espaço-tempo de tensões.

Esse espaço, esses sujeitos e suas ambições temporalizadas revestiram-se, então, de uma “alma” local que se coletivizou e vai se firmando como tradição. Espaço e tempo alimentando-se um ao outro, numa interdependência enlaçada por valores que sobrevieram do tipo de riscos que, no desbravamento das terras, confrontavam-se e das possibilidades que o aventureiro vislumbrava. *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus* revelaram essas configurações na explicação dessa estrutura de mando absoluto e obediência “servil”; ali onde “reinavam” coronéis “feudais”, que empregavam para cultivar as suas terras uma multidão de migrantes sem qualquer direito, “alugados” perdidos às sombras dos cacauzeiros.

Terras do Sem Fim e *São Jorge dos Ilhéus* são, assim, um conhecimento, uma percepção do escritor sobre o social que se desenvolveu no espaço do sul da Bahia, quando da implantação da árvore do cacau e todo seu processamento comercial. São esses dois textos uma reconstrução daquele passado, uma aproximação do vivido, uma representação do que pôde sentir Jorge Amado, no limite que sua experiência de vida possibilitou.

Conhecimento produzido através de uma narrativa densa. Narrativa que, num primeiro momento, em *Terras do Sem Fim*, fala de homens destemidos que enfrentaram a mata virgem, conquistaram largas áreas de terra, fizeram delas roças de cacau, ganha-

ram reconhecimento e poder, assumiram a categoria de coronéis, autoridade que, na vila ou na cidade, igualava-se ao juiz e ao padre.

Conhecimento que revelou a saga do cacau, nessa narrativa de *Terras do Sem Fim* e de *São Jorge dos Ilhéus*, como sendo o encontro de homens que viveram e territorializaram o sul da Bahia, descendentes de antigos colonizadores, nacionais e portugueses, e de homens que vieram de outras terras, com outras experiências e outras necessidades, os recém-chegados, migrantes sertanejos, sergipanos, cearenses, alagoanos, norte-americanos, sírio-libaneses, entre outros.

A TERRA ADUBADA DE SANGUE

Num primeiro momento, este estudo é uma reflexão sobre o desbravamento das matas do sul da Bahia e sobre as lutas travadas para a apropriação, uso e controle da terra para fins agrícola, num tempo de recursos mínimos, do machado, do facão, que exigia grande esforço físico. Nessa empreitada, foram incorporadas levas de trabalhadores migrantes, vindos do sertão da Bahia, de Sergipe, Alagoas e do Ceará, fugidos das secas cíclicas de suas terras, alimentados pelas notícias de muito trabalho e dinheiro fácil no sul da Bahia e atraídos por informações sobre terras disponíveis para aqueles que tivessem coragem de entrar mata adentro, fazer queimadas e plantar a árvore que se chamava cacauero, que dava frutos cor de ouro e que valia mais que o próprio ouro.

Ao refletir sobre o desbravamento, veremos surgir homens poderosos, enrustidos pela dureza dos tempos que tiveram de enfrentar, homens que se fizeram coronéis, estabeleceram rígidas regras de convivência e definiram uma estrutura social, numa verticalidade de dominação absoluta: *coronéis, jagunços e alugados*.

Novas Terras - Começos e Tropeços nos caminhos do Cacau

A narrativa de *Terras do Sem Fim* começa num porto da “Bahia” (Salvador da Bahia de Todos os Santos, hoje simplesmente Salvador), numa viagem iniciada no cair da tarde, onde lágrimas, promessas, lamentos de não poder ficar indicavam a incerteza do projeto da maioria dos passageiros. Afora isso, o navio se afastava vagarosamente, alheio aos acenos e soluços.

Nesse deslocamento de Salvador para Ilhéus, estavam configuradas todas as outras migrações: as de Sergipe, de Alagoas e do Ceará. Era a representação do início da viagem de cada um, elo que se sabia prestes a se romper, valores e atitudes compartilhados, ora em processo de ruptura, em razão do afastamento do indivíduo do espaço em que vivia, em direção a um lugar ainda desconhecido para ele: o sul da Bahia. Os abraços demorados, as lágrimas, os beijos confirmavam os fortes laços que cada um cultivou, dores que a aventura da viagem acentuava na perspectiva do desenraizamento necessário à sobrevivência. Era a gênese da perda da imagem de um tempo, que fora base de sua cultura, mas agora, nesse trânsito, tornava-se um tempo de incerteza, um tempo de tensão, que apontava para uma necessidade de superação da condição de desenraizado.

Superar essa condição de desenraizado somente se tornava possível na chegada ao destino, no envolvimento pleno com as atividades no novo espaço, ao incorporar os sentidos e significados de um novo viver. Essa experiência do desenraizamento

provocava a necessidade do reconhecimento do outro, sem o qual era impossível a recuperação de si mesmo: “O navio foi se afastando devagar, nas primeiras manobras [...] Os grupos se confundiam nos primeiros minutos da viagem” (Amado: 1987, 20/21).

O cenário pintado nas primeiras conversas a bordo era o da grandeza possibilitada por “[...] uma árvore que se chama cacauero [...]” (TSF, 28). que dava frutos cor de ouro e valia mais que o próprio ouro.

Esse foi o jeito de a narrativa de ficção indicar alguns processos sociais que estavam começando a caracterizar o momento inicial da formação da região cacauera, como se estivesse lembrando que até esse instante não havia ainda se definido a estrutura social do espaço para este novo tipo de ocupação: a exploração da lavoura cacauera. Estrutura aquela em que, ao se estabelecer, entraria em choque com interesses e valores já enraizados nesse espaço, instituídos por diferentes sistemas de relações sociais, como as dos antigos colonizadores já estabelecidos e a dos povos primitivos, secularmente moradores das matas, os indígenas. Isso indicava compreender que, basicamente, até o final do século XIX, em torno de 1860, a cacauicultura poderia ser considerada como mais uma atividade ligada à policultura baiana. O processo regional, como espaço monocultor, vem se firmar, por definitivo, nas três primeiras décadas do século XX.

Era a representação do começo da interação desse espaço do sul da Bahia com processos sociais mais amplos, o da Capital, marcado por uma viagem, na perspectiva da narrativa de ficção. Esse vínculo

inicial, metaforizado pela ficção, foi o sinal da abertura de portas com a totalidade social, através da estrutura política centralizada em Salvador. Relação com o Brasil como um todo, onde o sistema social geral foi moldado, e relação com o mundo, pela via do consumo e comercialização do cacau, que gestou a política internacional de interesse capitalista nessa região do cacau.

Na figuração da viagem, no entanto, estamos no processo inicial da formação da Região, e aí uma nova esperança vai começando a compor o imaginário dos migrantes, fundindo suas experiências a novos horizontes de expectativas, tudo ainda mistificado por falácias de caixeiros-viajantes sobre as grandezas da região Sul, de trabalho duro, mas de muito dinheiro e futuro. Essa era a visão de um mundo ainda fragmentado em fantasias que modelavam realidades distantes fisicamente, mas aproximadas pela força da metáfora da imagem: “Se falava tanta história dessas Terras que até parecia coisa de milagres [...]” (TSF, 96).

A trama histórica do homem do cacau, na narrativa de ficção, começou num outro espaço, no início de uma viagem, lugar do encontro da realidade e do sonho, encruzilhada de onde partiam caminhos divergentes de possibilidades inteiramente desconhecidas.

É nesse aqui-agora, o presente, o porto de Salvador, o momento chave da decisão, em que cada migrante se confrontava com outras pessoas, com outras circunstâncias, num trânsito em direção a uma simples possibilidade, em terras desconhecidas, o futuro, o sul da Bahia. Esse foi o instante em que

as experiências vividas afluaram em lembranças de imenso significado, detalhes agora transformados em lágrimas, em saudades, em força de esperança, subjetividades que garantiriam a ação de partir ou ficar.

É o viver obrigando o enfrentamento com novos compromissos, nesse jogo da dinâmica social, que empurra a história para novos horizontes. Migrantes, homens desalojados, homens em busca da sobrevivência negada nos seus espaços de origem, peregrinos destinados a outras plagas.

O sul da Bahia, em *Terras do Sem Fim*, foi uma dessas outras regiões que acolhia mão-de-obra abundante e permanente para a derrubada de matas e plantio da lavoura cacaueteira.

Terras do Sem Fim capta bem esse movimento social naquele instante em que a cacauicultura vai alcançando importância no cenário econômico da Bahia, atraindo para si atenções de tantos outros lugares.

A divulgação dessas notícias, da grandiosidade do cacau, despertava noutras regiões do Estado (o sertão principalmente) e do País (sobretudo Sergipe, Ceará e Alagoas) o interesse em busca das riquezas geradas pelo cacau, criando uma corrente migratória intensa. Esses fatos vão compondo uma nova paisagem nesse espaço do sul da Bahia e definindo aí uma nova estrutura social, no corpo de uma fase de prosperidade econômica ainda desconhecida na Região.

Esses migrantes, em sua maioria composta de pessoas simples, fugindo das secas intermitentes de seus Estados, vão se instalando nas terras incultas, abrindo clareiras nas florestas, fazendo roças, que,

aos poucos, por expansão ou aglutinação, vão formando as grandes propriedades monocultoras. O professor Antonio Fernando Guerreiro de Freitas confirma essa questão ao expressar que “O Sul era visto como sinônimo de fortuna e salvação, recebendo centenas de pessoas que se internam pelas matas ainda virgens”.

Nesse momento, já se pode falar da existência de uma verdadeira *região cacaueteira*, isto é, uma área maior de que fazia parte a *zona cacaueteira*, e que a ela estava íntima e funcionalmente ligada. Inicialmente, quando a cultura ainda era insignificante, as pequenas propriedades estavam voltadas para a policultura, depois, quando a zona se tornou monocultora, os alimentos passavam a ser produzidos fora e comprados a peso de ouro. Abria-se, assim, um vasto mercado que crescia de importância à medida que se elevava o nível das populações locais. Isso ao lado da abertura, em grande número, de estradas demandando os extremos da zona e pondo-a em contato com áreas de vocação diferente. Isso animava os agricultores, fora da *zona cacaueteira*, a tentar um aproveitamento das terras para criação de gado bovino ou policultura.

É nesse conjunto formado pela importância que o cacau vai atingindo, na necessidade de expandir as áreas com o seu plantio e na exigência imperiosa do uso intensivo de ampla força braçal, que se estabeleceram as tensões. É nesse conjunto complexo de relações que surgiram os conflitos de interesses, contratempos diversos nos caminhos do cacau, ao se estabelecer domínios das áreas para plantio das árvores do cacau e gerenciar seu processo produti-

vo em condições de mando absoluto, ao revés das esperanças de melhoria de vida dessa mão-de-obra migrante.

A presença desses migrantes foi fundamental no processo por que teve de passar o espaço para organizar a sua base econômica fundada na monocultura do cacau. Processo que possibilitou a formação de uma sociedade que começava a instituir uma estrutura própria, dominada por grandes produtores rurais, geradora de uma política que passou a defender manutenção da organização econômica em desenvolvimento e de uma estrutura ideológica de reprodução dessa nova sociedade regional de mando absoluto.

Esses foram os componentes da saga do cacau ficcionalizados por Jorge Amado, inspiração de uma exterioridade concreta, esperanças de homens em busca da sobrevivência que a historiadora Angelina Garcez registra:

Nenhum outro município do Estado, nem mesmo o da Capital, conheceu taxa de crescimento igual. Entre 1892 e 1920, a população do eixo Itabuna/Ilhéus passou de 7.620 habitantes para 105.892 habitantes, correspondendo a um crescimento médio anual da ordem de 6,98%, enquanto o crescimento da população do Estado no mesmo período era de 1,99% ao ano.

Numa síntese, todo esse interesse, todo esse magnetismo que o cacau conseguiu despertar nos migrantes, tudo isso reapareceu reconstruído em *Terras do Sem Fim*, expresso em fragmento de conversa no início da viagem

ficcional: “Terras, dinheiro, cacau e morte [...]” (TSF, 21), ingredientes que compuseram toda a urdidura da saga do cacau, na idealização de Jorge Amado.

Terras, dinheiro, cacau e morte são, assim, temas permanentes que se colocavam bem no centro da trajetória do cacau. São expressões que remeteram a posições e propriedades sociais objetivas que, na exterioridade do discurso, significaram a vida e suas motivações. Prefigurações de um tempo ainda inexistente para os migrantes, mas já sentido através da abstração do espírito racional, numa antevisão das possibilidades que o espaço do sul da Bahia poderiam oferecer. Nasciam aí, pois, as primeiras dúvidas, as primeiras esperanças, tudo envolvido pelo forte apelo da riqueza, alimentado pelo sonho do encontro com o “Ouro que nasce nas terras de Ilhéus, da árvore do cacau” (TSF, 28).

Um outro mundo para onde a febre do cacau e a sede do ouro arrastavam homens, numa aventura desbragada, cheia de perigo, de morte, de sangue e de brutalidade. Um inferno para o trabalhador, uma parada de vida e morte para o fazendeiro, uns e outros atirados numa aventura de forte concorrência e de vitória do mais forte, do mais sagaz.

Na distância da escrituração de *Terras do Sem Fim* (1942), o olhar de Jorge Amado, ideologizado pelo realismo socialista, que desejava contar com toda exatidão cada fato, carrega de medo o espírito do migrante. Sobressalto que gerava a incerteza do amanhã frente ao aceno das grandezas nas terras do cacau (“[...] *que o fulano enricava logo que desembarcava*” - TSF, 96) e as notícias dos perigos sem fim, de brutalidade e morte fácil.

É a construção ficcional de um processo social que irá se alimentar das fortes contradições entre os donos das terras e os trabalhadores rurais, propiciando, nesse campo de luta, a possibilidade da mudança, ainda que metamorfoseada em simples esperança. Esperanças cultivadas pelos trabalhadores rurais de se transformarem em proprietários ou, apenas, de conseguirem vender sua força de trabalho, amenizando a vida sofrida vivida nas terras de origem.

A viagem da narrativa amadiana prosseguia. Viagem já marcada por diferentes contradições, objetivamente assinaladas, que começavam a definir as relações de exploração a que os migrantes seriam submetidos, porque já divisado, no discurso a bordo, o tipo de sociedade que se estava estruturando no sul da Bahia. Uma sociedade formada por uma classe dominante, de grandes produtores de cacau, e por pequenos proprietários de terra, os “burareiros”. Os “burareiros” pouco diferenciavam, quanto à sua renda e posição social, dos trabalhadores rurais, tinham de lidar com seus machados, enxadas, facões, no dia a dia do derrubar matas e plantar cacau e, em regra, o resultado de seu trabalho, as amêndoas secas do cacau, era entregue ao coronel.

A bordo, pois, os homens que viveriam os últimos dramas das conquistas das terras do cacau estavam se reconhecendo. Na viagem, as categorias sociais iam se revelando. Relações de hierarquia foram se definindo pelos espaços ocupados no navio: na primeira classe estavam os coronéis, na segunda classe, os caixeiros viajantes, jogadores, prostitutas e na terceira classe (nos porões), os trabalhadores destinados às roças de cacau, os futuros “alugados”.

Essa estrutura social, que começava a se formar, apresentava temporalidades que foram se ajustando a cada outra época presente no navio. Nessa composição social diferenciada, nota-se sinais de sobreposições, articulações e incompatibilidades que iriam gerar processos de convivências tensas, na relação dos interesses voltados para a expansão das roças de cacau.

Presentes a bordo, também, estão temporalidades anteriores, na perspectiva da narrativa de ficção, de um antes não testemunhado: homens que venceram as primeiras lutas contra a natureza (a mata e sua inospitalidade), no desbravamento inicial. Coronéis por impulsão da aventura que a tradição revelava e consagrava, semideuses a quem todos obedeciam e confiavam.

Originários de um mundo não narrado ou narrado fantasticamente, os coronéis, na metáfora da ficção, ganhavam um lugar na história, passando para um mundo das temporalidades, sem quebrar o elo com o passado de poderes ilimitados, construído na luta pelo domínio do espaço. Agora heróis, substantivados como Horácio e Sinhô Badaró, senhores maiores, em torno de quem tudo o mais circulava e acontecia, proprietários das maiores roças de cacau, símbolo incontestável de poder. Agora cada um nutre ainda um sonho: dominar o *Sequeiro Grande*, “[...] é a melhor terra do mundo para plantio do cacau [. . .]” (TSE, 49).

Horácio e Sinhô Badaró eram representações, na narrativa ficcional, de homens que se tornaram poderosos no sul da Bahia por persistirem, herdeiros e continuadores de projetos há muito idealizados,

quando tudo era ainda mata virgem, nos tempos idos da colonização.

A conquista do espaço do sul da Bahia, como parte desse processo complexo e contraditório da colonização do Brasil como um todo, nasceu no corpo de uma política de intervenção preocupada, sobretudo, com uma balança de pagamento favorável à metrópole portuguesa. Em meio a essa questão, os interesses aqui se conformavam às possibilidades mínimas das forças locais. Forças essas que iam se constituindo ao longo dos séculos e que, na rarefação das funções do poder público, português depois brasileiro, foram se adaptando a esse ambiente inóspito de matas imensas, inexploradas. Neste espaço, longe das civilizações ultramarinas, colonizadores foram formando uma espécie de “nicho ecológico” em que foi possível viver e preestabelecer condições para compor uma estrutura social, que foi se enriquecendo nessa inter-relação homem/ambiente. Puderam, assim, esses empreendedores, modelar valores e significados que garantiram suas ações, permitindo-lhes viver e fixar-se nesse espaço.

Nessa relação com o espaço, com o tipo de atividades principais desenvolvidas (extração de madeira, plantio de cana-de-açúcar, mandioca...), com uma população pouco densa, as realizações dos três séculos de existência da Capitania pouco representavam para o muito que havia em terras ricas para o desenvolvimento de lavouras:

A incapacidade dos donatários em deslanchar o progresso da capitania levou ao fracionamento das terras, divididas em

diversas sesmarias na segunda metade do século XVIII sem que qualquer alteração significativa fosse registrada. Durante esse século, a região continuou mergulhada numa atividade agrícola sem expressão, estando desocupada a maior parcela das terras exploráveis (Falcón, 1995: 39).

Observa-se, no entanto, que a conquista maior dos colonizadores, realizada nestes três séculos, foi a construção da territorialidade do espaço. O solo e sua cobertura viva (a mata), no labor dos colonos em busca da sobrevivência, não foram percebidos apenas como elementos naturais, constituíram-se em suportes de projetos, em plataformas de sonhos que demarcaram interesses e inspiraram a caminhada desses pioneiros que fizeram do sul da Bahia sua morada. Nessa experiência, esses empreendedores assimilaram esse espaço mediante práticas e crenças de natureza social, sob condicionamento das naturais dificuldades presentes numa extensão infinita de matas virgens, a muito custo dominadas: “[...] é como se o pensamento de um grupo não pudesse nascer, sobreviver e tomar consciência de si sem se apoiar em certas formas visíveis no espaço” (Roncayolo, 1986: 267).

Esse efeito da territorialidade foi mais além. Ele estabeleceu uma natureza específica aos direitos fundiários que ganharam a dimensão dos limites grandiosos da própria capitania de Ilhéus, que possuía 50 léguas de costa e para dentro, até o meridiano do tratado de Tordesilhas. Mais tarde, esses limites ganham a dimensão das sesmarias, que, nos idos de 1810 a 1815, mediam uma légua de frente e três de frente a fundo (130,68 km²) e eram concedidas a homens de recur-

sos. Na República, por sua vez, essa dimensão era a das ocupações sem limite das terras devolutas: “São devolutas as terras que não estiverem sob domínio particular por título legítimo e as sesmarias ou outras concessões antigas que não cumpriram as cláusulas de doação” - *Lei nº 198, 11-08-1897*. Essas dimensões extraordinárias moldaram uma espécie de direito que se reacendeu quando se iniciou a corrida pela posse de terras para o plantio de cacau, fazendo as propriedades ultrapassarem os marcos naturais de seu uso, alcançando os limites imaginários que a grandiosidade do cacau começava por oferecer:

A passagem das terras para o patrimônio do Estado coincide com o período de emergência da atividade cacauceira e sua afirmação como monocultura de exportação, gerando estímulos suficientemente fortes para a ocupação das terras da região, o que, até então, não fora conseguido pelas tentativas de colonização, oficiais ou particulares (Garcez, 1977: 74).

Foi nesse espaço já territorializado que surgiu o cacau. Espaço já sentido, espaço já compreendido, lugar de possibilidades que o pioneiro reconheceu como seu, lugar do desejo que determinou a aventura na busca do realizar-se, começos e tropeços que se cruzaram nesses caminhos que fizeram nascer, da luta, o sentido de viver.

E assim, nesse primeiro momento da viagem, ia se formando um mural humano daquelas forças que se enredariam no cenário do plantio do cacau, em que a aventura apontava para um mundo cheio de promessas e esperanças.

A fantasia da lendária mãe-terra, que acolhe a todos em dadivosa fortuna, mistura-se com as realidades acentuadas nos diálogos sobre o “caxixe”, a “toacia”, a febre “que mata até macaco”, e sobre os trabalhadores que virariam “alugados” nas fazendas de cacau perdidas no meio da mata.

A terra aí já se avultava como inseparável da vida. Era centro de todas as discussões, de todos os projetos. Ela dominava a fantasia da aventura que se iniciava e se insurgia como única possibilidade de sustentação dos arranjos da sobrevivência. E nisso, a terra se fazia tensão porque era palco e enredo dessa encenação de interesses controversos entre homens.

Aqui, então, a terra vai além da materialidade física. Na sua existência concreta e independente de nossa consciência, a terra se tornava um bem econômico de significativo valor e ganhava dimensão histórica ao acolher os agentes de sua reprodução social, os plantadores de cacau. Essa ação se realizou através de um mecanismo de inserção que impedia a socialização da terra pelo processo do domínio de grandes áreas para o plantio da monocultura do cacau. Monocultura essa instituidora de privilégios tais que impossibilitavam grande parte da sociedade de usufruir dos benefícios dessa interação com o espaço produtivo sul baiano.

Esse trabalho produtivo em busca da formação das roças de cacau, revelador e constituidor do espaço geográfico e histórico, pôs em relação a realidade objetiva material (a terra) e os interesses antagônicos dos indivíduos, fazendo essas terras de ninguém, no sul da Bahia, tornarem-se um campo de lutas ásperas.

Terras de Ninguém - Ásperos Tempos

Nas lutas heróicas para o domínio das últimas terras disponíveis para o plantio do cacau, na narrativa de *Terras do Sem Fim*, envolveram-se três categorias simultaneamente:

- uma mata imensa a ser dominada;
- uma leva de trabalhadores migrantes esperançosos de riqueza, pouco afeita ao trabalho duro do desmatamento;
- os interesses antagônicos dos coronéis que desejavam superar um ao outro.

Aqui a natureza (a mata) e o social (as ações dos trabalhadores e dos coronéis) se articularam e se condicionaram reciprocamente, configurando o modo como as lutas pelo domínio das terras se desenvolviam e dando sentido às razões por que elas ocorreram, na forma que aconteceram.

Compreender essas lutas, essas articulações, era perceber as condições de lugar e tempo em que elas ocorreram, nas minudências que os sinais da ficção ofereciam.

A mata do *Sequeiro Grande*, figuração da narrativa amadiana das últimas terras disponíveis para o plantio do cacau, secularizada, intocada no seu sono eterno, imensa, seduziu os coronéis para um mundo sem limites, no mistério de seu espaço indefinidamente prolongado para além do véu de troncos e folhas. Esse mistério transcendia a geografia e se lançava num espaço além, de poder, riquezas e obediência, num território demarcado pela ideologia da ambição do domínio, alimentada pela percepção funcional do espaço: “Via o campo cultivado de ca-

caueiros, as árvores dos frutos de ouro regularmente plantados, os cocos maduros, amarelos ...". "Nada mais belo no mundo ..." (TSF, 49).

É verdade que, muito cedo mesmo, as terras do município de Ilhéus foram ocupadas por estabelecimentos rurais, basta se observar os dados do censo agrícola de 1920, da região cacauceira da Bahia, onde Ilhéus despontava na liderança:

MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CACAU, ESTABELECIMENTOS RURAIS E DENSIDADE DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS
1920

MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CACAU	SUPERFÍCIE DO MUNICÍPIO (HA)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS	% DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS SOBRE SUPERFÍCIE MUNICIPAL
Barra do Rio de Ouras	213.000	1.014	30,10
Belmonte	359.200	821	18,17
Canavieiras	359.200	1.457	15,07
Ilhéus	238.500	4.580	94,35
Itabuna	274.600	2.049	33,77
Maraú	74.400	1.841	72,10
Una	233.900	738	11,76
Valença	144.600	1.061	16,95

Ocupar a selva, transformá-la em roça de cacau, era um propósito que impunha vencer resistências naturais da mata, era desbravar. Era um mundo de coisas a fazer: terra a povoar, campos a lavrar, estradas a abrir, moléstias a combater, transporte a estabelecer. E assim a selva vai sendo conquistada por um tempo desconhecido, o do desbravador. As trilhas e os espaços que iam surgindo, no processo de adentramento do desbravador, eram sinais de uma nova cultura que se constituía em matriz dinâmica do espaço. Era a inserção do espaço num novo tempo, era a implantação de uma cultura portadora de uma noção de história, que se colocava como mais avançada, submetendo ao seu interesse o espaço-tempo original (o da mata).

Na conquista inicial do espaço, o desbravador era uma espécie de pioneiro que vivia em equilíbrio com esse espaço ainda tomado por vastas áreas de matas inexploradas. Mas já era um portador da dinâmica histórica, que foi assumida de vez pelo coronel. Esse coronel superava a condição de simples *conquistador* de terras e assumia a condição de *proprietário* de terras, definindo como seu o espaço conquistado, preestabelecendo o tipo de relações econômicas e sociais que ali iria acontecer. Nesse espaço, o trabalhador se colocava no desconfortável espaço do perigo, pura luta pela vida, pela sobrevivência sob um mando absoluto.

Foi nessa aventura de possuir mais terras que se instaurou, junto à dinâmica da cultura dominante, a tensão permanente com o futuro: o cacau. O cacau se tornava símbolo de riqueza e poder, fazendo do domínio sobre terras, um domínio também sobre

homens, num confronto de interesses que dividia os homens em classes, dentro dessa relação de produção, em que de um lado ficavam os fazendeiros, donos das terras, e do outro os trabalhadores, os sem propriedade.

Nesse envolvimento, um sistema de relações ia se instituindo em torno da mata. Essa mata, frente aos trabalhadores, pôs-se como evocadora, tornava-se objeto misterioso, imprimia medo e parecia ganhar ação ao jogar os homens uns contra os outros. Os trabalhadores deixavam-se vencer pela imensidão de árvores seculares, pelos perigos sem fim por detrás de cada tronco: onças, cobras, silvícolas. Havia ali um mundo que se refazia e assomava, pelo medo, no imaginário do trabalhador, numa síntese figurada nos lobisomem, caapora, mula-de-padre e boitatá, consagrados pelas crenças populares, tornados materialidades sociais. Estes fenômenos escondiam na sua interioridade um tempo de longínquas raízes pelas quais o homem simples dava conta e explicava a complexidade de sua experiência num dado momento do viver, corpo de um sistema simbólico básico que garantia a expressão, o conhecimento, e justificava a ação e a reação de cada um. Esse tempo fantasioso foi vencido pelos desbravadores que enxergavam através do emaranhado da mata, do espaço de perigo, não os seres fantásticos que amedrontavam os trabalhadores, mas o amarelo forte do fruto do cacau amadurecido. “Os homens se encolheram com medo, a mata lhes infundia um respeito religioso” (TSE, 45).

Nessa configuração do medo da mata, a narrativa de ficção caracteriza a ambigüidade do projeto

do cacau. Nessa frente de luta, da derrubada inicial das matas para o plantio do cacau, o trabalhador não se sentia parte da construção desse projeto. Se as forças lhes permitissem, desistiriam. Por isso mesmo a figuração do recuo na narrativa. Recuo dos trabalhadores, empurrados pelo medo da mata, mas interrompido pela ordem firme do coronel, o articulador e dono do projeto do cacau. Ordem decisiva sob ameaça do uso da força: [...] Meto bala no primeiro que der um passo [...] (TSF, 49/59).

E assim, rompida a distância temporal, o mundo imaginário dos trabalhadores e suas assombrações submetem-se ao tempo histórico capitaneado pelos coronéis. A fantasia da riqueza fácil alimentada no processo da migração para o sul da Bahia desaparece. Foi aí, nesse confronto de interesses divergentes, no impasse que impôs a tomada de decisão do domínio do instituidor do projeto do cacau, que se configurou o momento síntese representativo do esgotamento de um dos tempos, que se deixou dominar pelo seu enfraquecimento. Era a presença de um tempo que se diferenciava de um outro, que se fez poder, o tempo dos coronéis.

A modernidade dos desbravadores, representada no parábélum do comando do desmatamento, se impôs contra os fantasmas do passado e se colocou como algo mais temeroso para os trabalhadores.

Essa atitude, demonstrada na ameaça e uso da força, revelou duas significações especiais, por força da expressão que a narrativa amadiana produziu:

- O trabalhador estava submetido a um modo de produção “servil”. Para conseguir reproduzir as

relações de exploração e manter o trabalhador sob seu jugo, o coronel recorria à força, no consentimento da tradição instituída, indiferente a quaisquer possibilidades jurídicas, aliás, inexistentes.

- Nesse confronto entre o coronel e o trabalhador, tempos diferentes se cruzavam e estabeleciam um campo de tensão extrema, fazendo a aproximação de tempos diferentes, ao revelar, no presente, valores e significações construídos num passado que fez cada sujeito agir de maneira diversa, apoiado em diferentes corpos culturais (crenças, ideologias), que assimilou no seu viver.

Essas contraposições apresentavam de tal forma uma face dominadora nessas relações que um olhar menos atento perceberia apenas a existência de convivência harmônica entre proprietários e trabalhadores. No entanto, o que tínhamos era uma ordem e uma disciplina manifestadas a partir de um mundo absoluto e de uma obediência cega. As eventuais discordâncias, reações e rebeldias do trabalhador somente se deixavam mostrar através da severidade das punições aplicadas. Obediência cega, não por acolhimento ideológico, sustentado em princípios de lealdade, como foi historicamente experimentada no mundo medieval/feudal, que se instituiu na excessiva centralização do poder e na obediência, tomando-se como base o teocentrismo. Obediência cega mantida pelo medo, numa subjugação sem limite de direitos: “- Não atirei para matar, só para mostrar que vocês têm que obedecer...” (TSF, 50).

Nessa luta em torno de seus interesses, os rudes coronéis, refletindo sobre si mesmo e sobre o seu mundo, sentiam-se capazes de transgredir a realidade imediata e buscavam munir-se de forças que lhes permitissem enxergar para além de seu momento. Vislumbravam um outro instante melhor, que sabiam ser possível conquistar: as terras do *Sequeiro Grande*. Fazer desse espaço propriedade e território (espaço revestido de significados), seria assumir posição de ataque e de defesa, pois os limites dessa territorialidade eram definidos como exclusivos por quem os ocupava ou por aqueles que os desejavam. Tornar propriedade um espaço, nesse mundo de terras de ninguém, era substituir a mata por roça de cacau, era ganhar mais poder, era arriscar-se a matar ou morrer.

O diálogo dos coronéis com o seu mundo implicava num olhar através dos condicionamentos postos por esses tempos primitivos. Espaço-tempo de possibilidades mínimas, em que o desenvolvimento do projeto dos coronéis exigia uma parceria indispensável, a do trabalhador. Esse *parceiro* foi requisitado dos sertões da Bahia e das terras sergipanas, alagoanas e cearenses. Anônimos trabalhadores de roça, tocados de suas origens pelas notícias da riqueza do cacau no sul da Bahia, vindos de uma intimidade com outras terras, “(...) de outros mares, de próximo de outras matas. Mas de matas já conquistadas, rasgadas por estradas, diminuídas pelas queimadas ...” (TSF, 45)

Migrantes, recém-chegados na Região, ainda desterritorializados, nesse trânsito na busca de realizar seu projeto pessoal, cada um enfrentava as novas circunstâncias postas no presente, como a impossibilidade de ocupar terras para o plantio

particular de cacau. Nessa situação, cada migrante se tornava o trabalhador rural do cacau. Essa conjuntura foi assim vista pelo professor Antonio Guerreiro de Freitas:

A cacauicultura, quando da sua implantação e processo inicial de expansão, foi capaz de fixar os migrantes que chegavam à região. Terminando o processo de desmatamento, escasseando a terra mais apta para expansão da área cultivada, foi em muito reduzida a possibilidade de trabalho permanente.

Sem terras, o migrante virava trabalhador de roça e ficava preso ao armazém de fornecimento da fazenda e em condições que inviabilizavam o projeto individual, dificultando a ação desse migrante enquanto sujeito de sua própria resolução. Essa situação tornava o momento presente do migrante inteiramente fragilizado e indefeso, gerando uma existência de angústia permanente, porque ameaçada sua possibilidade de realizar-se, de concretizar o projeto pensado de se tornar proprietário de terras, dono de roças de cacau. O desejo inicial de ocupar uma área de terra, tornar-se proprietário, se frustrava no primeiro momento, privando cada pessoa de sua liberdade, ao se submeter, a contragosto, à vontade dos grandes fazendeiros de cacau.

Desiludidos, os trabalhadores constataram que a terra tinha dono e o limite da propriedade era o da extensão do poder de mando do coronel. E isso era o sinal mais forte da sujeição do migrante à vontade do proprietário de terras: “Veio com jagunços mais uma certidão do cartório. Botou a gente pra fora” (TSE, 31).

A *Gazeta de Ilhéus*, na sua edição de 22-06-1905, registra um flagrante dessa injunção abusiva, largamente praticada pelos coronéis em clara similaridade entre a vida e a arte: “[...] me oporei, com todas as forças e garantias legais, à grande extorsão que tem por fim arrancar-me uma fazenda de cacaueros que possuo” (Santos, 1905: 3).

Sem terras, sem sonhos, os trabalhadores se tornaram “alugados” e caíram no silêncio encoberto pelo barulho das lutas dos coronéis. Submetidos, ainda sem forças de reação, sem auto-estima, o encanto do viver esvaiu-se na ausência de projetos pessoais e banalizou-se nos fortuitos divertimentos, regados a cachaça, nas ruas de prostitutas, na mais completa vadiagem. Tudo aparentava uma espécie de desleixo pessoal e um certo abandono do desejo inicial, que fez cada um migrante chegar a Ilhéus: “[...] fora a Palestina gastar dinheiro com as rameiras [...] Bebera a noite toda [...]” (TSE, 67)

Esses “alugados” estavam impossibilitados de construir o próprio destino. Estavam impedidos por uma força insuportável que os anulava, ainda que temporariamente, enquanto ser de vontade. Fraquejou, por essa razão, a capacidade de cada trabalhador rural de transitar entre o querer e o fazer, que, na objetividade do viver, colocariam a sua disposição, para posse e gozo, os bens úteis de seu tempo. Esses “alugados”, pois, enredaram-se na teia que alimentava o poder dos coronéis, esconderam-se sob o brado de suas intrigas, lançados que estavam nos afazeres de um pesado cotidiano de derrubar matas e plantar cacau.

Foi nesse campo de experiências comuns, contudo, que vai se moldando o trabalhador das roças de cacau. Foi nesse campo de lutas que vai se formando uma nova cultura do trabalhador, em que sua vontade é anulada pela força dos projetos dos coronéis, numa espécie de obstáculo à articulação de reconhecimento de seus próprios interesses.

Lançados que estavam nesse jogo de derrubar matas e plantar cacau, vivendo experiências similares, os trabalhadores acabariam por se reconhecer a partir dos valores, idéias e sofrimentos comuns. Ao longo do tempo e ainda que de forma inaudível e invisível aos demais grupos, esses trabalhadores, no labor cotidiano, iriam traçando, até de forma inconsciente, sua própria trajetória. Foram se articulando no tecido dessa sociedade, terminando por desenvolver uma espécie de reconhecimento de si mesmos, enquanto parte de um grupo social específico, o “alugado”. Homens que detiveram experiências peculiares, elaboradas ao longo da vida, o que fez desses “alugados” um produto do desenvolvimento histórico, um “acontecer”, como entendeu o professor José Jobson de Andrade Arruda: “Entender a classe, impõe, pois, vê-la como uma formação social e cultural”.

Essa condição de homens submetidos, vítimas accidentais da história, era o resultado dessa articulação produtiva que se instalou no sul da Bahia para o plantio do cacau, numa composição ímpar: uma mata misteriosa, os trabalhadores desenraizados, os coronéis dominadores. Acrescenta-se a essa conformação, os efeitos danosos de uma colonização mal sucedida, de uma estrutura econômica inadequada,

que terminaram por conferir aos proprietários de terra, no sul da Bahia, com o advento do cacau, poderes privados exorbitantes, fazendo-os coronéis.

Esses coronéis agora temporalizados pela narrativa de ficção, aptos a experienciar a sua nova ambição, submetidos à impulsão da história, onde o ter mais cacau era ter mais poder, aventuraram-se na elaboração de novas ações, inaugurando um novo projeto: o domínio das terras do *Sequeiro Grande*. Essa era uma figuração do interesse permanente de se dominar mais terras para expandir as roças, assegurando solidez na base de sustentação das manifestações do poder privado: a posse de terras. Terras possuídas como centro único de sua atenção, em que a agricultura praticada se tornava modo de vida. Terras assumidas como definitivas pelos fazendeiros, visando também a série interminável de sucessores que viriam depois deles e, nesse sentido, esses homens se ligavam a essas terras, identificando-se com elas.

Isso se confirmava ainda mais porque esses empreendimentos estavam sendo realizados num momento privilegiado. Até 1918, o comércio de cacau se apresentava relativamente livre de interferência. A concorrência de outras regiões produtoras era bem pequena. Somente em 1911 é que um país África ocidental, o antigo império de Gana, aparecia como país exportador, vendendo 17% da exportação mundial de cacau. Por outro lado, embora crescente a expansão do volume físico exportado, a procura do cacau pelos países compradores era cada vez maior.

Nessas condições vantajosas, o coronel, em condição liminar, se colocava num ponto entre a vitória e a derrota, entre viver ou morrer. Situações

extremas justificadas pelo fascínio que a riqueza lhe assegurava, antevendo-se no gozo de prerrogativas conferidas a poucos, prestígio que todos reconheciam, configurando uma imagem da dubiedade do rústico, que, ao mesmo tempo, era bom e mau, invejado e temido, admirado e caluniado:

Essa mata é o fim do mundo, seu doutor, e quem tiver ela é o homem mais rico dessas terras de Ilhéus ... É o mesmo que ser dono de vez de Tabocas, de Ferradas, dos trens e dos navios ... (TSF, 115).

A propriedade de terras que carecia de importância antes do cacau, porque ainda não respondia a resultados econômicos que fizessem valer o capital e o trabalho investidos, agora era motivo de ambição.

Uma tensão se estabelecia nessa corrida pelo domínio de novas áreas. A luta entre os coronéis se tornava inevitável. Na perspectiva da narrativa de ficção não foi preciso romper nenhum pacto, pois este não existia. Os coronéis, agora retirados de um mundo não testemunhado, na metáfora do romance, cada um, ao comparecer no tempo histórico, já era senhor, dono de seu espaço. Aqui, entre mortais, temporalizados, o *Sequeiro Grande* se insinuava nos desejos insaciados de cada um:

A mata era como uma virgem cuja carne nunca tivesse sentido a chama do desejo. E como uma virgem era linda, radiosa e moça, apesar das árvores centenárias. Misteriosa como carne de mulher ainda não possuída. E agora era desejada também (TSF, 44).

Assim posto, não havia nem mesmo possibilidade de uma alternativa, um acordo. A idéia básica seria eliminar o oponente. Os valores e as prerrogativas do poder seguiam-se à luta. Ademais, a “mata em cio” não acolheria senão o mais destemido, o herói. A tese aí posta confirma-se na análise de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, ao declarar que “Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida”. Na região do cacau não havia força superior à dos coronéis.

O pretexto que havia de justificar o início da luta agora estava à deriva, ao sabor do acaso. Somente a relação de semelhança entre os coronéis, representada na força e na coragem, determinava cautelas. Irreconciliáveis, cada um atuava em direção oposta, procurando, a seu modo, assegurar uma vitória final. O enredo era, inegavelmente, o domínio do *Sequeiro Grande*. Não havia nenhuma dúvida entre as partes em conflito de que haveria muitas mortes nesse confronto. Isso não importava, pois o critério que sustentava a razão da luta não se fundava em questões de liberdades e direitos, mas na possibilidade do domínio de mais terras, no interesse de ampliar poderes sobre mais pessoas e garantir a hegemonia do mando político local. Cada coronel fazia disso a justificativa da ação, revelando um sentimento de tranqüila decisão, na certeza da magnificência dos objetivos pessoais. Esses propósitos não contemplavam mudanças no corpo social, mas revelavam a ambição de homens ávidos de dinheiro e poder, lutando para preservar o que já foi realizado e assegurar sua estabilidade como liderança política,

fortalecendo o poder instaurado pela força do cacau: [...] “Essa mata vai ser minha nem que tenha de lavar a terra toda de sangue” (TSE, 64).

A atmosfera construída em torno dos interesses dos coronéis ressaltava um presente bastante tenso, porquanto os sentidos e os significados de seus interesses passavam a compor um projeto de alargar o domínio territorial, conquistando o poder econômico combinado com o político:

A excelente performance do cacau na pauta de exportações até 1910 valorizou consideravelmente as terras existentes e aumentou bruscamente a procura de novas. Práticas inescrupulosas de apossamento de terrenos devolutos e lutas pelas áreas já ocupadas incorporaram-se ao cotidiano da lavoura[...] (Falcón, 1995: 57).

Era a antecipação resoluta do futuro que agora foi posta como causa: conquistar mais terras, ter mais cacau para ter mais poder.

A idéia dessa antecipação do futuro confirmava o abandono do projeto do passado, cujo interesse era apenas o de conquistar terras para o plantio do cacau. Essa alteração do projeto indicava que a articulação passado/presente perdia força, cedendo lugar a uma aliança nova e intensa com o futuro, que passava a ser incorporada como modelo de deliberação.

Essa transferência de intensidade, em relação ao futuro, não anulava o vínculo com o passado, nem empobrecia a experiência, mas diversificava seu fundamento enquanto sustentação do novo projeto que, embora bárbaro no método - [...] “Essa mata

vai ser minha nem que tenha de lavar a terra toda de sangue" - era uma defesa do já conquistado. Esse novo projeto, a conquista de mais terras para ter mais cacau e mais poder, reafirmou o sistema tradicional, do simples interesse de conquistar terras para o plantio de cacau, garantindo as possibilidades de permanência do conquistador, agora tornado coronel. Um novo projeto, um novo artifício: o domínio do poder político. Esse novo interesse estimulava as possibilidades de mudança quanto à importância do cacau, mas ainda com suas raízes presas à força do mando absoluto, formada no desbravamento inicial. Isso significa dizer que a preocupação dos coronéis, agora ricos donos de muitas arrobas de cacau, vai muito além do simples gerenciamento de seus bens. Eles passaram a se interessar por outros fins e outras metas, envolveram-se em relações sociais para além dos limites de sua propriedade rural, tais como a representação, a liderança, o monopólio do controle da força. Era o gosto pela política animado pela sustentação da riqueza. Nesse momento, os coronéis criaram laços específicos dentro de um sistema político, o Estado, fazendo convergir, para o espaço do cacau, formulações institucionais, geradas noutro centro de decisões, a Capital, fortalecendo [...] esquemas de dominação estruturados em cima das relações de dominação de caráter pessoal (Leal, 1997: 68).

Esses eram sinais de que o sul da Bahia, pela força que o cacau pôde promover, vai rompendo com a inércia dos tempos primitivos, vividos pelos pioneiros, em que sucessão e mudanças faziam-se de forma bastante tímida e, por isso, a vida ganhava um quê de ritual, fazendo do passado um presente fixo, resistente às transformações.

O cacau mudou tudo isso. Um dado novo se incorporava no assentimento social: o interesse pelo poder político.

Agora o tempo transcorria célere:

- havia matas tornando-se propriedades por meio das conquistas e dos desbravamentos;
- havia matas-propriedades transformando-se em roças de cacau;
- havia o amarelo dos frutos dos cacauzeiros transluzindo-se em riqueza e poder.

Era um novo tempo presente no espaço do sul da Bahia. Um tempo diferente do primitivo, ao admitir o transcorrer. Ou seja, esse novo tempo, do desbravamento e da conquista de terras, passava a ser um lento e inexorável degradar do tempo primordial vivido pelos pioneiros que, nos três primeiros séculos de existência da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, “[...] viviam reduzidos a plantar mandioca e outros vegetais para o seu sustento (Campos, 1981: 24).

O cacau se tornava, assim, o operador temporal do sul da Bahia.

As ações de conquista de terras e do plantio do cacau se tornavam processos cujas mudanças atingiam também os protagonistas do drama temporal do cacau. As mudanças se faziam normas. E agora há sempre um olhar para além, para um futuro, empurrado pelos interesses que o cacau desprende:

Mas o cacau não só liquidou os alambiques, os pequenos engenhos e as roças de café, como andou mata adentro. E no seu caminho

nasceram as casas do povoado de Tabocas e mais longe ainda as casas do povoado de Ferradas... (TSF, 129).

Os velhos proprietários de terra, pioneiros desbravadores, antigos migrantes, ou seus filhos, foram se tornando autoridade única, senhores a quem todos obedeciam, juizes e carrascos por necessidade de fazer caminhar o interesse de expansão da cacauicultura. Nesse espaço de práticas políticas e sociais violentas, próprias das sociedades de fronteira e com instalação pioneira de lavouras, formava-se a figura do coronel no corpo de uma estrutura social que submetia a maioria dos trabalhadores e prestigiava uns poucos homens de confiança: *os jagunços*.

Esse coronel polarizava, então, toda a vida social e política da região, dominando todos os meios de produção no campo, principalmente o controle do uso e da posse da terra, o que fazia dele o centro de atividades e decisões, estereótipo popular do homem que protegia os amigos e os afilhados, perseguia os inimigos e desafetos, alardeava valentia. Essa condição de chefe privado ia aos poucos sendo institucionalmente incorporada ao poder público através de sua ligação com partidos políticos dominantes. O público e o privado eram, assim, apropriados pelo coronel ao exercitar seu domínio no critério exclusivo de seus interesses. Dos onze intendentess de Ilhéus, no período de 1887 a 1937, oito foram cacauicultores (quadro abaixo):

De tal forma o termo coronel estava eivado da atribuição da população local ao prestígio de um grande fazendeiro de cacau, que se

tornou praticamente impossível diferenciar aqueles que realmente detinham a patente dos que de fato não a possuíram. E a distinção, de sorte, inútil, era mera formalidade (Falcón, 1995: 87).

INTENDENTES MUNICIPAIS DE ILHÉUS
1890-1930

INTENDENTE	OCUPAÇÕES	GESTÃO
Joaquim Ferreira de Paiva	Político - Militar	1887 - 1894
Manoel Hollerweger Homem	Político - Comerciante	1894 - 1896
Ernesto de Sá Bittencourt Câmara	Político e Cacauicultor	1896 - 1904
Domingos Adami de Sá	Político, Cacauicultor e Comerciante	1904 - 1908
João Cavalcante Mangabeira	Político, Advogado e Cacauicultor	1908 - 1912
Antonio Pessoa da Costa e Silva	Político, Rábula e Cacauicultor	1912 - 1916
Manoel Missel da Silva Tavares	Político, Cacauicultor e Comerciante	1916 - 1920
Euzébio de Souza Bastos	Político, Cacauicultor e Comerciante	1920 - 1924
Mário Pessoa da Costa e Silva	Político, Cacauicultor e Médico	1924 - 1928
Durval Oliveira	Político - Engenheiro	1928 - 1930
Eusínio Gaston Lavigne	Político - Cacauicultor	1930 - 1937

Fonte: Livros dos registros de portarias da Prefeitura Municipal de Ilhéus

Coronéis, na sua maioria homens simples, antigos tropeiros, desbravadores de pequenas áreas de matas. Esses homens envelheceram na labuta diária derrubando matas, plantando eles mesmos suas roças de cacau, defendendo pessoalmente

suas posses contra as tentativas de agressão de fofasteiros, num quadro de abandono completo das autoridades públicas constituídas. Essa característica dos coronéis do cacau, de homens afeiçoados e dedicados ao trabalho com o machado, o facão, o podão (instrumento de colher os frutos do cacau), o parabélum (pistola automática), eram como que marcas regionais que conferiam ao grapiúna um tipo específico de “cidadania”, no reconhecimento da coragem de aventurar, respostas mesmo da experiência de viverem isolados, sem apoio, enfrentando adversidades da abertura do espaço, tropeços das mais diversas ordens:

Episódios sangrentos, desordens, arruaças, agressões, atentados de toda sorte, numa palavra, contra a vida, contra a propriedade, e até contra a consciência do cidadão, sucederam-se a bem dizer sem hiatos em 1900, de janeiro a dezembro, - e repetiram-se com maior ou menor intensidade e freqüência nos subseqüentes anos, ver-se-á, - especialmente nos distritos de Cachoeira de Itabuna, de Almada, e de Sequeiro do Espinho (Campos, 1981, 291).

Na disputa pelo domínio de novas terras, como as do Sequeiro Grande da narrativa ficcional, os trabalhadores se dividiam em apoio a um ou a outro coronel, intimidados por questões de culto à honra pessoal, ao brio e fidelidade a seus senhores ou mesmo movidos pelo medo. Todos se tornavam “soldados” prontos para defender as determinações dos coronéis, face a seu poder inquestionável, como já reconhecido em Raízes do Brasil:

Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica (Holanda, 1995, 80).

A esse propósito, a narrativa de ficção assim dispõe:

- E tu, compadre, vai falar com Teodoro. Explica o caso a ele. Se ele quiser vir venha. Faço um acordo com ele. Se não quiser que se prepare porque vai chover tiro nessas vinte léguas de Terra (TSF, 106).

O “modo coronelista” aqui se manifestava na sua forma plena na requisição dos parceiros para a luta, cujos objetivos eram exclusivamente pessoais: a expansão fundiária. Isso correspondia a uma demonstração de que os limites de influência do mandonismo dos coronéis projetavam-se para muito além dos círculos de suas propriedades e ganhavam todo o corpo social em forma de reconhecimento, fidelidade e simpatia, como resultado, dentre outras relações, do compadrio instituído. Em Os Coronéis do Cacau, o “modo coronelista” foi assim descrito:

A violência constituía a retaguarda fundamental para inúmeras incorporações ilícitas de glebas, muitas vezes maquinadas pelo próprio aparelho judiciário e firmemente cumpridas pela imposição da força (Falcón, 1995: 92).

A luta deflagrada foi impiedosa. A descrição da historiografia e da narrativa de ficção não deixaram dúvidas quanto significou para a região em termos de perdas humanas. Em disputa, no fundo, não estava a terra, porque existiam tantas outras áreas em mata, mas o desejo de demonstração de poder, de domínio do espaço político da região:

...inúmeros conflitos estalavam entre produtores em geral e comerciantes, em consequência da luta pela apropriação do excedente econômico; dos produtores entre si, o que levava os grandes fazendeiros a verdadeiras guerras pela posse da terra disponível, como a do Sequeiro do Espinho, em 1919, onde duas importantes famílias locais envolveram a população rural em sanguinárias lutas; dos grandes fazendeiros contra os pequenos, motivados pela necessidade de expansão das fazendas maiores (Falcón, 1995: 64/65).

“[...] Horácio venceu [...]”:

Foi a última grande luta da conquista da terra, a mais feroz de todas, também ...

Fazia pena, dava dó,
Tanta gente que morria.
Cabra de Horácio caía
E caía dos Badaró...
Rolava os corpos no chão.
Dava dor no coração
Ver tanta gente morrer,
Ver tanta gente matar.
(TSF, 210/211).

As ambições, os desejos e os sonhos dos coronéis ganharam corpo nessa luta que abriu, definitivamente, o caminho para os homens penetrarem na mata do Sequeiro Grande, derrubarem suas florestas, plantarem cacau nas suas terras e, sobretudo, assumirem mais poderes, garantindo a liderança política local.

A vitória resultante das disputas, assim, era condição indispensável para a consolidação da liderança, embora a luta fosse sempre um choque. Choque para os vencidos, que eram despojados de sua honra pessoal e dos direitos de propriedade de suas terras. Choque para os trabalhadores que, dedicados ao desempenho de atividades manuais nas roças de cacau, distantes das decisões do mando ou das razões que fizeram os conflitos surgirem, estavam, mesmo assim, no centro desse acontecer, num envolvimento com esses conflitos, tomando parte deles, independentemente de sua vontade, sofrendo diretamente os seus efeitos perversos, no benefício exclusivo da liderança vencedora.

Esse choque despertou, em todos os envolvidos, questionamentos sobre sua vida, sobre suas atividades. Foi um momento extraordinário, que quebrou a rotina do dia a dia, despertando a atenção de toda a comunidade para temas nunca antes pensados, como o da luta entre os dominadores. Nesse contexto, quebra-se, momentaneamente, a ordem tradicional, constituindo-se numa ameaça de empurrar para fora dos territórios tradicionais os vencidos e aqueles que não foram beneficiados com as lutas. Eram novos sinais se esboçando na sociedade: tempos novos idealizados no mesmo espaço, espaços novos filtrados do mesmo tempo:

Juntou febrilmente seus trapos, soluçou uma despedida, saiu correndo... E pra onde vou? Que vou fazer?

E como ninguém respondesse à sua pergunta ele mesmo respondeu: - pra outra fazenda, vai ser o mesmo que aqui (TSF, 99).

Nessa vida de lutas que levaram os coronéis, face à realidade presente, a atitude primordial e imediata desses homens não poderia ser de alguém que se colocava frente ao mundo especulativamente. Era aí nesse espaço de sua existência que o cotidiano era inventado na criatividade do ter que viver. Era daí que foram surgindo formas significativas que passavam a atender interesses pessoais e de grupos, base do desenvolvimento de projetos de vida de cada um.

Vivendo como viveram, num cotidiano de esforço físico permanente, despreocupados com o intuir, o analisar e o compreender teoricamente o mundo ao seu redor, os coronéis, a seu modo, criaram suas próprias representações, colocando-se em condições de se orientar em seus espaços, de se familiarizar com as coisas de seu tempo e manejá-las.

Muito além do espaço

O homem se estabeleceu no sul da Bahia, criou o seu lugar, espaço de sua morada, espaço de sua cultura, e fez-se a si próprio. Nesse localizar-se e fazer-se, surgiu um campo de concordância e de divergência gerador das permanências e das mudanças, da vida que se fez ato, que ama, que desama, num claro-escuro de verdade e engano que

precisava ser compreendido a cada novo momento. Por força dessa dinâmica, circunstâncias novas eram produzidas naquele presente, ampliando assim o espaço da experiência dos sujeitos e abrindo novas oportunidades para seus projetos, em horizontes de expectativas mais promissores.

Num momento anterior, detectamos sinais da ficção que estendia para o início do século XX as ações de desbravadores lutando pelo domínio das últimas áreas de mata disponíveis para o plantio de cacau. Esse espaço de ação dos desbravadores ganhou importância porque se tornou “meio de produção” e porque virou o lugar da morada do sujeito, depositário obrigatório de um novo tempo: o tempo do cacau.

O que esta parte do estudo está fazendo, como de resto todo este trabalho por inteiro, é procurar surpreender o espaço num dado “presente” diacrônico, historicizado, iluminado pela ficção amadiana. É ver o espaço testemunhando a realização da história, sendo, a um só tempo, passado, presente e futuro. É notar o espaço como lugar material das possibilidades da sucessão dos eventos, dos tempos e temporalidades tornados atos.

Esse lugar, esse espaço de morada, nesse cenário da saga do cacau, está desenhado na narrativa ficcional compondo os sonhos e as fantasias que se interpenetraram no imaginário dos migrantes e guardaram tesouros tão significativos que requalificaram a própria realidade de cada sujeito. Nesse condicionamento, cada pessoa, vivendo e procurando responder às exigências de seu tempo, parecia enxergar, para além do horizonte e para além do

tempo, potencialidades e possibilidades que somente o exercício do viver pleno conferia.

Nesse olhar e nesse exercício do viver, a terra era reconhecida como espaço do trabalho em que as possibilidades se davam, no usufruto de suas potencialidades. Essas potencialidades iam sendo reconhecidas na busca da realização de diferentes projetos, o que implicava numa ação constitutiva, num ato inaugural, onde, simultaneamente, se criava um sentido e o liberava: a mata se transfigurava em roça de cacau antes mesmo do plantio: “Vi o campo cultivado de cacauzeiros, as árvores dos frutos de ouro regularmente plantadas, os cocos maduros, amarelos [...] nada mais belo no mundo [...]” (TSF, 49).

Esse encontro da experiência do trabalho com a terra, nesse sul da Bahia, não produziu apenas o fruto do cacauzeiro. Essa aliança instituiu um tipo de relação social de forte desigualdade entre seus membros, que se sustentou por um longo período, numa linha de continuidade que advém de fases anteriores, representadas pela colonização feudal portuguesa e pelo sistema escravocrata do trabalho que, a um só tempo, estimularam o latifúndio e reforçaram o poder do proprietário rural.

No gosto que fez belo o cacauzeiro, como ressalta a ficção, presentes estavam a luta do desbravamento, o sofrimento da árdua lide cotidiana, o sol escaldante, a chuva sem fim e, também, a esperança do enriquecimento através da posse de terras.

Esse modo de relação com a terra, na formação do espaço do cacau, “[...] escapando de mordida de cobra e de tiro de tocaia [...]” (TSF, 36), indispunha-se contra a visão passiva da terra como domínio das fronteiras

do descanso, fazendo-a fronteiras da vontade, em que o ato agrícola era antes de mais nada a tentativa de reproduzir as relações vitais globais, das quais a terra era o fundamento e não apenas o suporte.

Inserir-se nesse espaço, ocupando lugar na terra, era defrontar-se, antes, com as objetividades de um contexto reconhecido pela sociedade, que faziam valer o poder, o prestígio, as idéias de honra, as alianças, o compadrio, a "clientela" ("Em torno desses grandes proprietários... havia os pequenos fazendeiros, a turma dos agregados, gente de poucas posses, vivendo de pequenos serviços - a clientela") (Queiroz, 1976: 38). Tudo isso reunido no fundamento básico: a posse de grandes áreas de terra.

Essa mesma terra se tornava espaço mais que desejado. Espaço essencial ao migrante, a esse desenraizado caminhante deliberadamente destinado a um ponto de chegada definido. Lugar do sonho, do poder agir, da imaginação. A terra é aí "... corpo e alma que agasalha o ser e lhe impede a dispersão..." (Bachelard, 1996: 26). Para superar a condição de desenraizado, o migrante precisava chegar a um destino, envolver-se com as atividades do novo espaço e incorporar os sentidos e significados do novo viver.

A terra que era reverenciada por um lado como fundamento básico das relações vitais, aos migrantes sua função inicial era ser plataforma, lugar de estar, ponto estratégico para o começo de uma nova vida. Os migrantes, recém-chegados, estavam inferiorizados porque ainda não dominavam a leitura das inscrições sociais passadas e presentes, específicas desse novo espaço, gerando expectativas de lutas de interesses com os velhos habitantes.

Ilhéus era parte dessa terra, era esse espaço desejado. Era a porta de entrada do sul da Bahia. Era o lugar de passagem para o campo. Era Corpo e alma, espaço síntese de uma totalidade que se compôs em canto do mundo, ponto de chegada, lugar do encontro e o produto do próprio encontro. Era abertura à inspiração do fazer. Era o espaço e o tempo se fundindo, um estar e um querer realizar-se num mundo novo de possibilidades e impedimentos postos aos sujeitos. Eram os sentimentos fortes de uma aventura que ia deixando de ser imaginação (do migrante) e ia ganhando o colorido da realidade local, das coisas que estavam sucedendo, tais como:

- incorporação crescente de novas terras à lavoura;
- desenvolvimento de mecanismos extra-econômicos para domínio de terras - o caxixe;
- progressivo aumento da incorporação da mão-de-obra trabalhadora do campo.

Em razão disso, a lavoura do cacau era praticada sob forte tensão, em terras de posse precária, conseguidas pela ocupação pioneira e pelo processo de expansão arbitrário, na forma de emboscadas noturnas.

Dali (de Ilhéus) partiam para as matas os desbravadores de terra. Era um mundo primitivo e bárbaro cuja única ambição era dinheiro. Cada dia chegava gente desconhecida em busca de fortuna (TSF, 133).

Num primeiro instante, a cidade era apenas um povoado inexpressivo. Era o ponto original do

território agrícola do sul da Bahia, que se enunciava através do porto, da casa do intendente, da delegacia, da Igreja, do cabaré e de inúmeras habitações residenciais de alvenaria e de taipas. Aos poucos, a cidade vai se revelando como lugar do jogo de influências e das querelas de prestígio, dependendo diretamente da estrutura latifundiária, cujo comando dos coronéis era absoluto. À semelhança da estrutura de nossa sociedade colonial, o sul da Bahia, no momento da expansão da cacauicultura, tinha, ainda, sua base fora dos meios urbanos. Uma civilização de raízes rurais, presa nas tradições das experiências latifundiárias, com fortes traços de um sistema escravocrata, governa o espaço: “[...]já então os Badarós eram uma potência diante da qual a lei e a religião se inclinavam” (TSF, 88).

A vida econômica, política e social daquele espaço se concentrava nas propriedades rurais, nas mãos dos coronéis que dirigiam os destinos regionais em benefício de seus interesses, com apoio do governo Estadual.

A cidade, nesse momento, não era ainda o lugar da centralidade, nem lugar privilegiado da expressão, da difusão de idéias, nem espaço das lutas mais significativas. O campo “reinava” absoluto.

O poder do cacau fez da cidade um “feudo” dos coronéis proprietários das fazendas. Por força desse poder dominante, Ilhéus era mais do que aquelas moradas simples já citadas. De lugar de passagem, de espaço de divertimento, de ponto de contato com o mundo distante da “Bahia”, Ilhéus era, mais que tudo isso, relação funcional das ordens sociais e morais estabelecidas, lugar do medo que acatava

a decisão, da subserviência que anulava o juízo, do riso que silenciava ou explodia no consentimento do coronel: “Dr. Genaro engoliu em seco, encheu seu copo. O juiz acompanhou a gargalhada de Sinhô Badaró [...]” (TSF, 67).

A vida da cidade e dos povoados era alimentada pelo cacau. Por detrás de cada negócio que era feito, de cada casa construída, de cada armazém, de cada loja aberta, de cada caso de amor, de cada tiro trocado, lá estava a presença do cacau. Foi a força do cacau, ainda, que estimulou o surgimento dos palacetes dos coronéis, edificadas nas cidades, fechadas grande parte do ano, habitados somente por ocasião das festas da Igreja. Cada palacete era uma vitrine de demonstração de riqueza que transcendia a importância das formas arquitetônicas que lhes davam imponência: “Em Ilhéus podia se medir a fortuna dos coronéis pelas casas que possuíam” (TSF, 186).

Ao migrante, a cidade que agora o acolhia, num momento inicial, no começo da viagem, fora imaginação. Fantasia que produziu espaços e mapas mentais como miragem de coisa supostamente “real”. Agora o espaço estava a seus pés, à sua frente, como entorno, em sua forma material.

Como a objetividade do tempo e do espaço advém de práticas materiais de reprodução do social, no enfrentamento com o novo espaço, o migrante se desiludiu. Começavam aqui em Ilhéus, pois, os conflitos de interesses surgidos entre proprietários rurais estabelecidos e os trabalhadores recém-chegados. A ilusão de angariar alguma riqueza se desfez rapidamente. A riqueza estava na terra. Terras existiam e muitas. Terras ocupadas pelos coronéis

ou desejadas por eles no limite da ambição que o poder absoluto conferia.

Desiludidos, sem nomes, sem o reconhecimento de sua importância, sem nada a fazer, como decisão pessoal, obedeciam, apenas obedeciam. Somente as pilhas de sacos de cacau nos armazéns das fazendas demonstravam a sua existência, presença também notada nos

*Lamentos que o vento levava, gemidos sob
o sol nas roças de cacau, no trabalho da
manhã à noite:*

Eu quero morrer de noite

Bem longe, numa tocaia...

Eu quero morrer de açoite

Dos bordados de tua saia... (TSF, 196).

O processo de trabalho, a que os migrantes estavam lançados no cotidiano, era sentido pelos “... gemidos sob o sol nas roças de cacau...”, e mostrava, de forma histórica e concreta a exploração a que cada um desses migrantes era submetido nas relações de produção.

Esses eram os componentes que foram revelando o campo e a cidade do sul da Bahia, que se distanciavam daquele espaço um dia imaginado pelos trabalhadores: “[...] que dinheiro era calçamento de rua, era poeira de estrada [...]” (TSF, 96).

Campo e cidade, cidade e campo tornavam-se uma só coisa pelos laços dos interesses que envolviam cada pessoa, cada atividade, cujo desenrolar engendrava a história narrada em Terras do Sem Fim. A narrativa vira inspiração de um momento

exterior, datado: o domínio das matas do Sequeiro Grande, ocorrido entre 1910 e 1919, nas proximidades de Ilhéus.

Aí o campo, ao subtrair as vozes dos trabalhadores, tornando-os “alugados”, exaltava a presença de uma dominação absoluta que, para o olhar de hoje, no distanciamento das conjunturas e estruturas postas então, a ação alcançava alta irracionalidade. A notícia histórica não confirma essa versão da irracionalidade. O mandonismo local provinha de estrutura social baseada no latifúndio que rompeu diferentes etapas na vida do país: na Colonização, no Império e na Primeira República, com distinções apreciáveis, mas sempre um poder forte, centralizado numa pessoa, em forma de poder privado.

As condições de reprodução da vida humana presente no espaço pareciam não se dar conta de que em todas as manhãs e em todo entardecer “Da mata vinham trinados de pássaros nas madrugadas de sol..., e ... voavam sobre as árvores as andorinhas de verão - (TSF, 44). Era mais forte a necessidade de controlar as posses das áreas já conquistadas. Era mais importante fazer valer a hierarquia do mando, garantir a expansão do domínio, ainda que, para isso, fosse preciso matar: “Acusavam Horácio de três mortes [...] Dizia o processo que não contente de ter matado um dos homens, cortara-lhe as orelhas, a língua, o nariz e os ovos” (TSF, 51).

Era a reafirmação de que somos o espaço onde estamos, espaço apresentando a marca da sociedade que o produziu, espaço de homens ligados pela “servidão” das relações de trabalho numa sociedade fortemente hierarquizada, num processo produtivo

estruturado em razão das necessidades desse momento. Era o espaço reunindo a materialidade e a vida que o animava. Vida traduzida na objetividade do esforço que fez surgir as plantações, as estradas, as cidades e, simultaneamente, gerou os conflitos e o bem-querer, o que correspondia entender que a criação desse social emergiu da prática, do modo de produção aí instalado, numa espécie de ação e reação que possibilitavam mudanças.

Essa experiência social que se alongava além do cotidiano do plantar e do colher cacau, que construiu uma figura do rural e do urbano, insinuava uma fronteira entre cidade e campo, cuja existência somente era percebida na vivência de cada um, na complexidade da interação e do conflito de valores que se estabeleceram.

A narrativa amadiana expõe bem essa questão quando trata de fixar em Ilhéus a esposa do coronel Horácio, Ester, vinda de outro mundo: “[...] nascera na Bahia [...] e [...] cursara o melhor colégio pra moças [...] num colégio de freiras [...]” (TSE, 55).

Num primeiro momento, Ester não se sentia parte daquelas terras bravias que desfizeram seus planos elaborados a partir das leituras de “[...] romances franceses, histórias de princesas, de uma vida formosa [...] e passou a morar numa [...] casa perdida entre as roças de cacau [...]” (TSE, 55).

Lugar cheio de aventureiros e de lavradores, onde só se falava em cacau e mortes.

Transitar nessa fronteira cidade e campo, sentir-se urbano ou rural, era empreender uma caminhada que se alongava por uma vitória sobre conflitos íntimos. Era procurar desembaraçar-se de devaneios

recorrentes, em direção ao reconhecimento de valores não percebidos nos relacionamentos iniciais. Esses valores estavam ocultos sob a teia social desse espaço-tempo desconhecido do plantar e do colher cacau, espaço ainda em construção.

Era no sentido do reconhecimento desses valores que todo o fixar-se vai além do morar e estava fortemente ligado ao tipo de utilização do espaço (modo de trabalho e de costumes em comum), que se abria à oportunidade da identificação no processo de convivência, ao inserir o recém-chegado entre os demais moradores, tornando-o par entre os outros:

Agora era uma festa quando Ester ia a Ilhéus. O sonho das grandes cidades, da Europa, dos bailes imperiais e dos vestidos parisienses, ficara para trás. Parecia tudo muito longe, perdido no tempo, naquele tempo em que era possível sonhar (TSE, 56).

Os dois espaços, o campo e a cidade, dessas terras do sul da Bahia, ganharam existência enquanto movimento e interesses, ainda que encobertos pela fonte original do mando, o poder do coronel, que tudo privatizou e submeteu à sua vontade. Instituidor do espaço, o coronel não apenas transformou as matas em roças de cacau, mas, sobretudo, fez surgir um modo de sociabilidade com seu tipo próprio de cooperação, competição e luta, criou um território específico, as terras grapiúnas. Na verdade, a cidade estava como se fosse um prolongamento do campo, das terras ou matas transformadas em roças de cacau.

Espaços-tempos fundidos numa territorialidade de dimensão complexa, advindos de um passado

não testemunhado, dado que a narrativa amadiana começa a partir de um coronel já existente, senhores proprietários de largas roças de cacau. Há, pois, um antes não narrado ou narrado fantasticamente, tempo original, trans-histórico, fundante do espaço que fez do desbravador um coronel, na enunciação de *Terras do Sem Fim*.

Finalmente, inserido no tempo, o coronel, na intencionalidade da consciência que o espaço-tempo lhe permitiu elaborar, compreendeu seu momento e pôs-se em direção a novas riquezas e mais poder, ao ampliar o domínio sobre novas terras e alargar o limite de seu espaço social:

Tu é meu irmão mais velho e é tu que resolve das coisas da família [...] Tu é que tá fazendo a riqueza dos Badarós. Mas eu te digo, Sinhô, que se eu tivesse no teu lugar a gente tinha duas vezes mais terra (TSF, 64).

A terra aqui era fonte de poder. O território que se inseria nesse espaço era, fundamentalmente, uma relação de homens, o que incluía desigualdade e conflitos sociais de variada intensidade e extensão. Nesse jogo do ter e do querer possuir ainda mais, a narrativa amadiana ganhou uma relação de semelhança com a realidade exterior ao romance (o acontecimento histórico do sul da Bahia, no início do século XX), o que faz de *Terras do Sem Fim* uma espécie de metáfora que instaurou a similitude entre o histórico e a narrativa ficcional.

O mundo que o autor de *Terras do Sem Fim* pôde construir, na imaginação criativa de seus

sentimentos, estava representado no corpo das expressões que a intriga da obra comunica, fazendo surgir aí a representação de um campo e de uma cidade que a narratividade soube surpreender na sua especificidade local.

Tempo espacializado: a grapiunidade

Foi nesse espaço-tempo do desbravamento das matas do sul da Bahia e das lutas travadas por sua posse que emergiu o grapiúna. O grapiúna é, pois, o resultado da adaptação desses pioneiros desbravadores aos condicionamentos locais, em razão das ações específicas que aqui se desenvolveram frente às inospitalidades naturais do espaço, como resposta do jogo travado nessa conquista que determinou maneiras próprias de caminhar e de fazer as coisas. Essas invenções foram se constituindo num cotidiano estruturado por multiplicidades de táticas necessárias ao viver.

Estamos, então, diante de um mundo que era ao mesmo tempo uma construção e uma criação. Enquanto construção, o mundo era uma realização dos fazeres do homem, sujeito social de sua história, de seu tempo-espaço. Enquanto criação, o mundo era a expressão dos sonhos, das utopias desses sujeitos sociais. Neste espaço do sul da Bahia, o grapiúna se fez ao exercitar uma experiência cotidiana de lutas e sacrifícios, derrubando matas e plantando cacau, no interesse de realizar um dado projeto e fazer aqui a sua morada.

O grapiúna, assim, tem a ver com a forma como foi possível implantar o cacau nesta região do sul

da Bahia. Tem a ver com o ato de coragem do desbravamento, que implicava na conquista de terras, na derrubada de matas, na implantação do cacau e depois na defesa das roças.

No espaço inculto enfrentado por esses primeiros plantadores de cacau, num estágio em que cada empreendedor respondia por suas próprias conquistas, bem a critério de suas possibilidades, a segurança individual era uma preocupação constante. Fixar-se nesse espaço era determinar o limite de suas posses, assegurando uma forma de defesa.

A coragem inicial de enfrentar a mata transfigurava-se agora numa outra forma de atitude, a valentia, como recurso necessário à convivência ou coexistência entre os pares, em domínio de uns sobre os outros, na garantia da ordem que foi possível instalar, na habilidade que definia o comando, ao driblar os impedimentos postos na caminhada. Ações essas de um movimento que se constituiu na saga do cacau, no bracejar de homens que empreenderam, persistiram e se fizeram grapiúnas.

A conquista violenta de terras no sul da Bahia, como prática ordinária, ganha coerência na justificativa da necessidade de os coronéis ampliarem seus domínios e fazerem-se senhores de poderes inquestionáveis, autoridade máxima em seu território, a quem poucos ousavam contrariar as ordens. Além do mais, esses coronéis foram beneficiados pelo regime federativo instituído pelo advento da República, que incorporou à cidadania ativa uma massa imensa de trabalhadores. Em larga medida, os coronéis tornaram-se condutores daquele rebanho eleitoral incapacitado para o consciente desempenho

de sua missão política: “Votavam vivos e mortos, muitos votavam sob ameaças dos cabras” (TSF, 136).

Essa condição de chefe político local se fortalecia com outra brecha do federalismo de 1891, que deixou as funções policiais a cargo dos Estados e cada um deles organizou livremente seu aparelho policial:

A 24 de fevereiro de 1891 o Congresso promulgou a primeira Constituição da República, que vigorou até 1930. O Brasil se tornou uma república constituída por uma federação de vinte Estados, a cada Estado foi concedida ampla autonomia, econômica e administrativa (Vianna, 1967: 225).

Em regra, foi adotado o princípio da livre nomeação dos chefes de polícia, de delegados e subdelegados, funções inteiramente apropriadas pelos coronéis, que designavam seus amigos para esses cargos, com instruções para “fazer justiça” aos amigos e “aplicar a lei” aos adversários: “Durante a Primeira República, a organização policial foi um dos mais sólidos sustentáculos do “coronelismo”... ” (Leal, 1997: 226). Relação semelhante ocorreu com a justiça e o coronelismo e de forma ainda mais comprometedora, fato que, no contexto da narrativa de ficção, o autor expõe de forma enfática:

O juiz estava ali para defender os interesses dos Badarós. E, se não o fizesse bem, o menos que podia lhe acontecer era o governador do Estado transferi-lo para uma cidadezinha qualquer do sertão [...] (TSF, 216).

A narrativa de ficção capta bem essa feição de nosso sistema judiciário, porquanto, com a República, a Região passou a ter duas justiças: a “justiça” feudal e a justiça local. A justiça local era a justiça oficial, organizada pelo Estado. Já a “justiça” feudal era a organizada pelos coronéis, a lei do gatilho. Ao que se sabe, não se aplicavam ao ministério público local as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade dos juizes federais. Em regra, os membros do ministério público local eram de livre nomeação e demissão. Dessa condição, bem se aproveitaram as elites locais, com sua influência junto ao governo estadual, pedindo nomeações ou afastamento de juizes de sua região. “Por cima da justiça, do juiz e do promotor, do júri de cidadãos, estava a lei do gatilho, última instância da justiça em Ilhéus” (TSF, 188).

A esse propósito, Victor Nunes Leal (1997:229) acentua:

Por estas portas largas passavam a desenvolva colaboração da organização judiciária nos planos de dominação do situacionismo estadual, refletindo-se, diretamente, no mecanismo “coronelista”.

Esse tipo de relação apontava para uma fragilidade do processo do exercício de direitos, que fez das leis, letras mortas e dos indivíduos, simples “servos”, seres impossibilitados de dispor de sua pessoa e bens. Isso consistia no fato de que os indivíduos eram privados de sua liberdade e visibilidade, isto é, eram “prisioneiros” da subjetividade de sua própria existência singular, porque impedidos pelo poder do-

minador de se fazerem vistos, ouvidos e auscultados na suas lutas, dores e esperanças. Essa condição fez do trabalho um instrumento que obscurecia o agente ao lhe roubar o ato (o reconhecimento de seu feito: o cacau) e a dignidade, tornando cada trabalhador numa espécie de “soldado desconhecido” dessa “guerra” do derrubar matas e plantar cacau.

Ora, o coronel, muito mais que médico, bacharel ou padre exilado no interior, era produto de seu meio e de seu tempo. Era, geralmente, capaz de se utilizar, e com maestria, de todos os recursos de linguagem (conjunto de determinadas noções e conceitos) e de toda a força de valores criados e desenvolvidos ali mesmo no campo. Sagaz, com sensibilidade social desenvolvida, amplo de horizontes e experiências e, ao mesmo tempo, intimamente ligado a seu mundo, o coronel era, acima de tudo, poderoso. Nessa condição, fazia um sem número de adeptos e sua vontade era grandemente respeitada. Naturalmente, as conversas, as observações, as interpretações e os desabaços desses coronéis ecoavam ao redor, repetiam-se de boca em boca e alcançavam um certo valor mítico.

No domínio de todas as articulações que fizeram funcionar o sistema social, os coronéis, ao se tornarem ponto de referência pelo seu poder, constituíram-se em elemento chave, revelador do lugar sócio-econômico, ali onde as pessoas se identificavam e se faziam respeitadas ou protegidas frente a simples declaração: “sou gente do coronel Fulano”.

Esse condicionamento impôs um modelo de estrutura que abriu, basicamente, duas vias de ascensão social para o indivíduo:

- tornar-se proprietário de terras pelo seu desbravamento;
- ligar-se a um coronel, ganhar sua confiança e ascender sob sua proteção.

Esses coronéis, assim, dotados de todo esse poder de influência, foram os criadores dos critérios e das normas, senhor absoluto do poder, da lei e do direito. Seus desejos funcionavam como regra para o agir:

Ester (esposa do coronel Horário) chorava outras noites também. Quando via Horácio sair à frente de um grupo de homens para uma expedição qualquer. Sabia que nessa noite, em alguma parte, soariam os tiros. Que homens morreriam por um pedaço de terra, que a fazenda de Horácio [...] aumentaria de mais um pedaço de mata. (TSF, 61).

Nessa vida de lutas e de enfrentamentos constituída em razão do isolamento no mundo rural, a valentia e o desassombro eram sinais que estavam presentes na voz do comando, na determinação do fazer dos coronéis. Essa expressão do poder privado, no domínio sócio-econômico-político local, tinha forte respaldo dos governos estaduais. Mas era uma coragem de dupla face. Num momento, essa coragem se esboçava no destemor de irromper-se mata a dentro, abrir trilhas e fazer clareiras em lugar nunca antes pisado:

Posso te dizer que basta eu pisar numa terra e sei logo se ela presta ou não pro cacauero [...] e [...] tu sabe que eu já passei

*muita noite dentro daquele mundo de mata
espiando a terra (TSF, 64).*

Noutro instante, a coragem ganhava feição de covardia, no olhar dos forasteiros. No mundo do cacau não se desenvolveu o conceito de duelo na defesa dos direitos lesados, a partir de desafios em campo aberto, com hora marcada, para o ajuste de diferenças entre os contendores, num encontro face a face. Pelo contrário, avultava, nessas terras bravias do cacau, a “tocaia”. Figuração do medo permanente que fez surgir a mão armada do “jagunço”. Na representação da narrativa de ficção, o jagunço era o capanga, o defensor do chefe local, homem temente à lei, invariavelmente valente, destemido, que só pega em armas sob a responsabilidade do coronel, no que se diferenciava do bandido e do cangaceiro, que, ao contrário, desprezavam e afrontavam a lei.

Assim, para assegurar a manutenção das terras cultivadas, garantindo a sua posse e o poder político, os coronéis colocavam a seu serviço atiradores experientes, homens armados, obedientes, prontos para matar: os jagunços. Respeitados pela coragem, admirados pela maioria dos trabalhadores, eram bem pagos e não faziam qualquer serviço de roça. Temiam não cumprir bem uma missão e ser rebaixado a trabalhador comum. O reconhecimento de sua habilidade com armas de fogo deveria romper fronteiras, chegar aos mais longínquos lugares: “Nunca dera dois tiros para matar um homem. Bastou sempre com o primeiro” (TSF, 79).

Os jagunços estavam sempre por perto da casa grande fazendo pequenos serviços. Acompanhavam os coronéis nas suas viagens, sua profissão era ma-

tar. Era um trabalhador especializado. A presença do jagunço compôs a ordem social latifundiária do mando absoluto dos coronéis. Cada coronel tinha seu homem de confiança. Era o jagunço individual, cujo trabalho era explorado como instrumento da eternização da ordem social que fez do fazendeiro o coronel, chefe municipal ou regional a quem todos obedeciam: “O negro Damião, que era seu homem de confiança, certo na pontaria, devotado como um cão de caça” (TSF, 66).

Independentemente da coragem e habilidade do jagunço, seu trabalho de matador era, em regra, executado em forma de “tocaia”.

A figura da “tocaia” era, assim, parte dessa complicada trama de formas, costumes, sons de linguagem, sistemas relacionais e instituições que constituíam o mundo do cacau. Era garantia da ordem e da conquista nesse estágio da lei dos mais fortes, inventividade que espantava os forasteiros.

Nessa composição, a “tocaia” era uma espécie de armadilha planejada pelo coronel de modo a surpreender o desafeto, impedindo-o de reagir. Era corpo de uma estratégia maior do fazer-se respeitado pela força e garantir a posse de seus bens, as honrarias ou as vantagens como chefe local.

A “tocaia” era, pois, resposta às necessidades colocadas pelo ambiente inculto aos homens que desbravaram as terras do sul da Bahia, cujo assentimento provém do interesse imediato de riqueza e poder. Esse interesse foi sempre desenvolvido na alternância entre limites de perigos constantes advindos do ambiente natural (a mata em si) ou das relações entre pessoas:

- Mas isso não é coragem, coronel. Mandar um jagunço matar um homem, a sangue-frio, isso não é coragem... Se fosse eu me encontrar com Juca na rua, meter a mão no rosto dele, está certo... Mas mandar um cabra dar um tiro? Para mim isso não é coragem...

- Aqui é assim doutor... (TSF, 225).

Nesse fragmento da narrativa amadiana, o narrador simboliza a existência de um tipo de costume que esteve associado e arraigado à realidade material e social da vida e do trabalho no sul da Bahia, como expressão preservadora de uma estrutura.

No jogo dessa experiência de “tocaia” compartilhada pela sociedade, a coragem tornava-se companheira do desbravador que, com grande esforço, conseguia alcançar uma meta fortemente desejada: dominar matas para transformá-las em roças de cacau. Rapidamente, no entanto, o cacau ganhou importância. O simples interesse para conquistar terras foi alterado. O desejo agora era possuir terras para conseguir mais riqueza e poder, demandando uma troca de valores. As novas intenções se encaminhavam numa direção absorvente e exclusiva: o fruto de ouro como possibilidade libertada para as grandezas da riqueza e do poder. Nesse intento se justificava todo tipo de ação, mesmo que tivesse de matar, mesmo que tivesse de enganar, mesmo que tivesse de morrer.

Era nesse ambiente social, de critérios construídos em defesa de direitos dominantes, que sobressaía a armadilha do “caxixe”, uma outra forma de “tocaia”,

de tiro vindo das sombras. Esperteza esquadrinhada em debochado desprezo ao desafeto.

O “caxixe” era mais uma prática que garantia um modo de viver revestido de violência, no que conferia aos coronéis uma certa argúcia ao arquitetar, naquele mundo inóspito, práticas que lhes permitiram conseguir seus interesses, muitos deles espúrios, dando feição de legalidade a atos ilícitos, sob respaldo técnico de bacharéis de direito, cooptados a seu serviço para esses fins, constituindo-se numa espécie de “dominação esclarecida”. Senhores proprietários de terra, a par das debilidades da organização judiciária e policial, garantiam-se “legalmente”, escriturando terras a seu favor, demarcando áreas nos limites de sua escolha e ambição. “E o rico de hoje poderia ser o pobre de amanhã se um mais rico, junto com um advogado, fizesse um “caxixe” bem feito e tomasse sua terra” (TSF, 188).

Esse modo de agir alcançava tal limite de poder que a posição social do coronel e sua autoridade política demonstravam ser tão inevitáveis e irreversíveis quanto o céu e a terra, o que lhe conferia uma hegemonia cultural capaz de esconder a própria expressão de poder econômico, ao induzir aquele estado de espírito em que as estruturas estabelecidas pela autoridade e os modos de exploração parecessem fazer parte do curso natural da sociedade. A “dominação esclarecida” surgia no bojo dessa combinação de ações voltadas para garantia do poder e da autoridade conquistada nas lutas pelo domínio de terras e plantio do cacau.

Foi nesse complexo espaço social de “jagunços”, “tocaias” e “caxixes” que agora se movia o antigo

pioneiro desbravador. Ajustado ao mundo natural (de pura mata), sobreviveu. Agora coronel, dono de terras e de roças de cacau, vai mais além, não só ampliava como multiplicava seus desejos, confinava os trabalhadores dentro dos limites de suas ocupações e superava o apenas sobreviver com novos projetos que envolviam mais riqueza e mais poder.

Essa nova experiência estava posta. O sul da Bahia agora era outro, porque recriado na sua natureza geográfica e social. As matas cederam lugar às roças de cacau, as relações entre os homens se complexificaram ao polarizar o domínio de um grupo reduzido sobre milhares de trabalhadores. Era o tempo transcorrendo e adotando novos códigos, expectativas e necessidades.

Nessa experiência com o espaço, ora territorializado, esse novo homem, nesse novo espaço, em companhia do cacau, desfez inteiramente a idéia da indolência displicente de que falavam os viajantes estrangeiros sobre os desbravadores do sul da Bahia. Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied, foi viajante e naturalista. Efetuou viagem ao Brasil durante os anos de 1815-1817. Karl Friedrich Philipp von Martius, alemão, botânico, realizou viagem pelo Brasil entre 1817-1820. Pelos registros desses viajantes, a maioria dos colonos contentava-se em ter um pouco de farinha, peixe e carne seca e, às vezes, caranguejos obtidos nos mangues ao redor:

[...] Muito poucos são aqueles que pensam em melhorar a sua condição, ou em cultivar melhor a terra. A sua indolência vai ao ponto de lhes ser indiferente ganhar dinheiro [...] (Sales, 1981: 80).

Bem ao contrário, esses desbravadores, sob pressão dos impedimentos diversos que o espaço inculto oferecia, souberam reagir. Na ação determinada que imprimiram, lentamente no início e veloz com a presença do cacau, dominaram inteiramente o espaço, sem qualquer apoio oficial:

Tudo isto lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A idéia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis (Prado Júnior, 1965: 17/18).

Nesse sentido, registra Sérgio Buarque de Holanda (1995, 107) que “Mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização”.

Essa vitória sobre o espaço inculto se deu, no entanto, sem modificação básica, ao menos, num de seus fundamentos: o esforço físico constrangido resultante do modelo econômico e social aqui estruturado, como:

- a mão-de-obra indígena e escrava, usada na produção dirigida exclusivamente para fins de exportação - (na Colônia e no Império);
- a mão-de-obra semi-assalariada, em face das relações de produção revestidas de formas semi-feudais e semi-escravagistas - (na Primeira República).

O trabalho não alcançava ainda o sentido de se conceder ao indivíduo melhores condições de vida, o que permitiria o uso e gozo de conquistas sociais e econômicas de seu tempo. Muito pelo contrário, o trabalho, como puro dever, como estava instituído na exploração do cacau, degradava o trabalhador, submetendo-o de tal forma que parecia impossibilitar a realização dos projetos individuais porventura cultivados por aqueles trabalhadores rurais do cacau.

Nessa dependência do exercício de trabalho manual a que estava sujeito o cultivo do cacau, o trabalhador era um ser fundamental à atividade agrícola. No entanto, as condições de tratamento que eram aplicadas a esse trabalhador rural, faziam dele um elemento desenraizado, frustrado na sua atividade, inteiramente dissociado da terra, porque a ela se ligava através de uma relação esporádica e precária, no interesse da sobrevivência. Um trabalhador assim tratado não desenvolvia a espontaneidade, e a iniciativa se embotava.

Com esse modelo de convivência assim estruturado, o controle das relações era feito de forma direta. O “alugado” (o trabalhador de roça) estava submetido a um acompanhamento diário do capataz e este prestava conta rotineiramente ao coronel. Dobrar-se às exigências do coronel era uma questão de sobrevivência. Os sinais de rebeldia somente eram notados nas poucas canções de trabalho, expressa nos eitos, sob as sombras dos cacauais, e nas tímidas tentativas de fuga, logo desestimuladas pelos castigos severos.

Embora sob esse domínio tão rigoroso, existia uma pujante dinâmica nesse relacionamento, que

era estimulada pela natureza do cacau enquanto bem sócio-econômico, ao favorecer uma relação desse mundo “feudal” com outros espaços culturais do além mar, o mercado comprador de cacau. Nessa convivência, na força instituída por essa relação entre mundos diferentes, emergiram temas “não-econômicos” ligados a usos de locais e de direitos tradicionais, surgiram questões como apatia ou resignação, sobrevieram conformismo ou resistência liberados nas relações de trabalho, de família, de crenças, de educação, de política e de segurança. Isso significa que, no mesmo momento em que o cacau alimentava a manutenção da estrutura tradicional do coronelismo, do mando absoluto, esse mesmo cacau apontava para uma possibilidade de futuro diferente, num intercâmbio com outro mundo mais avançado, o dos compradores de cacau no exterior.

Nesse cenário, os elementos de contradição, que poderiam acionar freqüentes mudanças no corpo social, estavam fortemente contidos pela ampla força de repressão, cujas ruínas se revelavam no silêncio dos trabalhadores lançados à condição de “alugados”, no medo que impedia a dissensão, na ausência de sonhos que esvaziavam o indivíduo e indeterminavam o sujeito.

Essa presença “imperial” dos coronéis marcava uma estrutura de vida social alicerçada em duas dimensões: a sujeição indiscutível dos “alugados” e o poder mantido na força produzida pelo braço armado dos jagunços.

Esse modelo expressava um grau de atraso acentuado pela simultaneidade de tempos contrapostos. Sem senzala, a “casa-grande” do coronel represen-

tava, nominalmente, uma relação de empregado e patrão. Uma relação de homens livres que concordaram em realizar o projeto do cacau. Em verdade, porém, cada trabalhador virava “alugado” ainda em Ilhéus, no “mercado dos escravos” do cais do porto, porta de entrada da maioria dos migrantes.

Escolhidos os trabalhadores, encaminhados às fazendas, desenvolvia-se entre eles e os proprietários das fazendas um contato permanente, diuturno, de anos a fio. Esse contato acabava por criar laços de compromissos de cada trabalhador com os proprietários das fazendas. O trabalhador, nesse relacionamento permanente, passava a reconhecer, no viver cotidiano, o poder absoluto e o rigor da autoridade do proprietário. Esse fazendeiro terminava, em artifícios diversos, sendo aceito como protetor, um quase pai do trabalhador rural, ao lhe prestar “proteções” diversas: medicamentos e descanso em caso de doença, enterro em caixão de madeira, respeito pela condição de ser trabalhador de um dado coronel. Esses pequenos favores camuflavam a impiedosa exploração da força de trabalho disponível:

E assim Juca Badaró foi contratando gente... Muitos homens se ofereceram e uca Badaró os recusou. Ele tinha uma grande experiência dos homens e sabia conhecer facilmente aqueles que serviriam para as suas fazendas, para a conquista da mata, para o trabalho da terra e para garantir a Terra cultivada (TSE, 35) .

O assalariamento, já possível na perspectiva histórica, não alcançava os trabalhadores do cacau.

A narrativa de Terras do Sem Fim não fala mais do trabalho escravo. Dá indício mesmo de que a abolição da escravatura já havia acontecido. Apesar disso, o sistema narrado, instituído nas terras de Ilhéus, “escravizava” os trabalhadores. Tudo o que se ganhava era canalizado para o suprimento de bens exigidos pela sobrevivência pura e simples. Os trabalhadores ficavam sempre cativos a um “barracão”, armazém de suprimentos, sem nunca conseguir saldo positivo ao final do mês: “Eu era menino no tempo da escravidão [...] meu pai foi escravo, minha mãe também [...] mas não era mais ruim que hoje. Nada mudou” (TSF, 98).

Essa evidência foi assim vista por Freitas (1979: 80):

[...] as relações de produção no cacau se constituíram a partir do trabalho “assalariado”, muito embora revestido de caracteres - o uso do “barracão”, por exemplo - que detinham, muitas vezes, os trabalhadores nas fazendas por tempo além do desejado pelos mesmos.

O “barracão” ocultava na frieza de sua contabilidade, de saldo sempre negativo para o trabalhador, a autoridade que um dia fora simbolizada no pelourinho. O salário do trabalhador era pago com a moeda corrente local, o vale do coronel. Os vales emitidos pelos coronéis eram aceitos somente no “barracão” da fazenda do coronel emitente da ordem, de preços invariavelmente elevados. Como mecanismo de dominação, o “barracão” criava um vínculo duradouro do trabalhador com a fazenda e permitia uma reduzida monetarização nas relações

de troca. Freitas (1979: 50) confirma esse conteúdo ao declarar que inexistia

[...] uma agricultura de alimentos, na própria região, sendo difícil o intercâmbio interregional de produtos agrícolas, o quadro que se forma é de uma permanente situação de crise, em função dos elevados preços dos gêneros alimentícios e da especulação devido à escassez quando acontecem dificuldades nos transportes, por exemplo.

Essas questões reforçam a assertiva da ficção amadiana ao aludir a existência de um domínio “senhorial” e de uma sujeição “servil” nas relações de produção do cacau, no reconhecimento de que ali “Onde não há trabalho assalariado, não há burguesia, não há capitalismo”, como expressou Nelson Werneck Sodré (1967: 30).

Esses trabalhadores, migrantes sertanejos, sergipanos, alagoanos e cearenses, carentes, fugidos das secas, agora submetidos aos interesses dos coronéis, nada mais eram que simples instrumentos de trabalho, descartáveis como um facão ou um machado, simples “alugados”. Todos, indistintamente, obedientes, pela necessidade e pelo desejo que empurraram esses homens até o sul da Bahia: a fome e o sonho de um dia ter um pedaço de terra para plantio de cacau. Pelo que se sabe, entre 1888 a 1890 milhares de sertanejos morreram à fome em razão de uma grande seca. Nesse período, outros tantos milhares de sertanejos, de forma desesperada, abandonaram o sertão baiano. Esse foi mais um desses ciclos de seca que sempre se abateu no Nordeste, causando

imenso sofrimento à população. A seca nordestina é sentida de forma especial na poesia de Humberto Teixeira, cantada por Luiz Gonzaga, em Asa Branca:

Quando oiei a terra ardendo
Quá foguera de São João
Eu perguntei a Deus do Céu, ai
Pru que tamanha judiação? (bis)

Qui brazero, que fornaia
Nem um pé de prantação
Por farta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão (bis)

Inté mesmo a asa branca
Bateu asa do sertão
Entonce eu disse adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração (bis)

Hoje longe muitas légua
Numa triste solidão
Espero a chuva cai de novo
Prá mim vortá pró meu sertão (bis)

Quando o verde dos teus oios
Se espaia na prantação
Eu te asseguro, num chore não, viu,
Que eu vortarei, viu, meu coração. (bis)

Ao revés desse mundo de dor, lutas e esperanças, o cacau abria uma fresta de modernização ao iluminar o desejo, de um ou outro coronel, de promover uma espécie de polimento cultural, um adorno à acumulação de sua riqueza e poder. Era o desejo de tornar o filho doutor (médico, advogado, engenheiro). Era uma promoção a uma outra sociedade, de requinte, de educação superior, no reconhecimento de um outro mundo de oportunidades, possibilitado pela riqueza. Esses doutores, filhos de coronéis, seriam mais um elo nesse processo de transição social para a modernização, em que o próprio coronel, no seu tradicionalismo, tinha sido a resistência maior.

Ao sinal de inserção do mundo rude do cacau a um modelo de urbanidade e de afirmação na crença modernizadora, ao encaminhar os seus filhos para estudar na capital do Estado, os coronéis, com mão de ferro, sob o esquema do mando autoritário, defendiam firmemente a matriz preservadora da ordem social: a posse, uso e gozo, arbitrários, do único meio de produção possível no momento, a terra. “Meu filho não vai precisar viver socado nas brenhas como a gente. Vou meter ele na política, vai ser deputado e governador. Pra isso é que faço dinheiro [...]” (TSF, 62).

Esse gesto de reconhecimento da importância de um novo tempo era um interesse de valor particular. O desejo era sempre reafirmar o poder do coronel sobre toda a engrenagem social da região, procurando dar um caráter permanente ao domínio institucionalizado da estrutura verticalizada que aqui se instalou.

Esses coronéis eram as lideranças da política local, que comandavam discricionariamente um lote considerável de “votos de cabresto”. Essa força eleitoral, resultante desse domínio, emprestava-lhes prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras.

Essa condição de líderes políticos permitia aos coronéis enfeixar em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções, próprias do Estado, como as de cobrador de impostos, policial e juiz.

Essas atividades desenvolvidas pelos coronéis para manter a posse de suas terras e seu poder eram um processo que abria o tempo local a um contato com outro espaço e outro tempo (os dos compradores de cacau), gerando inovações: novos prédios, ruas calçadas, porto, organização policial, tribunais, pequenos comerciantes, serviços, sindicatos. As inovações que foram surgindo na região eram resultantes mesmo das expectativas dos contatos produzidos pelas relações negociais da venda do cacau.

A preservação do mandonismo, assim, equivalia a gerar a modernização. Esta modernização se opôs, por seu turno, a modelos da ordem tradicional. Isto significava que o tempo histórico dos coronéis colocava-se em desarmonia com os avanços sociais sobrevivendo das aspirações de progresso de que os próprios coronéis se compenetravam em ser os autores.

Aí estava o choque. Essa contraposição terminou gerando um fosso que ganhava visibilidade nesse conviver em que as normas, historicamente instituídas e difundidas, inseridas nos diferentes preceitos legais, são contemporâneas de ações inteiramente

diversas, geradas na vontade arbitrária do coronel. Era visível, pois, a oposição entre os estatutos legais em vigor no Estado e o arbítrio local: homens “escravizados”, em lugar de assalariados, “justiça” decidida pelo humor individual do interessado na desavença (o coronel) e executada por jagunços, em lugar da justiça dos legisladores e dos julgamentos dos tribunais.

Na diferença dessas duas realidades contrapostas, a preservação do mandonismo e as inovações sociais, percebe-se sinais de um tempo que transcorreu e se colocou como mais avançado. Ainda assim, as conquistas não resultaram em benefícios sociais à imensa massa de trabalhadores ligados ao cacau.

Não há como superar essa contradição sem primeiro articular o tempo cultural grapiúna do mandonismo com uma solução civilizatória. Isso significava ter de levar para um novo tempo a política, a polícia, a justiça, o comércio, as relações patrão/empregado, a sociedade. Esse arranjo somente se tornaria possível no processo de luta cotidiano das realizações dos projetos dos indivíduos e dos grupos, nesse jogo de contenção e resistência, em que a tradição necessita da ruptura para ganhar existência, mas reage ao rompimento. Essa tradição “...pode ser compreendida como o conjunto dos valores dentro dos quais estamos estabelecidos” (Borheim, 1987: 20).

Essas forças irresistíveis do momento, que condicionaram de modo intenso a vida dos migrantes, eram uma demonstração de que aquele espaço-tempo, conquistado pelos desbravadores, influiu decisivamente na formação da malha de significações e de valores dessa existência grapiúna. Sobressai,

então, nessa epopéia pelo domínio das terras do sul da Bahia e sua transformação em roças de cacau, uma espécie de marca de inteligência representada na habilidade daquelas mãos que arrostaram as vicissitudes e fizeram fruir suas tristezas e alegrias, garantindo o viver.

Essas mesmas contingências fizeram surgir uma cultura local, configurada no tipo de luta, na forma de domínio e obediência. Essas incertezas motivaram por vezes a negação de costumes estabelecidos (nas rupturas das formas tradicionais), alimentando o processo das relações existentes, ao se atualizar com novas capacidades de simbolização, numa articulação dinâmica na qual se observa “[...] o homem criando a cultura e, simultaneamente, sendo criado por ela”, na expressão de Regis de Moraes (1992: 45).

O desejo que trouxe o migrante até o sul da Bahia estava envolvido pela imaginação delirante do encontro com muito dinheiro e riqueza fácil, gerados pelo cacau. Essa sedução alcançou não apenas os homens que se tornaram trabalhadores das roças de cacau, mas também advogados, médicos, comerciantes, aventureiros, prostitutas. Esse desejo-imagem, ao governar cada pessoa, ofuscou seu olhar e diminuiu a potência do pensar e do agir, que se submeteram às forças presentes do novo espaço, deixando-se prender no “visgo do cacau”.

Só agora olhava com outros olhos para estes homens rudes das fazendas, esses advogados manhosos da cidade e dos povoados, que, calmamente, mandavam cabras esperar inimigos na estrada, por detrás de uma

*árvore [...] Nunca refletira sobre o terrível
daqueles dramas que eram o cotidiano
daquela terra (TSF, 228).*

O espaço do sul da Bahia agora se tornou morada de homens, grapiúnas pelo ato de coragem de persistirem na aventura da conquista dessas terras de ninguém, transformadas em roças de cacau.

Pôde, então, a zona cacauqueira ingressar numa fase de novos atrativos e distensões. Novas atividades fizeram os povoados virar cidades e, aos poucos, um traço mais forte de urbanização vai acontecendo. Foi facilitada a comunicação pela abertura de estradas de rodagem interligando vilas, povoados e cidades, cortando campos cultivados, onde ficavam as roças, por onde circulavam os caminhões apinhados de sacos de amêndoas secas de cacau, prontos para exportação. Eram sinais das matas dominadas, de um poder político sob controle de velhos coronéis. Sinais de um tempo vencedor que se tornou hegemônico na figura dos proprietários rurais, donos do cacau e da decisão. Essas grandezas logo despertaram a cobiça dos exportadores de cacau que, aos poucos, foram se instalando em Ilhéus.

OS FRUTOS DE OURO MUDAM DE DONO

Terminadas as sangrentas lutas pela conquista de terras para plantio de cacau no sul da Bahia, com os vencedores afinal investidos na indisputada propriedade de suas fazendas, foram surgindo novos figurantes, como os exportadores, interessados em se beneficiar desse fausto produzido pelos “frutos de ouro”.

Forasteiros, os exportadores logo percebem que o domínio da riqueza e do poder local eram resultante da propriedade de terras, da posse dessas roças de cacau que foram conquistadas a custo de muita coragem e sangue pelos pioneiros desbravadores. Tornar-se proprietário das roças de cacau passou a ser o desejo irremovível dos exportadores. Um novo tipo de “caxixe”, agora tramado pelos exportadores, ganhava curso. Uma nova forma de armadilha, imperceptível para aqueles homens rudes, acostumados na lide do plantar e colher cacau, seria posta em prática. Frente aos novos interesses do lucro capitalista, esboçados pelos exportadores, a esperteza e a valentia dos coronéis tornavam-se ingênuas: “- São como crianças tímidas...” (Amado: 1944, 9).

Artificialmente, os exportadores elevavam o preço do cacau no mercado e abriam créditos sem limite aos cacauicultores. Em resultado, a região conheceu o seu maravilhoso *boom*. Gastos desordenados e supérfluos, no embalo de ilusória prosperidade fácil, eram realizados: cabarés, jogatina, vãs ostentações, dinheiro esbanjado à toa. De súbito, o cacau foi reduzido a uma cotação baixíssima. E o aviltamento do preço, em níveis irrisórios, persiste até começarem as execuções judiciais de cobrança.

Segundo comentários de jornais da região, são inúmeros os processos utilizados pelos "gananciosos interesseiros" para provocar as baixas dos preços no mercado interno. "Entre os processos pode-se incluir a transmissão de telegramas falsos informando preços irreais". Diário da Tarde, Ilhéus, 30 de agosto de 1928 (Garcez / Freitas, 1979: 47).

Muitos fazendeiros foram perdendo suas propriedades, hipotecadas aos exportadores; alguns tornaram-se mendigos, outros foram levados ao suicídio ou ao homicídio. Nesse ínterim, a terra vai mudando de dono. Eram outros tempos chegando nesse novo espaço de largas fazendas de cacau, construídas ao longo de uma luta de muito esforço e determinação. Tempos novos, mundo novo, novos donos. Mudanças que alcançaram os trabalhadores das roças de cacau, homens silenciados pela força dos coronéis, que, frente a novas dificuldades, puseram-se em público, agora às sombras de movimentos socialistas.

Frutos de Ouro: Cacau, cobiça e poder

Ilhéus, cidade indistinta, ponto de partida na direção civilizadora das matas do sul da Bahia, agora já não era solidão, havia um movimento intenso de chegada e saída de ônibus, de trens, de navios e de aviões. Nas ruas e no cais do porto havia um animado movimento de homens ocupados. Agora ela já não era campo, havia casas, avenidas. Agora Ilhéus já não era vila, havia os palacetes dos coronéis, sobrados das casas comerciais dos exportadores de cacau. De lugar deserto onde sempre aparecia alguém, Ilhéus fez-se centro e ganhou co-irmãs com o aparecimento de outros espaços urbanos. Ao lado dos depósitos de cacau, nas distâncias rompidas pelas roças e encurtadas pelas estradas de rodagem, pelos trilhos do trem de ferro, surgiram outras cidades, pontos de chegada do cacau, espaço de reafirmação da importância do campo: “O andar térreo era depósito e ensacamento de cacau, dois salões imensos, cheios até o teto de caroços negros que emanavam um cheiro forte de chocolate” (SJ, 10).

De lugar deserto, vê-se agora Ilhéus e outras concentrações urbanas revelarem-se a partir de suas manifestações externas, fomentadas pelos cuidados com o cacau. Importava menos a arquitetura e o urbanismo, ia se impondo em cada cidade a vida cívica, atributo fundamental da cidade, evidenciada nas atividades de trocas (negociais e informativas) e nas atividades político-administrativas. Eram as formas espaciais compondo-se com os processos sociais, habilitando os indivíduos a reconhecer papéis e funções apropriados ao lugar, tornando-se uma só coisa, o espaço grapiúna, o sul da Bahia.

O cacau permitiu, então, a realização desse quadro processual que garantiu a uma parte da população local aglomerar-se nos espaços urbanos, dedicando-se a outras atividades que não as primárias, as ligadas diretamente ao cultivo do cacau. Apesar disso, cada cidade estava longe de alcançar uma autonomia, porque a renda básica advinha do campo, dependia dele, mantinha-se a partir dos resultados das atividades em torno da árvore do cacau. Mesmo assim, a cidade começava a dominar o campo, na medida em que a coordenação da venda final do produto rural (o cacau) era transferida para os centros urbanos.

Foi nesse espaço social em que a estrutura urbana se instalou, tendo como referência o marco temporal do cacau, produzido em grande escala, que vão se desenvolver as especificidades que darão o colorido a essas novas relações do produzir e comercializar o cacau. Nesse sistema de venda externa do cacau, interpõem-se articulações das bolsas de valores e mercado de venda futura, do que pouco compreendiam os produtores rurais.

O campo, no entanto, enquanto roça de cacau, era ainda aquele que oferecia a perspectiva do projeto civilizador. Isso conferia à propriedade da terra valor insuperável, porque fonte dos “frutos de ouro”, porque raiz e possibilidade de decisão. Qualquer outra atividade era extremamente frágil frente à importância do cacau e, por isso mesmo, os exportadores ambicionaram, ainda cedo, tornar-se donos de roças de cacau. Era o reconhecimento de que a terra, fundamentalmente, foi o índice de influência, o pedestal sobre o qual se erigia o poder, estabelecia-se o prestígio. Nesse sentido, cada co-

mercante, para além do desejo de lucros, buscava se tornar dono de terras e, assim, agregar a seu perfil valores reconhecidos pela tradição local, fazendo-se acolhido e respeitado pela comunidade:

Maximiliano (um dos primeiros compradores de cacau) gostava de contar história sobre o passado dessa terra, sobre Ilhéus de trinta anos antes. Havia uma que agradava particularmente a Carlos (herdeiro dos negócios de Maximiliano). Uma que falava de um coronel barbado, revolver no cinto, rebenque na mão, olhar duro, voz calma, que atravessava as ruas, apontado a dedo pelos negociantes:

- É dono da terra!

O dono da terra, um dia o apontariam assim também. A ele e a Julieta... Os donos daquela terra (SJ, 13).

Nota: as explicações entre parênteses não pertencem ao texto amadiano.

De fato, essas lembranças vivas de um passado, que fizeram surgir as roças de cacau, fonte de uma tradição ora admirada, ora repudiada, permanecem presentes na memória da sociedade local, seja por acontecimentos não tão distantes, seja porque ainda vivos alguns de seus atores mais conhecidos quando Jorge Amado escriturava *Terras do Sem Fim e São Jorge dos Ilhéus* (1942 e 1944). Aquelas práticas sociais dominantes, que faziam os donos das terras ser admirados, eram, na década de quarenta, memórias ainda não de todo apagadas, ainda válidas como modelo de relação praticada dentro da estrutura de

mando e obediência, em que o proprietário de terras exercia seu domínio e era senhor.

Aquelas ações, num primeiro momento, foram a dinâmica que retirou a região do sono eterno, a-histórico, espaço natural, em matas, desvelado no gesto corajoso dos desbravadores. Essas matas, ao virarem roças de cacau, fizeram aquelas ações dinâmicas da aventura de plantar cacau confrontar-se com um novo tempo e estabelecer, nessa sucessividade, uma nova tensão: a ambição dos exportadores pelo domínio das terras produtoras de cacau.

Na fase inicial das conquistas das terras, havia uma luta direta do desbravador com o espaço da mata. Nesse momento, o campo era a resistência. Foi aí, nessa batalha do enfrentamento da mata com os recursos parcos de então, onde centenas de homens se submeteram ao rigor do mando dos coronéis e nunca passaram de meros instrumentos de trabalho. E ainda que fundamentais no processo da produção, esses trabalhadores eram sempre um acessório no reconhecimento dos fazendeiros. Esse era o processo social que ia se instituindo como estrutura, essa era a modalidade de convivência que fez as relações ganharem força própria, estabelecerem valores específicos, sustentarem a caminhada do fazer matas se transformarem em roças de cacau.

Quebrar essa resistência formada ao longo dessas lutas, perceberam logo os exportadores forasteiros, seria abrir uma nova frente de batalha. Seria substituir o comando dos coronéis por uma outra forma de domínio, a dos exportadores:

Outro segmento, mas não menos importante economicamente, adveio do grupo dos comerciantes que se superpuseram à estrutura de classes regional amparados pela sua posição privilegiada no controle do comércio de exportação bem como na função de ofertadores de créditos à lavoura (Falcón, 1995: 65).

Essa perspectiva ganhou realce na expressão da narrativa amadiana:

Nas suas conversas com os sabiás, os canários e os pintassilgos, o poeta lhes dissera algo da luta que antevia entre os grandes exportadores e os donos da terra, os grandes fazendeiros, aqueles conquistadores de matas que haviam passado, trinta anos antes, sobre tantos cadáveres para plantar a árvore do cacau (SJ, 37).

Essa afirmativa da ficção sugere a existência de um antagonismo radical entre fazendeiros e comerciantes de cacau. A historiografia ameniza essa relação de extrema tensão global ao comprovar “[...] a tendência de não só o comerciante se transformar em produtor, mas de ter existido casos de acumulação de funções no sentido inverso” (Freitas, 1979: 32), o que não anula a existência do confronto que se desenvolveu entre os produtores e os exportadores, vez que não era para a lavoura que retornava o excedente produtivo. Os lucros ficavam de posse dos comerciantes exportadores que continuamente ampliavam “[...] sua capacidade de interferir e se

apropriar das rendas geradas no circuito *produção-financiamento-comercialização-acumulação-produção*" (-Freitas, 1979, 33).

O modo de viver formado pela cotidianidade do derrubar mata e plantar cacau, na rudicidade a que essa atividade submeteu cada pessoa, terminou por conferir virtudes amplas ao proprietário de terras. Era na posse da terra, enfim, que se concentravam os valores de coragem, honra, dignidade, integridade, sagacidade, respeitabilidade, presentes na figura do coronel, na valentia do jagunço, nos anseios dos trabalhadores, mesmo que estes não fossem considerados no projeto hegemônico.

Os exportadores, na sua maioria estrangeiros ou brasileiros associados a estrangeiros, eram pessoas desprovidas dessa honorabilidade que a luta pelo plantio do cacau configurou. O possuir terras seria então um código que revelava, nesse universo cultural do sul da Bahia, aquele que venceu, o herói dessa epopéia que foi a luta pelo plantio do cacau. Essa vitória, contudo, não era um processo que se fechava, mas uma regra-matriz que se abria a outras ocorrências, e, portanto, era origem de um jogo novo de que participaram os exportadores, o que correspondeu a criar um novo campo de choque de interesses, pois, *"O código não é necessariamente garantia de armistício e paz, mas pode também ser promessa de uma nova guerra (Caprettini, 1996: 110).*

Jogo que havia de se desenvolver no campo da apreensão do espaço, e de modo diverso de como realizaram os velhos conquistadores de terras, em forma de exercício do poder absoluto.

Agora o espaço já dispõe de novas características sensíveis, manifestadas objetivamente em diferentes atitudes do corpo social:

- na expressão contida em forma de um sistema de valores atribuídos aos donos de terras, que estabelecia a distinção com o outro, o não proprietário, o forasteiro;
- nos freios dos tribunais já presentes nas disputas, que dispensavam a decisão do coronel no ato do litígio e, em conseqüência, levavam para a inatividade o jagunço.

A justiça praticada no sul da Bahia, porém, não se liberou, inteiramente, da influência dos grandes fazendeiros. Na interface da lei com a prática agrária, nesse período de expansão da cacauicultura, era ainda bastante forte a expressão do costume. Nas intrigas, interessava menos as relações entre as pessoas do que as relações entre as propriedades, ou reivindicações dos proprietários.

Era o poder dos fazendeiros reafirmado na sua força de segurança, formada por jagunços, um trabalhador especializado. No olhar vindo de fora, essa força de segurança transfigurava-se num couito de bandidos:

O Capitão Manuel Fernandes de Souza Dantas, enviado à Itabuna em 1917, dizia, após sua visita, das dificuldades encontradas para cumprir sua missão. Denunciou a aliança de fazendeiros com bandidos; a utilização por parte dos políticos dos benefícios do governo estadual para permanecerem imunes; a polícia, cujo comportamento

considerava “estranho”; e o poder judiciário, inerte, incapaz e dominado pela corrupção (Freitas, 1979: 94).

Se, num momento inicial, os coronéis apreenderam o espaço através do senso comum, realizado a partir das experiências vivenciadas e de natureza empírica, os exportadores, num mundo marcado pela ideologia capitalista, buscaram, nas artimanhas das teorias econômicas, substituir os coronéis em sua plenitude, como proprietários de terras e como chefes políticos. Essas artimanhas, de que pouco puderam defender-se os produtores, constavam basicamente de: “[...] suspensão das compras, pressão baixista sobre a Bolsa de Valores, elevação do custo dos fretes, suspeição de qualidade do produto recebido [...]” (Freitas, 1979: 25). O efeito dessa ação significava retirar da economia cacaueteira parte significativa do excedente produzido, favorecendo aos países compradores (Estados Unidos e Inglaterra): “Os exportadores eram apenas intermediários, mas realmente estavam se tornando os donos do cacau, os que mais ganhavam com a lavoura” (SJ, 37).

As matas já dominadas, as melhores terras para cacau já plantadas, nelas frutificavam abundantemente “os frutos de ouro”. O poder político estava inteiramente dominado pelos coronéis. Os trabalhadores das roças, agentes diretos da grandiosidade dessa riqueza, no entanto, continuavam silenciados pela força absoluta dos proprietários dessas roças de cacau. Para os novos migrantes, nas notícias que se divulgavam nas capitais, uma espécie de *Idade do Ouro* existia no sul da Bahia, um tempo no qual

a natureza tudo dava como se por um ato mágico, espontaneamente: “O cacau vai subir como nunca subiu, como nunca ninguém imaginou, Ilhéus vai nadar em ouro” (SJ, 12).

O projeto dos velhos conquistadores se esgotou no que eles puderam fazer do espaço: territorializaram-no completamente. Aquele espaço vazio de temporalidades, a-histórico, encontrado por esses conquistadores (o solo e sua cobertura viva milenar: a mata indistinta), aquele espaço se transformou em roças. Cada madeira derrubada, cada trilha aberta, cada queimada realizada diz um pouco do que significa a luta, o sofrimento, a alegria, a vitória para quem viveu os tempos idos desses desbravamentos. Em meio a essa temporalização do espaço, a territorialidade e a hierarquia combinaram-se e completaram-se na definição dos limites do domínio de cada proprietário de terras, num reconhecimento das relações de dominância e de subordinação.

O projeto dos velhos conquistadores já ultimado, encaminhava-se para a desagregação. As antigas regras de convivência refluem por não se ajustarem aos novos tempos, por não terem validade no devir regional. Lavigne (1971: 66), nesse sentido, fala da existência de um “anarquismo” que se desenvolveu na disputa da posse de terras no sul da Bahia, resultado de tal forma de controle pelos grandes fazendeiros que gerou insegurança aos pequenos proprietários e produziu um atraso na própria dinâmica da sociedade regional. A historiografia mais recente acentua bem essa questão, ao reconhecer que os grandes fazendeiros causavam “[...] transtornos

não só às famílias litigantes como à própria sociedade regional, dada as dimensões e permanência das disputas [...]” (Freitas, 1979: 93).

Agora, no entanto, as mortes violentas iam se tornando raras. Agora esses assuntos viraram temas de discursos de intelectuais, como coisa do passado, distante, já um pouco lendária.

Presos no seu tempo de senhor, do mando pessoal e absoluto, os coronéis bem que pensaram na continuidade de seu domínio regional através da figura de seus filhos. Fazê-los médicos, engenheiros, advogados, era a tentativa de torná-los um dia deputados, governadores, chefes políticos e, por isso mesmo, foram criados distantes das roças, longe dos embates que moldaram a existência de seus pais, nesse exercício de experiência que os fizeram ricos e poderosos.

Nessa distância, residindo nas capitais, longe das roças e perto dos cabarés, os jovens filhos dos grandes cacauicultores, mantidos no regalo, em doce vida, apoiados na fortuna dos pais, não desenvolveram vínculos com o assentimento civilizador do cacau. Não vivenciaram a construção do território grapiúna enquanto traço social que se exprimia de forma original na simultaneidade do fazer. Cada mata derrubada, cada fruto de cacau colhido, cada cruz na beira da estrada, cada fato desses era um fragmento de pensamento e de conhecimento que se combinaram na formação dos sonhos e dos projetos regionais, na formação do sentimento de territorialidade. Tudo ficou fora do alcance dos filhos dos coronéis, em razão da distância, na concepção de que “[...] de fato, o território, antes de ser percepção, é construção”

(Roncayolo, 1986: 206): “As aulas substituídas pelas noites nos cabarés, as manhãs entre cobertores e os braços das mulheres, as tardes nos cinemas, nos passeios, nos namoros bolinados” (SJ, 14).

Na caminhada que resultou do ato da conquista das terras para o plantio do cacau, os coronéis “deserdaram” seus filhos, fazendo deles homens desinteressados pelo projeto imaginado para o cacau: “O rápido enriquecimento possibilitou que desde cedo as gerações mais novas pudessem abandonar a região” (Freitas, 1979: 106). Por outro lado, os coronéis limitaram as atividades das esposas a um isolamento doméstico, como donas de casa e mães. A si mesmo reservaram um espaço exclusivamente privado, dentro dos cabarés, para o deleite pessoal com as companheiras de divertimento. Esposas e prostitutas, em regra, não apenas estavam impedidas de expor seu modo de pensar e saber ou de dar expansão a seus anseios, mas também de confirmar-se como sujeitos legítimos, participantes das diferentes atividades sociais, dado que encerradas num ambiente inteiramente privado.

Aprisionados no tempo e no espaço por eles mesmos construídos, os coronéis montaram uma defesa resistente contra os eventuais invasores, contando apenas com as velhas estratégias de luta com que se acostumaram a debater. Nesse aspecto, estabeleceram uma unidade social, uma unidade territorial reconhecíveis na linguagem, na moral e na coragem. Esses fatos se tornaram bastante fortes enquanto expressão de tradição, de força modeladora do processo social, esboçados em práticas usuais de mando e de obediência regionais, formadores de

uma espécie de unidade conflituosa, originária da mesma raiz: o cacau. Nesse sentido, essa oposição entre o mando e a obediência funcionava como instauradora da dinamicidade do real (do vivido), o que fez ser o passado “senhorial”, dos momentos das conquistas das terras, base reafirmadora do presente, ambicionada pelos exportadores. Dessa plataforma formada pelo cacau, surgiram projetos novos, novos horizontes de interesses, numa demonstração da poderosa estrutura formada pelos coronéis, misto de uma sucessão do estável e do descontínuo, compondo a história dessas terras, de muita riqueza, cobiça e poder.

Mas Ilhéus era a cabeça disso tudo, no seu porto desembocavam todas as riquezas dessa zona, riquezas que eram uma só: o cacau. Cidade rica e orgulhosa, a “Rainha do Sul”. Esse orgulho se refletia em cada gesto de cada habitante. Não se diziam baianos e, sim, ilheenses. Falavam que um dia o sul da Bahia seria um Estado e Ilhéus seria a capital (SJ, 48).

Nota-se um processo acelerado de mudanças movido pela força que o cacau imprimiu ao despertar interesses capitalistas externos. Essas mudanças começaram a escapar ao controle dos coronéis, fazendo-os afastar-se do dia a dia e dos círculos de convivência da cidade. Os encontros, as discussões sobre os destinos da região e as festas, já não faziam sentido. Essas relações sociais enfraqueceram-se todas no olhar dos coronéis, visto que nada mais tinham a ver com as razões porque lutaram e plantaram aquelas imensas áreas: “O coronel Horácio

da Silveira sentia que o poder fugia de suas mãos e não compreendia. Não era daquele tempo, aquela luta não era a sua luta [...]” (SJ, 184).

O enfraquecimento do interesse dos coronéis para as questões novas, que ganhavam força nas discussões travadas nas associações, nas praças, eram sinais que indicavam ruptura com o modelo estrutural no qual os coronéis dominavam abertamente. Ruptura que vai debilitando as forças de resistência dos coronéis a favor de uma nova força de domínio dos exportadores. Ruptura essa que não conseguia modificar, de modo substancial, a estabilidade da tradição envolvida nos significados que alcançaram essa relação de terras, cacau e poder:

E quando os exportadores forem fazendeiros também, não dependeremos de que os coronéis se resolvam ou não a podar as suas roças e de que os pequenos lavradores tenham ou não dinheiro para o fazer [...] (SJ, 100).

A sede de poder apossada pelo exportador estabeleceu uma forte tensão e criou uma nova vontade que se projetou sobre o espaço-tempo constituído pelos cacauicultores. Nesse sentido, o exportador procurava submeter ao seu domínio a energia de identidade presente na sociedade coronelesca, numa espécie de apropriação dos benefícios já conquistados na luta pelos desbravadores. Ao garantir a importância do cacau, conservava-se o passado a salvo de uma transformação mais radical, mantendo-se, basicamente, o conjunto dos valores dentro dos quais tudo se estabeleceu.

Esses valores do passado, frutos da vivência dos momentos das conquistas das terras, tornaram-se um bem útil ao projeto dos exportadores, que pretendiam usufruir deles livremente, como algo comum que se pode adquirir sem maiores esforços. Esse interesse diferenciava-se, fundamentalmente, dos demais residentes, já radicados no espaço, que sabiam que esses valores advinham da luta diuturna do desbravamento das matas e do plantio do cacau.

A aventura da substituição do poder dos coronéis, do domínio de sua riqueza pela dos exportadores, não era parte de um projeto originário da contribuição a um possível avanço do processo civilizador. Essa aventura não passava de simples investida em busca de realizações individuais ou de grupos, com seu componente de barbárie. Foi exatamente aí, no entanto, nessa busca das realizações, independentemente da intencionalidade, que vai se instalando na região do cacau uma modernização progressiva, como resposta às exigências que os novos tempos impuseram, como a de adaptar as regras de uma economia de mercado, que envolvia adequação das instalações das fazendas, para melhoria da qualidade dos produtos, e do cumprimento fiel dos contratos de entrega do cacau:

E Carlos (o exportador) pensava que era triste ter que ser assim, luta tão medonha e mesquinha. Mas os coronéis o tinham feito também e não sentiam pena.

Falou:

- Nada é fácil na vida... A gente vai sempre passando por cima dos outro...

Tem que ser assim, infelizmente (SJ, 118/119).

Foi esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, que vai dar origem às mudanças e aos modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Perceber a direção dessas mudanças era um descortino posto ao assentimento de cada um. Os velhos cacauicultores, embevecidos pela mística do fruto, pouco se importavam com as mudanças, não as compreendiam:

Um dia, pensou com tristeza, tudo aquilo seria de seu filho... Gostava tanto de ver o cacau florir e carregar. Gostava tanto de comprar terras, de gritar com os homens, de fazer negócios [...] (S), 71).

Agora, havia uma dinâmica social nova irradiando-se a partir do esplendor do cacau, que envolvia um cem número de atividades e de interesses, sob pressão de competição, ressaltando, como a mais importante, a mais lucrativa, o comércio exterior do cacau, como dispôs Freitas (1979: 35):

A nova dinâmica da sociedade regional era um fato incontestável. Os diversos segmentos da sociedade concretizaram formas de associações, todas elas representativas de interesses específicos de cada grupo.

A narrativa amadiana lembra esse novo momento ao acentuar a preocupação do exportador com seu investimento capitalista:

Nós todos estamos enterrados no cacau até a cabeça. Esse é nosso negócio, sobre ele

assentam os nossos interesses [...].

Mas, que segurança temos nós? (SJ, 97/98).

A essa altura, os conflitos intensos entre os coroneís, em busca do domínio das melhores terras para o plantio, cessaram. Definiram-se os monopólios da força. A vida diária tornou-se mais livre de reviravoltas súbitas da sorte, permitindo dedicação exclusiva à produção plena do cacau, o que logo se refletiu na explosão de atividades sociais diferentes, ao lado das montanhas de amêndoas de cacau em cada armazém, num movimento de tantos negócios jamais imaginados:

Ilhéus. Chamavam-na “Rainha do Sul”, em honra a sua riqueza. Era o quinto porto do País, por ele saía todo o cacau da Bahia, 98% de todo o cacau do Brasil, uma grande parcela do total de cacau produzida no mundo. E raras cidades do Brasil tinham um crescimento tão rápido, ruas e ruas novas que eram abertas, uma febre de construções, uma das cidades mais ricas também, dinheiro correndo no comércio tão próspero (SJ, 16).

“[...] que segurança temos nós?”. Essa era a máxima dos novos tempos que definia o desejo dos exportadores em garantir sua presença no mercado de cacau. O exportador desenvolvia uma atividade intermediária entre o produtor e a indústria de chocolate no exterior. O capital financeiro era agora o suporte básico que proporcionava a dinâmica das atividades dessa estrutura que se estendia do campo (roças de cacau) às cidades longínquas no exterior, com suas indústrias de chocolate.

Fortalecer essa condição de exportador era a ação concreta que traduzia todas as articulações visando, mais do que metas econômicas, os lucros da venda do cacau no exterior. Buscava-se, sobretudo, o monopólio do poder, o que significava apropriar-se das roças, contrapor uma promessa moderna à expressão de um tempo defasado, a partir da superveniência de um tempo cultural que se atritava com o anterior, sem o negar completamente. Nisso, abria-se a possibilidade da interdependência do presente com um tempo anterior dos produtores de cacau e com um tempo posterior, das indústrias de chocolate no além mar, colocando o espaço regional na direção de um tempo novo, que apresentava exigências de relações diferentes daquelas instituídas pelos coronéis e, como resultado, vai ganhando mais expressão o interesse pela prática comercial, a de exportação do cacau.

Agora o olhar sobre o cacau já não percebia os mistérios que as roças escondiam:

Dos cocos maduros se derrama uma luz doirada e incerta que ilumina suavemente pequenos ângulos das roças e o sol que se filtra através das folhas desenha no ar colunas amarelas de poeira, que sobem para os galhos e se perdem além, por cima das folhas mais altas (SJ, 94).

Filtrado pelo interesse do lucro selvagem do “... imperialismo que quer engolir isso tudo (SJ, 41), o exportador apenas sentia o cheiro forte de chocolate das amêndoas secas no armazém e se comprazia em sonhar: “Carlos Zude olhou pela janela a gente que passava na rua. O cheiro do cacau entrava pelo escritório, era um cheiro bom” (SJ, 12).

O imperialismo escondido por detrás das ações dos exportadores era apreendido pela reflexão de Jorge Amado, que trouxe para dentro de *São Jorge dos Ilhéus* o movimento da sociedade do início do século XX, em que os países capitalistas desenvolvidos conseguiram dominar praticamente o mundo todo, controlando as regiões produtoras de matérias-primas, essenciais para a indústrias capitalistas.

Hoje, tanto quanto antes, era o cacau que atraía, que motivava. Era razão do viver. Era “visgo de cacau mole” que envolvia cada pessoa (SJ, 123). Era força motriz das mudanças e acelerador do tempo do sul da Bahia, tempo esse que se estabeleceu e fez declinar o mando absoluto dos coronéis e agora fez ascender uma divisão de poderes com perfis definidos: os coronéis e os exportadores, grapiúnas e forasteiros confrontando-se sobre interesses comuns.

Grapiúnas e Forasteiros - O Olhar Desejante

No processo de conquista da terra no sul da Bahia, o desbravador implantava a árvore do cacaueteiro, colhia seus frutos e os transformava em riqueza. A terra e o cacau, dominados pela astúcia do homem empreendedor, incorporaram um significado para além de sua condição de objeto natural, o poder, resultante das práticas sociais constituídas nesse percurso que fez surgir o espaço grapiúna.

Esse poder, como prática social que era, englobava toda a sociedade nessa teia de relações que compunha a estrutura de mando e obediência que se apoiavam no articulador comum, o cacau, gerando, a um só tempo, a diferença de valores entre as pessoas

e a possibilidade de resistência. Formava-se aí um campo de saber (de idéias, de pensamentos, de projetos, de práticas, de acontecimentos) disseminado amplamente para cada canto do espaço social, em que os significados, valores e crenças, modelados no fazer cotidiano, se equacionavam e eram compartilhados pela totalidade social, justificando ou recusando a dominação.

Em razão desse saber difundido, o universo de regras do social ganhava marca de tradição, instalava a defesa do dominador, o coronel, e constituía o domínio hegemônico (uma complexa combinação de forças políticas, sociais e culturais), abrindo-se a um campo de novas lutas, nesse círculo dinâmico que era o fazer do homem e aí “O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam [...] (Foucault, 1993, p. 25).

Nesse reconhecimento da fragilidade do papel do exportador, mero intermediário entre o fazendeiro de cacau e a indústria de chocolate no exterior, evidenciava-se um forte antagonismo aos coronéis, gerado na determinação de garantir a segurança do capital: “Carlos Zude sentia que era essencial possuir as terras. Só elas lhe dariam carta de cidadania na zona cacauera, só elas poderiam ser garantia suficiente para os seus negócios” (SJ, 116).

A terra e o cacau, assim, em razão da prática social desenvolvida no sul da Bahia, tinham sua condição de objeto natural subsumida pelo poder e passaram a compor o eixo da estrutura local, fazendo-se relação ao representar imaterialidades (valores, sonhos, ideais) que vão diferenciar as pessoas no

campo da ação social, o que fez dos exportadores forasteiros desacreditados:

Eles não tinham raízes ali, haviam chegado depois que as árvores do cacau, plantadas sobre sangue, tinham crescido e davam frutos de ouro. Eram adventícios, sem raízes na terra negra e fecunda (SJ, 116).

Incorporar o “capital financeiro imperialista” (SJ, 97) nessa estrutura “feudal” formada de terra, cacau e poder absoluto, era questionar a prática social existente na região do cacau. Era afirmar a incapacidade de os coronéis continuarem no gerenciamento social. E assim, nessa possibilidade de confronto de interesses, o poder local ganhou dinamicidade. Tornou-se algo que se exercia sem ser propriedade particular. Passou a ser algo que funciona como corpo organizador da sociedade e centro propulsor, cujos métodos envelhecem e se atualizam em razão de variações sociais que se realizam nesses entrecruzamentos dos elementos históricos que vão se combinando no transcorrer do tempo. No caso das atividades do plantio do cacau, as conjunturas sócio-históricas fizeram surgir processos culturais que se ajustaram uns aos outros ou se rejeitaram, como que negando ser o poder uma posse ou uma vontade definitiva de um grupo, como fazia crer a forma dominadora gestada no sistema coronelesco.

Para garantir a segurança de seus capitais, sabiam os exportadores que já não podiam utilizar os métodos arcaicos que foram úteis aos velhos coronéis, que, em lutas heróicas de repetição, tocias, jagunços, mor-

tes e incêndios, conquistaram as terras de ninguém para plantar cacau. A auréola que envolvia a ação intimidadora do uso da força sem limites, a mando dos coronéis, na defesa de seus interesses, perdia o significado de coragem como honra e tornava-se símbolo de um tempo ultrapassado, relegado inteiramente como um elemento apenas do passado, mas que, mesmo fora da tradição do uso comum, podia, eventualmente, sobrevir inesperadamente: “Mas já não se viam os tiroteios no meio da cidade, já não cresciam cruzeiros ao lado das estradas, por onde hoje passavam os rápidos automóveis [...]” (SJ, 50).

Embora amenizados os conflitos da convivência social no espaço, reconheciam os exportadores que sua inserção no mundo do cacau não seria pacífica. A resistência dos coronéis poderia ultrapassar o limite da simples censura (“...eles não são grapiúnas...” (SJ, 117), dado que muitos elementos (meio, recurso ou informação) formados no passado ainda estavam vivos no processo cultural, não só como um elemento apenas do passado, mas como um dado efetivo do presente. Esses dados residuais, a exemplo da confiança e da estima, eram concedidos apenas àqueles que tinham suas raízes plantadas no solo, aos que se tornaram grapiúnas pela posse da terra: “Eram adventícios, não tinham raízes, não estavam firmes na terra do cacau. Só a posse da terra os faria senhores, definitivamente grapiúnas, donos de Ilhéus” (SJ, 117).

A riqueza imensa nas mãos dos coronéis era o sinal expressivo de que o projeto inicial dos desbravadores estava cumprido. Não havia mais necessidade de conquistar terras, porque o seu processo

de compra e venda alcançou certa civilidade. A perspectiva dos projetos dos velhos coronéis vai se enfraquecendo. Um momento de êxtase foi gerado pela abundância de dinheiro e pelo esvaziamento do sentido de viver.

Fora de si, esquecidos, desamarrados de todos os liames, inclusive e principalmente de uma identidade com o passado de lutas e determinação, os coronéis, de repente, distanciaram-se de suas roças e aproximaram-se dos “cabarés, roletas, bacará, campista...” (SJ, 139). Já não tinham um projeto. Sem projeto o sujeito interrompe a caminhada: “O que leva a agir é o pensamento enquanto dirigido para um fim” (Lebrun, 1993: 21).

A euforia do dinheiro, como num excesso de claridade, inibiu o olhar dos coronéis, destruiu-lhes a capacidade de ação criativa, já demonstrada nos embates que os fizeram viris (esforçados, enérgicos, vigorosos), enquanto conquistadores de terras:

Os coronéis se encontraram, de repente, com maços de dinheiro na mão e não sabiam que fazer dele. Haviam passado toda a vida conquistando e plantando terra, comprando roças, colhendo cacau, empregando nas despesas das casas, nos estudos dos filhos e nas fazendas, os lucros das safras. Agora o dinheiro sobrava [...] (SJ, 139).

O cacau, ao longo de toda a vida do fazendeiro, foi o elemento motivador de ações. Esse objeto da pulsão (o cacau) esgotou-se enquanto projeto de conquista de terras em matas para transformá-las em roças de cacau.

Nesse momento, os fazendeiros bem poderiam juntar-se à dinâmica do sistema capitalista em voga, unindo-se em proteção aos resultados financeiros da venda do cacau.

Os fazendeiros, em sua maioria, não perceberam esse fenômeno e deixaram grandes empresas de outras regiões e do exterior ir dominando todo o processo produtivo do cacau. O financiamento da produção era praticamente realizado “[...] com a participação de bancos estrangeiros, via casas exportadoras [...]” (Freitas, 1979:30).

Foi por esse espaço vazio deixado pelos coronéis, nesse estado de perturbação provocado pela embriaguez do dinheiro sobrando, que se infiltraram os exportadores, como um dado emergente daquela ambientação social, a recompor a força impulsiva da grandeza inicial que fez dessas terras um espaço desejante, indefinidamente projetado para o futuro, pela condição de tornar-se história, saindo desse estado de natureza, de matas imemorais, e transformando-se em imensas roças de cacau: “Cacau era mesmo que ouro, a melhor lavoura que se podia desejar, o melhor emprego de capital. Os “grapiúnas” diziam com muito orgulho” (SJ, 139).

Chegar ao poder e conservá-lo, substituindo a liderança dos coronéis, era a única forma que os exportadores vislumbravam para ter a garantia de seus negócios. Mais que isso, seriam donos das roças de cacau, líderes políticos, epítomes das virtudes viris que fizeram heróis os conquistadores das terras.

Seriam novos senhores de um espaço que se estenderia para muito além dos limites definidos pelas fronteiras do mando dos coronéis, o exterior: o mundo do além mar, das indústrias de chocolate.

Chegar ao poder, então, seria tornar-se grapiúna. Chegar ao poder seria envolver-se nesses fluxos e refluxos de ação, interação, transformação e reconstrução desse espaço desbloqueado de sua natureza puramente geográfica, um dia realizado pelos velhos desbravadores, avultando-o como elemento constitutivo da trama histórica. Mais do que simples espaço, espaço e tempo reciprocamente se influenciando.

A sabedoria, a vitalidade e a coragem sustentaram o plano que fez as matas virarem roças de cacau. O esquecimento dessas virtudes pelos coronéis, resultante da combinação do esgotamento dos objetivos (“*Não havia mais terra para conquistar*” – SJ, 139) e o delírio provocado pelos preços do cacau (“ – *Então os preços vão subir? [...] – Vai ser dinheiro a rodo [...]*” (SJ, 101), minaram a vontade que deu a conhecer a força aceleradora dos tempos do sul da Bahia, o cacau, e possibilitaram o desenvolvimento do interesse na apropriação dessas virtudes pelos exportadores.

Os coronéis, ainda donos do poder, fragilizados pela ausência de novos projetos, e os exportadores, excitados pelo olhar desejante, ainda inseguros, ainda sem raízes, mas donos do capital financeiro, defrontaram-se numa disputa que chegava a envolver toda a sociedade, estabelecendo a indecisão e instalando a perplexidade.

Era que ainda estava presente na memória social a lembrança das bravas lutas entre os coronéis em busca do domínio do *Sequeiro Grande*. Lutas motivadas pelo interesse não apenas de conquistar terras para plantio do cacau, mas de ter mais terras, para ter mais cacau, mais riqueza e mais poder, numa

demonstração de resoluta ação rumo ao futuro, em que o cacau assumia de vez sua condição de operador temporal do sul da Bahia.

Desse marco referencial de luta, era que se alimentavam as expectativas do confronto entre coronéis e exportadores. Expectativas essas acentuadas pelas possibilidades que a cidade, ainda bem pequena, conferia: a aproximação dos atores aos lugares de discussão (bares, cabarés, irmandades da igreja católica). Nesses espaços os acontecimentos repercutiam e dominavam as atenções. Esse ambiente urbano, como arena cultural, se inscrevia nesse contexto como teatro que experimentava e expressava as ações do social, reelaborando-as ao sabor de interesses diversos:

-Tubarões ou crianças tímidas a eles é que se deve o progresso dessa zona. Conquistaram a terra, plantaram cacau, mataram gente, construíram as cidades [...] São nossos heróis [...] (SJ, 102).

-Na rua passava o coronel Maneca Dantas que havia chegado naquela tarde da sua fazenda. Ainda levava as botinas de montaria sujas de lama [...] Ia meio rindo, o chapéu na mão [...] Gomercindo apontou:

-Tá aí um dos seus heróis [...] Parece mais um maluco[...] (SJ, 103).

A cidade, assim, oportunizava uma “iluminação” nessa sociabilidade e interação social que se articulavam em torno das atividades da produção do cacau, num jogo de revelação e ocultamento intensos, dado tanto pelas imagens reais (preços

do cacau, movimento dos trabalhadores, chegada e saída dos navios), como pelas imagens metafóricas (da poesia, dos discursos solenes, das falas improvisadas nos bares).

O cenário de uma nova luta estava pronto, os caminhos de novos desejos estavam traçados. Os novos tempos, com a presença dos exportadores, trouxeram uma dimensão inesperada para o espaço do cacau, a ambição capitalista.

A Tocaia – Os Caminhos do Desejo

Já desvelado o mundo do cacau, compreendidas as articulações que conferiram significados aos feitos e aos fazeres sociais aqui desenvolvidos, reconhecida a força dos papéis que a divisão social conferiu a cada pessoa, conscientes dos valores que deram sentido à ação e justificaram os procedimentos, o espaço de experiência, antes obscurecido por uma realidade específica do mundo do cacau, mostrava-se agora à percepção alongada dos exportadores. O espaço de experiência do produzir cacau tornava-se conhecido pelo exportador e abria-se à possibilidade do caminhar, sugerindo a existência de um percurso que apontava para um horizonte de expectativas nebulosas, de esperanças e temores, que se dividia numa infinidade de trajetos temporais diferentes, que somente se realizariam enquanto conquista, enquanto construção.

O temor dos exportadores, assim, era a manifestação de uma consciência do perigo. Consciência de que a oposição aos coronéis produziria necessariamente uma ruptura e, por isso mesmo, a possibilidade de uma reação danosa não estava descartada.

Esse horizonte de expectativas alimentado pelos exportadores tornava-se horizonte e expectativa no corpo de um projeto, de uma intenção, metáfora temporal que expressava um tempo futuro, já sentido no presente. Esse horizonte era enunciador de uma necessidade de os exportadores investirem-se de “carta de cidadania” (SJ,117), fazendo-se grapiúnas ao apropriar-se das terras dos coronéis, assumindo o poder que acolhia um novo tempo. Este tempo se insinuava no espaço ora iluminado por motivações estranhas ao itinerário concebido pelos velhos conquistadores: “Só a posse da terra os fazia senhores, definitivamente grapiúnas, donos de Ilhéus” (SJ, 117).

A tentativa de implementação do projeto era o compromisso de realização de um percurso. Era a certeza de que se deveria dar um salto sobre um abismo de recusas (de rejeição), em que o olhar dos exportadores (o caminhante) não o divisava completamente. Esse olhar indeciso fazia essa travessia, em direção a um novo tempo, ser um arco tenso traçado pela decisão antecipadora, ultrapassando a experiência saturada dessa realidade bravia do conquistar terras e plantar cacau. Essa decisão antecipadora dava conta de um movimento de transcendência que colocava a ação dos exportadores numa espécie de dificuldade que somente se poderia resolver com o transcurso do tempo, no enfrentamento da recusa.

Esse projeto a que se aventuraram os exportadores era apenas um propósito que carregava em si estratégias, mas era ainda, enquanto plano, uma aparência, algo que mostrava, à primeira vista, que quer se converter numa realização. Era sonho que se organizava numa relação entre o lugar de onde

se estava (uma origem) e o não lugar para onde se desejava ir (o destino), e isso envolvia a existência de um percurso de amplas possibilidades, ligando gestos, passos, vontades, abrindo rumos e direções, confrontando interesses, estabelecendo lutas.

Foi precisamente essa estratégia que substancializou o projeto dos exportadores, apresentado como um desses resíduos do passado, presente na ação contemporânea e, por isso mesmo, carregado de um forte componente de barbárie, o que fez dos exportadores uma figuração dos coronéis, dualidade que elimina a distância temporal entre eles (coronéis e exportadores), permitindo a aproximação do passado com o presente, pela adoção de práticas que foram um dia funcionais e ainda hoje garantem o exercício de atividades sociais significativas. Nessa perspectiva, Falcón (1995: 64) afirmava que:

Estimulados pelos preços no mercado exterior e favorecidas pela excessiva dependência da lavoura dos seus créditos, essas casas comerciais iniciaram um verdadeiro processo de expropriação, aproveitando-se da descapitalização dos produtores e das crises de preços, entre outras coisas, que ora eram forjadas especulativamente, ora resultavam de contrações inegáveis no comércio mundial.

Surpreender essa presença do ontem no hoje era dar-se conta do processo de mudança do espaço através das rupturas se instalando na figura dos novos prognósticos. Nesse ato, incorporavam-se novas desejabilidades no espaço social das terras do cacau,

constituindo-se em guia para novas expectativas, permitindo o desenvolvimento de uma consciência de que aqueles que se comprazem com a inércia de contemplar o realizado podem se perder naquilo que vêem, dado que “O homem que contempla é absorvido pelo que contempla” (Novaes, 1997: 10).

A trama que se iniciava como estratégia dos exportadores, nesse jogo de elevar os preços do cacau e fazer o dinheiro sobrar nas mãos dos fazendeiros, num instante em que já não havia terras para comprar, nem terras disponíveis para plantar cacau, era o convite aberto para o gasto desbaratado. A esse propósito, Freitas (1979: 67) lembra que “O pico dos anos 1910 e 1920 criou a falsa impressão de que preços e demanda permaneceriam em alta permanente”.

Nessa armadilha, já vimos, caíram os coronéis: “Dinheiro perdeu a importância” (SJ-137).

Como resultado, a região conhecia uma rápida expansão de atividades econômicas ao lado de gastos desordenados e supérfluos, de vãs ostentações, de dinheiro esbanjado à toa:

Logo, as antigas ruas estreitas e tortuosas ganham alinhamento e alargam-se para abrigar os sobrados ajanelados dos fazendeiros abastados e membros da elite local, bem como as casas comerciais de todos os tipos (Falcón, 1995: 46).

O esbanjamento somente chegou ao fim com a súbita baixa dos preços do cacau:

Mas, quando em maio começou a verdadeira safra, o cacau estava a onze mil-réis

e os fazendeiros já não guardavam nem a mais remota esperança de que os preços novamente subissem. Em junho, o cacau chegara à miséria de oito mil-réis a arroba. Os fazendeiros começaram então a dar-se conta de que a alta fora apenas um jogo dos exportadores (SJ, 228).

A narrativa ficcional, nesse particular, reflete bem a realidade registrada pela historiografia, ao ressaltar o tratamento dado às relações comerciais de compra do cacau:

Os comerciantes, [...] privilegiados pela posição em que se encontravam, souberam tirar proveito das oscilações apresentadas pela demanda, nas variações de preços, nos transportes e nos fretes. Comportaram-se de forma gananciosa, em algumas oportunidades, a se supor a 'falta de seriedade' dos exportadores (Freitas, 1979: 41).

O fenômeno não é estranho. O homem vive no centro de suas experiências que, na habitualidade do viver intenso, pode alhear-se do movimento que ele mesmo estimulou e, por vezes, somente no momento de perigo é que percebe situações de que não se dava conta no dia a dia: “...a alta fora apenas um jogo” (SJ, 228). Com o estranhamento, havia uma típica perda de experiência que empurrava o indivíduo para uma mera vivência vegetativa. O sujeito, assim, torna-se uma espécie de autômato desmemoriado, que esgota suas energias em prazeres banais, extinguindo a aura da ação que o constituiu, nessa expectativa de que, “Quem não pode lembrar o passado, não pode sonhar

o futuro e, portanto, não pode criticar o presente” (Rouanet, 1989: 113).

Surpreendidos pela astúcia dos exportadores, os fazendeiros, envolvidos em suas tarefas de conduzir as atividades de suas roças, perderam a capacidade de elaboração sobre o alcance da riqueza que eles produziam, fechando-se numa estrutura de experiência que impedia a interação com o mundo novo do além mar, destino final dos frutos dos esforços realizados.

Na convivência social no sul da Bahia, nesses tempos de desbravamento e plantio de cacau, a percepção dos fazendeiros não se desenvolveu na velocidade que o interesse do cacau despertou, em razão das experiências vividas dentro das matas. Vidas concretas, existindo numa dimensão social de cotidianidade rude. Os exportadores cedo procuraram apropriar-se dessas possibilidades despertadas pelo valor do cacau: “...vivendo numas brenhas danadas, derrubando mata para plantar cacau, labutando com cada jagunço desgraçado[...].” (TSF, 36).

Nada estranho. Nessa dimensão do viver, na importância que o cacau vai assumindo, uma multiplicidade de interesses se cruzava e se alimentava dessa relação. Essa contigüidade de interesses é que vai por em movimento várias experiências de tantos outros atores sociais. E não seria outro o resultado senão o de fazer emergir possibilidade de tensões e de conflitos, marcados pelas diferenças, multiplicidade e pluralidade do viver, combinados por aqueles impulsos próprios do homem nos quais o conhecer era resultado do jogo e composição das paixões e das vontades, que se davam de forma contingente

e não como resultantes de determinações possíveis advindas de planejamentos conscientes de qualquer sujeito.

O choque sofrido pelos fazendeiros despertava -os do sono mítico (fantasioso), atrofiado pelo eterno presente idealizado na ritualização do poder sem fim do cacau, levando-os a reconhecer uma nova esfera de ação que se alargava sobre os domínios sagrados das intocáveis terras adubadas com sangue pelo ato da conquista.

A intocabilidade e a imutabilidade imaginadas pelos coronéis criaram um mundo fechado de um tempo que se quer autônomo, absoluto, cifrado de códigos de honradez e coragem. Mundo que se imobilizou na desatualização do projeto inicial de conquistar terras e plantar cacau. Esse projeto inicial perdeu vigor em relação aos novos interesses postos em torno do cacau. O projeto inicial imobilizou-se porque já não inventava, porque já se comprazia com o criado. É esse mundo em condição de desequilíbrio, gerado desse campo de interseção e confronto, que agora era percebido, num relampejo, pelos velhos fazendeiros. Frente a imposição de circunstâncias novas, esses velhos fazendeiros, de forma tardia, tomaram consciência do transcurso do tempo, sentiram-se na concretude de uma encruzilhada fatídica, recheada de sinais que infundiam sofrimentos, representados pela perda dos bens, pela irreparável perda do nome próprio e da honra, pelo esquecimento da fantasia dos sonhados sonhos da aventura que fez surgir o cacau no sul da Bahia.

A historiografia dá ênfase a esse momento de sofrimento dos fazendeiros de cacau e revela o

desânimo de cada um ao se submeter aos acordos propostos pelos exportadores credores:

Com a devida elegância suíça, rejubilavam-se, então, os executores: 'Nesta ocasião devemos frisar que nenhum destes acertos foi feito judicialmente; tudo foi resolvido amigavelmente entre devedores e credores'. Os executantes, 'após enormes abatimentos nas dívidas 'aceitavam' fazendas de cacau em pagamento, quase todas em completo abandono[...] (Falcón, 1995: 68/69).

A Literatura, do mesmo modo, narra o desalento que atingiu os fazendeiros, afastando-os do movimento da cidade, do espaço público que um dia lhes pertenceu pelo domínio absoluto exercido sobre o social:

Agora era a desolação em São Jorge dos Ilhéus. Quase todos os coronéis haviam subido para as fazendas, fechando os palacetes em Ilhéus, esquecidos os automóveis nas garagens, abandonadas as amantes [...] (SJ, 230).

Sufrimento que se fez susto, espanto, angústia, transformou-se em medo, “medo que esterilizava os abraços” (Drummond, 1967: 105), medo que agastava o coração e se tornava companheiro do ódio, abrindo caminho ao ato louco, ao passo desvairado, não mais em busca da defesa do poder, da glória, da fama, da honra, da coragem e da riqueza que resultaram da luta diuturna das conquistas da terra e do plantio do cacau. Ato louco, não mais representação das

virtudes que fizeram respeitadas as decisões, mas desolação, desespero, vergonha, refúgio marginal e descomprometido com o social. Último esforço do corpo já sem alma, sem amigos, desamado, acossado pelo medo, acovardado pelo ódio:

A fazenda de Frederico Pinto fora à praça [...] Não ligou [...] Entrou nos escritórios dos Rauschning inesperadamente [...] O exportador se levantou, pensava que Frederico vinha pelo saldo [...] ou viria, como outros, esmolar um pouco mais de dinheiro?

- E seu irmão, onde está?

- Anda por Itapira [...]

É uma pena porque assim mato somente você, seu gringo filho da puta [...] e foi atirando, descarregou os seis tiros do revólver no peito de Rauschining [...] (SJ, 243/4).

Nesse jogo, o fenômeno mental (o susto, a angústia), construído num momento de forte constrangimento (a perda dos bens), ganhava força e se impôs frente às estruturas materiais (o grupo, a família, a vizinhança), determinando a conduta exasperada do fazendeiro (o assassinato). Nesse instante, esse sujeito quebrava a articulação de suas relações sociais, ao ferir o quadro de um sistema de valores instituído, que, modernamente, governava o comportamento de cada indivíduo, com relação aos outros membros do grupo de que participava. Nessa conduta exasperada se revelava uma pressão excessiva de um componente novo (a exigibilidade do crédito concedido pelo exportador),

que começava a fazer parte desse novo conjunto de relações que incluía o exportador na estrutura dessa sociedade grapiúna.

Incidentes dessa natureza são sinais concretos da presença de ideologias contrapostas no espaço do cacau, que representavam a existência de níveis de cultura diferentes e justaposições de relações concorrentes de poderes, com indicativo de que estava em processo acelerado um desequilíbrio entre os estratos dominantes (coronéis e exportadores). De um lado (o dos coronéis), os obstáculos se assomavam, as forças de conservação se enrijeciam ao se extinguir a esperança. Do outro lado (o dos exportadores), o projeto do futuro se apresentava como portador de esperanças, a ação era encorajada, as manifestações de ameaça dos tempos novos eram domesticadas e submetidas.

Sozinhos, sem sonhos, sem projetos, sem seu bem maior, a terra, restava aos velhos coronéis relembrar, encontrar no passado o conforto para a vida que ainda lhes sobrava.

A Geração Fracassada - O Olhar da Memória

Vencidos por novos tempos, os coronéis estavam agora sem forças, sem honra, sem nome e sem amantes. Estavam sem seu maior bem, a terra, e sem sua maior conquista, o poder. Comovidos, em momento de angústia, os sonhos se esvaíram e os olhares despertaram em direção ao passado distante, suscitando o trabalho de uma memória nostálgica, instaurada em desequilíbrio, na relação com o presente. Presente vivido e representado como progresso: “[...] Tou velho,

seu Sérgio, de que valeu trabalhar tanto, matar gente, passar cinquenta anos enterrado na mata? Pra ganhar o quê? Pra terminar pobre[...]” (SJ, 260).

Tempos de lembranças que trouxeram, na solidão da inatividade, imagens das ações que fizeram um dia as tentativas virar empreendimentos, votos, anseios e desejos transformar-se em projetos. Trouxeram ainda lembranças das dificuldades, das esperanças ora desvanecidas na exaustão do corpo e da alma, lembranças que fizeram o olhar em direção ao passado ser uma sentença, um julgamento, e a vida um castigo insuperável:

Para o trabalhador, o prazer de ficar quieto é esgotante. Mesmo que a casa que habite sob um céu sem nuvens seja guarnecida de verdes, perfumada de flores e animada pelo gorjeio de pássaros, se ele está ocioso, permanece inacessível aos encantos da solidão (Benjamin, 1989: 36 - vol. - III).

Recolhidos nessa intimidade da contemplação, os coronéis foram se afastando natural e socialmente das atividades frenéticas que um dia os fizeram senhores. Na medida de suas experiências, esses velhos plantadores de cacau aprenderam tudo nas contraposições do viver, nas conquistas e nos fracassos, nos limites do ser ou não ser, do matar ou morrer. Agora eles se isolaram na contemplação. Fora do espaço público, refugiados na esfera privada, ali onde se processa o drama mais íntimo de cada um, os coronéis sentiram a ausência do outro. Ausência que se insinuava e machucava na individualidade solitária:

Plantamos cacau, fizemos roça, a gente nunca se divertiu, a gente fazia tudo era mesmo pros filhos. E veja o senhor, seu Sérgio, os filhos da gente não deram pra nada, a não ser para beber cachaça e andar com raparigas [...] (S), 260).

Nessa distância do tempo findo, um dia vivido intensamente pelos coronéis, o olhar da memória indagava minudentemente. Na interioridade desolada que o novo viver determinava, as imagens suscitadas recompuseram os trajetos da vida descomprometida dos filhos, alheios às ambições iniciais que fizeram explodir a grandeza do cacau.

Filhos levando uma vida de bar em bar, de cabaré em cabaré, fazendo da rua sua morada, abandonando-se na multidão e expondo-se ao olhar de todos. O espaço público se tornava íntimo e a cidade se fazia paisagem. O espaço se banalizava pelas noites esticadas até ao meio dia, sem compromissos, sem projetos:

Os filhos dos coronéis malandreavam nos cafés e o Dr. Rui Dantas, em certa noite de porre, os definira com uma frase, que o poeta Sérgio Moura dizia ser a sua única frase inteligente e justa:

- Somos uma geração fracassada [...] (S), 51).

Essas imagens das lembranças dos coronéis não se constituíram num esquema motor, eram simples percepções, estímulos não devolvidos ao exterior em forma de ação, dado que bloqueados na indeter-

minação do corpo enfraquecido, da alma desiludida, do projeto desfeito.

Notam agora os coronéis que a indiferença de seus filhos ao trabalho não passava de uma seqüência dos hábitos distantes iniciados numa infância farta, desenvolvidos numa adolescência descontraída na Capital (*Bahia*), entre salas de aula mal freqüentadas e assíduas presenças nos salões de jogos, longe dos apuros da construção do espaço do cacau. Este contínuo se confirmava na vida adulta, no culto aos prazeres da ociosidade, no deleite que o boêmio conseguia encontrar nos tempos gastos nas mesas de jogos. Era uma espécie de presente permanente de uma vida sem ruínas, liberada das contingências. Vida salva do esforço que põe à prova a capacidade criadora do desenvolvimento das habilidades profissionais, no interesses da comunidade.

Vida gerada na ausência da necessidade de lutar pela sobrevivência. O cacau que possibilitou a construção dos palacetes, que fez a cidade se desenvolver e criar espaços de diferentes ocupações, de trabalho e de divertimento, esse mesmo cacau criou também a vagabundagem, espécie de salvação do indivíduo abastado que não foi chamado a administrar o patrimônio da família. Os filhos dos coronéis, por isso mesmo, tornaram-se apenas espectadores, observadores descomprometidos com as atividades dos pais e com o movimento da cidade. Tornaram-se simples passantes que gozavam os espaços como paisagem, sem perceber seu processo de evolução como sendo resultado de um campo de luta. Viver desse modo, numa espécie de presente contínuo, era um aprisionar-se na mesmice que impedia a

dimensão da experiência, tornando o olhar vazio, iludido pela suposta infinitude do poder do cacau. A vida boêmia abastada era transformada em tempo de liberdade, superando a mera ociosidade, no esforço em busca do que melhor deliciava o viver.

Velhos, sem sucessores que pudessem dar continuidade às suas promessas, os coronéis viram a luta do passado como um tempo perdido, e a vida que poderia se entronizar na realização plena, pela posse áurea de riquezas e poder, fechava-se numa seqüência de desastres sem remissão, sem compensação, sem paga: tomaram-lhes os bens, o poder, a honra, a esperança, a vida:

-A gente passou a vida toda na roça, derrubou mata, brigou, matou gente, derramou sangue cristão [...]

-Sérgio ouviu interessado [...]

Então o poeta apontou as luzes da cidade lá embaixo:

-Pra fazer isso, coronel, valeu a pena! Os senhores fizeram tudo que está aí [...] ena que é pouco?

Maneca Dantas concordava, sem entusiasmo nem alegria:

-Só que não é mais da gente [...] (SJ, 260).

Os Alugados: Andantes entre a Vida e a Morte

Sem forças de reação, nem estima, os migrantes, submetidos ao trabalho duro, de sol a sol, nas roças de cacau, tornaram-se “alugados” e enredaram-se na teia que alimentou o poder dos coronéis. No início, quando da migração forçada dos sertões da Bahia, de Sergipe, de Alagoas e do Ceará, fugindo de secas

impiedosas, a esperança dos migrantes era conseguir viver e angariar alguma riqueza, o que fazia a caminhada desses nordestinos, em direção ao sul da Bahia, ser uma marcha de esperança. Por isso, tudo que representasse uma possibilidade de fixar-se num trabalho e garantir qualquer alimento, ainda que o recrutamento resultasse de uma escolha infame, num espaço chamado “*mercado de escravos*”, ainda assim, nesse primeiro momento, isso já seria uma conquista, representava a salvação do corpo no limite final do esgotamento das energias subtraídas pelas carências da origem. Sem condições de escolha, qualquer alimento era uma bem-aventurança, o gozo e glória de poder fartar-se, ao meio dia, em regalo, de “*pirão de farinha com carne assada*”, ainda que no abandono da sorte, no meio das matas, submetidos a todo tipo de riscos.

Nessa condição, anônimos, primeiramente sob as sombras das matas e depois nas sombras das árvores do cacauero, tocados de perto pelos capatazes, os trabalhadores somente tinham sua existência revelada através dos sinais da luta diária. Nos feitos que se concretizavam em aberturas de imensas clareiras nas matas, que logo eram tomadas por cacaueros e sua florada miúda e esbranquiçada, presa nos troncos, que logo se fazia frutos e depois pilhas imensas de amêndoas secas nos armazéns das cidades, nos porões dos navios em direção ao mercado externo, e, por fim, em depósitos fartos nas contas correntes bancárias dos proprietários das fazendas.

O esplendor do cacau parava na conta corrente do coronel. Interrompia-se aí o fluxo da sociabilidade que fazia gerar a riqueza, os resultados da venda do cacau. O trabalhador não se beneficiava daquilo que

foi o fruto de seu esforço físico e tendia a se submeter cada vez mais ao jugo da exploração: “Era sempre a mesma vida miserável, que nenhum acontecimento conseguia mudar, nem o progresso da zona, nem a riqueza crescente dos coronéis” (SJ, 39).

O trabalho antes desejado vai se transformando em tortura. O trabalhador ficava impedido de realizar seus sonhos e impossibilitado de enraizar-se efetivamente, ao se negar a ele o reconhecimento de sua importância na estrutura produtiva. Esse impedimento fez vidas sofridas pelo castigo das secas distantes tornarem-se miseráveis no sul da Bahia. Esta condição desperta lembranças de solidariedade na dor que a seca estendia a todos e fazia reconhecer insensibilidades na riqueza do cacau, tendo como resposta as atitudes de fugas e outros tipos de refúgios, que a narrativa de ficção soube simbolizar:

A voz do Negro Florindo relata a vida desses negros, mulatos e brancos curvados na roça:

*Quem planta cacau sou eu,
Sou eu que colhe ligeiro,
Mas, ai! Mulata, mas ai!
Só eu não vejo dinheiro
Do cacau que vendeu...*

*Triste sina é minha vida,
Sina de trabaiaador...
Mas ai! Mulata, mas ai!
Só tu sabe minha dor,
Só tu sabe minha lida[...]
(SJ, 78/79).*

O prolongado sofrimento dos trabalhadores, cada vez mais acossados pelos capatazes - o facão e o podão derrubando os cocos de cacau, as crianças e

as mulheres juntando-os em montes aqui e ali para a quebra final, o descanso diminuto, mal bastando para uma refeição engolida sem prazer – “depressa!” ...O trabalho era retomado e cresciam montes de cocos de cacau em toda a roça, montes amarelos, amarelo-ouro, que logo eram quebrados e suas amêndoas eram levadas aos cochos de fermentação e depois às barcaças, secadores que pediam a presença de homens atentos, virando constantemente as amêndoas com rodo, pisoteando-as ao sol, em brasa, que tostava os caroços do cacau e a pele dos barcaceiros – “depressa!”. O trabalho não parava, trabalho duro, que machucava, trabalho prolongado de todos os dias, de todos os anos, de toda a vida. Trabalho que devastava o trabalhador:

À boquinha da noite eles suspendem a colheita e voltam para suas casas. As mulheres vêm cansadas, vagarosas e caladas. Parece até absurdo chamar essa gente de mulher... molambos negros e mulatos que vêm das roças arfando de cansaço. São restos de gente e ainda assim dormem com seus homens, e se beijam e parem meninos que comerão terra (SJ, 81).

Vidas vividas na impossibilidade de enraizamento (ser projeto, ser desejo e ser agente). Vidas apoderadas pelos coronéis e proletarizadas em grau agudo de carências. Vidas despossuídas de direitos, “[...] molambos negros e mulatos [...]” tornados simples “alugados”, cujo passado era inteiramente destruído. Malefício que era configurado na falta de enraizamento e se constituía em doença social

que se multiplicava a si mesma (“[...] parem meninos que comerão terra”). Nessa condição, esse “[...] resto de gente [...]” passava a compor uma imensa massa de manobra, tocada ao léu, no gosto de quem a dominava, num contínuo que se empobrecia de acontecimento e instituía um tempo que vence e muda os seres mais resistentes:

Seres realmente desenraizados só têm dois comportamentos possíveis: ou caem numa inércia de alma quase equivalente à morte [...] ou se lançam em atividades que tendem sempre a desenraizar, muitas vezes por métodos violentíssimos [...] (Bosi, 1997: 415).

O cacau que derramou luz dourada no sonho de grandeza dos fazendeiros, que financiava a construção dos casarões e a vida faustosa de seus filhos, que abria o espaço do sul da Bahia a outros sem número de interesses, esse mesmo cacau promoveu esses sinais de sofrimento, que iam além do espaço do trabalho “servil” e invadia o espírito de cada trabalhador, arrancando-lhe o riso e o encanto de viver. Era o mesmo cacau que empurrava os trabalhadores para as ruas lamacentas de casebres desconfortáveis, e realizava o conflito do limite da percepção, não havia saída fora da teia do cacau:

Porque também a Ilha das Cobras, rebotallo da “rainha do Sul”, “latrina da cidade”, como disse Nestor no seu discurso, vive em função, ela também, do cacau. Também a Ilha das Cobras está amarrada nas cadeias do cacau (SJ, 110/111).

Um amplo campo de luta se instituía, desse modo, nesse espaço formado pelas roças de cacau, nesse tempo organizado pelo mando absoluto dos coronéis, nesse espaço-tempo que gerou o mundo dos “alugados”, dos homens esquecidos às sombras das árvores do cacau e fora do alcance dos benefícios da riqueza por eles produzida. Esse espaço-tempo, composição de um mundo enrudecido pela prática grosseira do derrubar matas e enfrentar animais selvagens, tornou-se, de fato, um campo de luta onde os trabalhadores experimentavam sua cotidianidade, realizavam sua vida sofrida, fazendo-se a si mesmos, enquanto cultura, independentemente do grau de consciência sobre o jogo das conjunturas sociais presentes. De algum modo, ainda que no recinto mínimo da privacidade de cada um, decidiam seu viver, não como sujeitos autônomos, indivíduos livres,

...mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos e, em seguida, tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] (Thompson, 1981: 182).

Nesses limites, nesses impedimentos conjunturais, submetidos aos interesses dos proprietários de terras, presos numa rotina diária, de sol a sol, dedicada ao plantio, tratos culturais, colheita e secagem do cacau, a consciência de submissão perenizada dos trabalhadores se confundia no ato de enxergar, transferindo a outros sujeitos a razão de seu sofrimento:

Todos eles têm mais ódio ao capataz que ao coronel. O coronel é intocável, é sagrado, mas o capataz já foi trabalhador algum dia, é igual a eles, só que subiu e agora é pior que o próprio patrão (SJ, 77).

“O coronel é intocável, é sagrado...”, esse imaginário se consolidou à medida em que ao redor do coronel foi criado todo um sistema de valores e cerimônias, estimulados certos padrões de comportamento e reverência e inibidos outros: tabus, mitos e preconceitos. É a cultura, pelo seu aspecto imaterial através das idéias, dos valores e normas, modelando, quase que espontaneamente, a vida das pessoas.

Embora “alugados”, homens submetidos ao mando sem limites dos coronéis, corpo e alma devastados pelo trabalho duro, mesmo assim, foram se fazendo sujeitos. Foram sujeitos ativos percebidos enquanto idéias possíveis reveladas no âmbito de seus procedimentos: “ódio ao capataz”, na liberalidade do canto: “Quem planta cacau sou eu - Só não vejo o dinheiro - Do cacau que vendeu”, nas obrigações familiares e de parentesco, na solidariedade entre os seus pares. Nessas dimensões, vai se constituindo um processo social de modos de vida específicos, os “alugados”, trabalhadores das roças de cacau, teoricamente, uma classe. Trabalhadores que, como categoria histórica, estavam associados à idéia de luta, ao experimentar uma situação de antagonismo real: o mando absoluto e a obediência “servil”, e que, por isso mesmo, não desenvolveram o seu próprio projeto, embora, em suas atitudes demonstrassem profundas insatisfações com o modo de vida que levavam: “...não queria morrer trabalhando. Muito

menos morrer nesse trabalho das roças de cacau, pesado, sem futuro..." (SJ, 76).

Nessa forma de vida submetida aos caprichos do tempo, de maneira lenta, vai se desenvolvendo nos trabalhadores uma consciência mínima de direitos, consciência de si próprio. Num primeiro momento, quando muito, surge uma consciência do ofício, ao se reconhecer trabalhador do cacau. Trabalho vivido como atividade vital, mas que não era objeto de sua vontade, porque rude, porque inconseqüente. Era o trabalho alienado que fazia essa atividade criar a existência mal definida dos trabalhadores, ao incapacitá-los de promover a transformação das condições que os afligiam. Essa condição apontava para um apropriador desse trabalho alienado, o coronel. Sem vislumbrar uma solução, sem poder construir uma forma de resistência ao domínio, a saída encontrada era a fuga: "O importante é fugir [...] Largar dali, tomar pelas picadas mais difíceis, dormir no mato, atingir a serra do Baforé, varar para o sertão [...]" (SJ, 83).

Nessa teia formada pelo poder do cacau, o trabalhador era apenas o sujeito de dever. A fuga desejada do "...trabalho das roças de cacau, pesado, sem futuro..." (SJ, 76) era um tipo de grito de dor, que trazia à memória a lembrança longínqua de suas raízes, ponto inicial onde a vida era projeto e que um dia fez imaginar uma aventura às terras do cacau, terras que "...davam frutos de ouro que iluminavam as roças, que enchiam de sonhos os corações dos homens" (SJ, 119). Agora, ressabiado, o trabalhador se empenhava em dar sentido a sua vida, penetrando nas lembranças como um *desejo*

explicação: uma vida sofrida na origem distante nos sertões da Bahia, de Sergipe, de Alagoas e do Ceará, mas vida desejante, vida ainda animada como projeto, agora desesperançada.

Definitivamente preso ao “visgo do cacau”, “... abandonada por completa a idéia de fuga...” (SJ, 50/51), na amargura de nada mais saber fazer além do que tentou, o trabalhador se agarrava à esperança de um outro mundo, fora do alcance e do controle dos coronéis, espaço de infinitas respostas que acalentavam os desejos mais profundos, última instância que redimia o interesse do viver e despontava com muito mais importância que as contingências engendradas pela teia do cacau:

Oxóssi anuncia pela voz de Salu que esse ano vai haver muito dinheiro, vai chegar até para os pobres. Não vai mais nascer cacau, vai nascer é ouro. Ah! Oxóssi é um santo bom, vai mandar ouro para todos eles, até para os pobres vai chegar! (SJ, 131).

Mergulhado nesse mundo de sofrimentos, corpo e alma dilacerados, a imaginação do trabalhador ganhava a marca dessa violência, porque parte desse corpo e dessa alma que sofriam. Por isso mesmo, essa imaginação se fechava na falta de poder desejar, por insuficiência ou impotência do querer, como se já saciado da exterioridade, dos bens úteis que nos preenchem e nos completam como corpo, como organismo. Atado por uma força insuperável, o limite do viver do trabalhador é circunscrito num horizonte mínimo, a querer anular o projeto e o sujeito que, enfim, cada pessoa representa na so-

cidade. O trabalhador do cacau, de alguma forma, no mistério do viver, terminava por encontrar uma saída, numa combinação que essa experiência do próprio viver oferecia ao espírito atento, rompendo o bloqueio do fluxo do desejo:

Cedo Joaquim fugiu da fazenda. Aquela ânsia de mundo novo que arrancara Antônio Vítor dos braços de Ivone, nas pontes de Estância (Sergipe), e o jogara para as fazendas de cacau (sul da Bahia), de repetição em punho, aquela mesma ânsia arrancara Joaquim (filho de Antônio Vítor) dessas fazendas para o cais de Ilhéus. Aprendeu a dirigir automóveis, a consertar caminhões, fez amizade na Ilha das Cobras. Um dia embarcou de marinheiro e viajou outras terras. Quando voltou sabia de coisas que jamais pensara possíveis, aprendera mistérios que resolviam o destino do mundo. Não se envaideceu (SJ, 112). (As palavras grifadas são do autor).

Dessa massa imensa de proletários mergulhada nas sombras dos cacauais, escapava um ou outro indivíduo (“Joaquim”) que, por uma impulsão qualquer (“...ânsia do mundo novo...”), auscultou outras vozes vindas de outros espaços-tempos, se envolveu com seu sentido, e passou a interrogar o seu próprio espaço, o seu próprio tempo, porque, a seu modo, “...aprendera mistérios que resolviam o destino do mundo”.

Nessa certeza, sabendo “...coisas que jamais pensava possíveis...”, o mundo do cacau vai se deixando mostrar pelo ato do ver atento (...de Joaquim...) que ganha uma modalidade específica de olhar, ao inven-

tar meios para ver melhor, ideologizando-se, no que pôde perceber mudanças que não atingiriam apenas a vida de alguns homens, mas que iriam transformar a região inteira, toda a paisagem do cacau.

Este ato de ver, nessa vinculação ideologizada, constituiu-se em ato de conhecer, de elucidar sentidos apreendendo possibilidades dessas mudanças e orientando-se numa determinada direção, o que fez disso um compromisso de ação somente possível àqueles que superaram a condição de “alugado” enquanto consciência, sabendo-se operário e líder. Mais ainda, reconhecendo-se portadores de direitos que vão além de questões de economia, de segurança social e doméstica, chegando a problemas de qualidade de vida, igualdade, auto-realização, participação e direitos humanos:

Como explicar aos companheiros que o esperam, toda a máquina do imperialismo trabalhando? Joaquim pensa nos companheiros com carinho. São uns poucos homens, pobres e fracos, incultos muitos deles, alguns mal sabem ler, mas se propõem mudar o destino do mundo, “virar pelo avesso” a terra toda, como dizia Canhoto na prisão (SJ, 113).

Esmagado pelo ritmo do trabalho cotidiano, rotina seguida de perto pelo coronel e pelo capataz, o trabalhador, submetido ao longo do tempo, rompeu os ritmos sociais dos encontros, perdeu a força de intercâmbio da solidariedade, inscrevendo como necessidade fundamental do viver a busca incessante do alimento diário. Essa atenção para o efetivo, o material, limitou de forma radical o desenvolvi-

mento de outros interesses, o que fez das atitudes e comportamentos, enquanto cultura subalterna, uma feição reduzida dos elementos da cultura dominante reelaborados nas possibilidades mínimas de que dispuseram os trabalhadores rurais. Importa dizer que o campo de luta desses trabalhadores, que era o espaço de sua vivência, envolvia algo mais que o tradicional sistema de simples base econômica e acolhia também áreas culturais que faziam cada pessoa ser sua experiência cotidiana por inteiro, arranjo que o fazia continuar vivendo, rico de significados e valores, independentemente da “[...] violência que separou suas articulações, desconjuntou seus esforços, esbofeteou sua esperança, espoliou também a lembrança de seus feitos” (Bachelard, 1986: 45):

Eram células fortes, capazes, valentes e combativas, mas não tinham ainda conseguido conquistar os trabalhadores das fazendas, cuja ignorância era tamanha, que muitos deles não sabiam sequer se estavam na República ou na Monarquia. Alguns pensavam que Pedro II reinava ainda no Brasil [...] Aqueles homens que não sabiam ler nem escrever, que vinham das lutas pela conquista da terra, muitos deles um misto de camponeses e assassinos, tinham certa apatia diante da miséria que os dobrava como escravos. Só uma palavra chegava a interessá-los vivoamente: Terra (SJ, 49/50).

Tempo dos Trabalhadores - O Grito de Angústia

A baixa do cacau, resultante da ardilosa armadilha dos exportadores, não apenas empobreceu os fazendeiros. Desestruturou o sistema montado que fazia do coronel um senhor todo poderoso, sustentado por uma milícia particular - os jagunços, e indefesos trabalhadores rurais - os "alugados". A queda dos preços do cacau roubou do coronel as suas terras, o seu prestígio político e a sua honra, e retirou do trabalhador o seu espaço de ocupação. Não há mais trabalho.

Dispensados dos trabalhos da roça, sem ter onde morar, sem ter o que comer, os "alugados", agora inteiramente abandonados, sem direitos e também sem deveres, estavam desnorteados. Vagavam pelas estradas em bandos. Simples despojos daqueles embates que fizeram dos exportadores uns vitoriosos, ao interromper o fluxo de um tempo esgotado, cedendo espaço para um tempo vencedor, o dos exportadores, cuja imagem era traçada de forma radical pela narrativa de ficção: "Pediam esmolas nas estradas, nas ruas dos povoados, nas cidades. Levas e levas de homens encheram os caminhos da terra do cacau, esfarrapados e famintos" (SJ, 245).

A violência desse novo tempo, noite de aniquilamento total do indivíduo, confirmava o "alugado" na condição de vítima eterna de todos os tropeços cometidos nos caminhos do cacau. Agora eram vagabundos desocupados, bandidos:

Mas, apenas as terras passaram às mãos das grandes firmas, esses grupos foram liquidados por enérgica campanha policial que limpou as estradas não só de cangaceiros como de mendigos e vagabundos (SJ, 245).

A vida sofrida, mendigada, vai resistindo e virando apelo. Era o grito surdo de socorro e a imagem insólita do desamparo, em momento de extrema tensão de não poder ser, de não poder desejar, porque cada trabalhador não aprendeu a ver senão as lides com a terra, com o cacau. Mesmo assim, foi aí que esses trabalhadores inventaram formas de sobrevivência, ganharam experiência e articularam as possibilidades de mover-se nesse exercício cruel de tentativas de realização de sua vontade, a contrapelo da estrutura social, do mando absoluto, instalado nas terras do cacau.

O grito surdo de socorro dos corpos perambulando nos caminhos, corpos sem razão, o grito surdo foi coisificado na intolerante exigência das necessidades físicas do alimento diário. O grito surdo de socorro de vítima, inaudível aos vencidos (os coronéis) e aos vencedores (os exportadores), foi escutado por um tempo novo que preconizava a organização da sociedade pós-mercantil, que rejeitava o capital e o mercado e suprimia a propriedade privada dos meios de produção. Tempo novo que se revelou no trabalhador a chama viva que iria modificar o "...destino do mundo...", processo que somente se realizaria na tomada de consciência do próprio valor do agente, que identificaria o alvo a atingir e construiria, na solidariedade com os outros parceiros, o caminho a seguir. Veredas no princípio, mas rumo à destruição

da fonte básica da desigualdade selvagem - o sistema capitalista selvagem. “[...] o militante falara de seus ideais políticos, do mundo futuro de fraternidade, de igualdade, de amor para todos, com que sonhava e pelo qual se batia” (SJ, 215).

Esse grito de angústia do “alugado” terminou funcionando como chave de acesso para o intercâmbio das experiências desse tempo novo socialista com os trabalhadores vitimados pelas lutas em função de domínio das terras do cacau, exportadores contra coronéis. Foi no corpo dessa experiência de lutas e sofrimento, que surgiu, então, esse mecanismo social que fez o sedento reconhecer o lenitivo capaz de promover o alívio desejado, dado que “...nada é mais poderoso do que uma palavra que chegou no tempo certo” (V. Hugo, apud Carmo, 1999: 11):

Conversas estranhas começaram a circular entre os alugados despedidos. Palavras novas, talvez as primeiras palavras de esperança que eles tinham ouvido em toda a vida (SJ, 235).

Nessa fome que estraçalhava o corpo, nada ganhava sentido se a luta inicial não apontasse primeiro para as coisas materiais, o alimento. Embora isso ocorra, as coisas espirituais, o ânimo do faminto, nessa busca do alimento, deveria emergir do próprio grupo sob forma de confiança, de coragem, de astúcia, de firmeza. Esse seria o exercício necessário do caminhar conhecendo o rumo final a que a caminhada se destinava: construir juntos. Caminhar buscando algo para além da satisfação pessoal, em salvação do empreendimento do grupo:

- Nenhum de nós é bandido. Nem vosmicê, nem eu, nem Florindo, nem nenhum [...] A gente não tem o que comer e eles têm que nos dar o que comer... A gente vai se reunir, todos, todos os "alugados" sem trabalho, e vamos pra Itabuna, entramos na cidade e eles têm que nos dar comida [...] (S), 237).

No limite final da resistência, receptivos à mensagem de esperança, o medo de empreender se desfazia e agora, nem a possibilidade da morte, maior dentre todos os males, era impedimento. O espírito parecia libertar-se de todas as dores e todos os prazeres corporais. A luta determinada era agora tábua de salvação única que, a um só tempo, redimia o corpo e a alma, adicionando, nas experiências individuais e coletivas, a percepção de um novo jeito de lidar com o viver, na busca de continuar vivendo e abrindo horizontes ainda nebulosos, constituindo-se em gênese do processo histórico, por se manifestar aí o ser social que se irrompia com a permanência e ganhava mobilidade nessa mediação do viver e do compreender a vivência:

*- Queremos comida [...].
E todos gritaram e o silêncio que os tiros haviam rompido desapareceu por completo. Os soldados, sobre os quais se precipitaram os alugados desarmados, fugiram em pânico[...].
O magriço subiu num dos bancos da praça, disse a que vinham. Queriam comida e trabalho (S), 253).*

Esse foi o momento de perigo, sinal de alarme em meio a uma história de longa tradição de obediência, no anonimato sob as sombras dos cacauais, que fez despertar os trabalhadores, os “alugados”, para a sua força, seu poder de conduzir-se enquanto grupo que se solidarizou na dor e se fez classe, ao experimentar-se como sentimentos, valores, normas. Agora tudo isso passava a compor a substância desses homens que se libertaram da condição de “alugados”, transformando-se em trabalhadores, sujeitos de direitos e deveres. Esses trabalhadores passaram a ocupar o espaço público das relações que faziam do viver um patrimônio social, que preservava o conteúdo de classe - as experiências, enfatizando o caráter político da interpretação do viver, como parte dessas experiências de luta e de resistência à dominação que eles vivenciaram:

Quase todos voltaram a trabalhar nas roças, mas não retornaram como tinham chegado, agora levavam alguma coisa que ensinar aos demais. Alguma coisa que brilhava como uma luz (SJ 255).

Foi como se a narrativa estivesse acenando para uma primeira vitória dos trabalhadores, numa caminhada cujo percurso demandaria outras tantas lutas até “... virar pelo avesso a terra toda...” (SJ, 113), instituindo a solidariedade socialista.

Nesse sentido, os coronéis, que submeteram a seu domínio o espaço-tempo do cacau, terminaram cedendo parte de seu poder aos exportadores. O capital financeiro vai adquirindo a importância que

antes se conferia apenas à terra. A nova estrutura social, que incorporava os exportadores, o capital financeiro, sugeria a existência de uma nova fase configurativa de um novo progresso que se sustentava num tratamento que superou o exercício “não capitalista” realizado pelos coronéis. Esse progresso puxava para dentro da teia social, novos dados, como o reconhecimento de direitos do trabalhador, a presença de tribunais de justiça, e abria caminho para um novo confronto, que a narrativa amadiana apontava, ainda que de modo muito simples: “Alguma coisa que brilhava como uma luz” (SJ, 255).

Luz que representa o marco inicial que fez os “alugados” saírem do anonimato e se qualificarem como trabalhadores, seres dotados de direitos e deveres, homens que começaram a falar, discutir, compreender o processo no qual estavam envolvidos, imaginando saídas. Tem-se, então, uma espécie de representação positiva do oprimido, que não apenas falava, mais que isso, crescia e afirmava sua dignidade na resistência à opressão e na luta por sua superação.

Considerações Finais

[...] cada imagem do passado que não é reconhecida pelo presente como uma de suas preocupações, corre o risco de desaparecer irremediavelmente (Walter Benjamin - Sobre o Conceito da História, em Magia e Técnica, Arte e Política).

A proposta deste trabalho foi compreender aspectos da convivência desse universo social do sul da Bahia, construído a partir da luta em torno do plantio do cacau, tomando como fonte os romances *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, de Jorge Amado.

Com estes dois textos, Jorge Amado pintou alguns afrescos da região cacaueira, compondo não abstrações de um mundo imaginário, mas retratos de homens com quem ele conviveu e de outros de quem ouviu falar. Jorge Amado revelou o modo de viver desses sujeitos frente às épicas lutas pelo domínio das terras para o plantio de cacau, numa aventura audaz. Aventura que fez a história local ganhar velocidade e possibilitou à região compa-
recer no cenário nacional como produtora de uma

riqueza de grande importância econômica, embora de poucos resultados sociais para uma massa imensa de trabalhadores anônimos.

Isso corresponde a entender que Jorge Amado passou a fazer parte de um novo ciclo do movimento literário brasileiro, uma espécie de neo-realismo, com visão crítica das relações sociais, embora, nesses dois textos sob estudo, a tendência do romancista seja a de uma relação de tensão mínima com o mundo objetivo, face à similaridade que ele construiu entre as personagens centrais (os coronéis) e seus familiares (pai e tios), o que configurou nesse olhar pontos fortes de sentimentalismo, ainda que esse olhar esteja revestido pelo crivo da interpretação permitida pela experiência vivida.

Este estudo, assim, revela a radical importância das lembranças de Jorge Amado para tudo o que ele criou e recriou. Em razão dessa força mnemônica, *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus* projetaram, como correlato, uma esfera autônoma, pré-existente, independente do texto, configurada nas terras do cacau e no movimento social que liberou as ações de cada sujeito. E de tal forma esses aspectos foram expressos em esquemas e multiplicidades de pormenores e circunstâncias, que o imaginário ganhou aparência do real, do mundo vivido. Narrativa ficcional que virou descrição da realidade do mundo do cacau em virtude do vigor com que o escritor soube conferir, nos diferentes detalhes, a coerência interna, a lógica das motivações, a causalidade dos eventos.

Nesse sentido, ao apreender o movimento da sociedade do sul da Bahia, os dois textos se constituíram numa espécie de documento histórico, não apenas

porque é um feito do homem enquanto texto em si, mas, sobretudo, porque esboçaram uma ascensão e uma informação, isto é, falaram sobre níveis de vida, de ofícios, de gênero de ocupação, de miséria, de luta econômica ou, enquanto ascensão, declinaram certos pontos de vista de onde descortinaram atitudes sociais, reivindicações proletárias, desajustamentos de classe. Jorge Amado, nesse caso, pode-se afirmar, "...fez história fazendo literatura...", para usar uma feliz expressão de Nicolau Sevcenko (1995: 241).

A literatura de Jorge Amado, pois, ao representar os tempos idos do desbravamento e plantio do cacau, nos seus dramas mais expressivos, revelou o tempo da produção literária do autor, por sua linguagem, por sua ideologia. Nesse meio tempo, o autor se mostrou, em sua plenitude, como filho das terras do cacau, como "rebelde", nos mistérios da "Bahia" e como comunista, nas lides partidárias. Não havia como ver o autor e seu tempo sem fazer o encontro com suas obras. A compreensão de um desses tempos dependia do exame dos outros dois. Foi nesse jogo da busca do conhecimento de cada um desses tempos que este estudo se apropriou do ponto de vista do escritor, de suas intenções e de suas interpretações, analisando a idéia literária naquilo que o autor pensou que era o mundo e naquilo que ele testemunhou sobre esse mundo, na consciência de sua reflexão ou na espontaneidade surgida desse vínculo ao qual o processo histórico submete cada um de nós, condicionando-nos.

Isso significa reconhecer a época em que Jorge Amado escreveu esses dois textos. Época de grandes tensões, de sonhos, de transformação social intensa.

Tudo alimentado pelas vanguardas partidárias, de forte presença ideológica com suas vertentes de pensamento: comunismo, tenentismo, getulismo e fascismo/integralismo.

Nesse clima foi que aconteceu a apreensão, por Jorge Amado, dos sentidos das relações que surgiram no sul da Bahia no momento em que se deram as lutas pelo plantio do cacau, numa tomada de consciência dos dramas sociais presentes nesse espaço.

Ao contribuir para a formação dessa consciência, tem-se um ato de preservação de raízes nacionais, não por relatar grandes realizações, mas por resuscitar “[...] essas lutas, esse matar e morrer, esse desesperado heroísmo de homens varando a selva, disputando-a palmo a palmo, vencendo animais, os outros homens e o mistério da floresta.” (Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras - *in* Jorge Amado *Povo e Terra*). Ato de preservação de raízes nacionais revelados nas práticas significantes capazes de servir de base a uma gestão de relações entre pessoas, numa reapropriação do espaço organizado em razão de uma nova maneira de fazer, por força da presença do cacau, cujo cultivo exigia grande quantidade de trabalhadores.

Lidando com as dificuldades e impedimentos para fazer florir o cacauero e transformar seus frutos em dinheiro e poder, os sujeitos dessas atividades conviveram numa diferença absoluta (dominador e dominado) e numa especificidade radical, materializada nas práticas diárias (de mando e de obediência), que fizeram fragmentar o corpo social em coronelismo e “alugados”.

Nessa relação (dominador/dominado), relação de homens fazendo uma história sem se dar conta desse fazer, mesmo assim sujeitos (atores sociais), nessa relação observa-se atitudes diante da vida, diante da morte, diante do amor, atitudes essas reveladas em diferentes situações que possibilitaram a esses atores, nesse espaço-tempo definido do sul da Bahia, pensar, sentir e agir da forma como o fizeram, exercitando essas experiências do plantar cacau, submetidos a um movimento mundial predominante, o capitalismo, mas ainda vivendo um interlúdio provocado pela ruptura das bases morais da ordem escravista, que sustentava a idéia da inviolabilidade da vontade senhorial como seu fundamento.

Esse fundamento ideológico da classe dominante da sociedade brasileira do século XIX projetava-se no cotidiano das relações sociais, profundamente desiguais, que foram instituídas nas ações que fizeram as matas do sul da Bahia cederem espaço às roças de cacau, refigurando os coronéis e os trabalhadores em “senhores” e “servos”, na qualificação de Jorge Amado.

Terras do Sem Fim e *São Jorge dos Ilhéus* expressam bem todas essas questões ao expor seus coronéis numa relação de dominação absoluta, “feudal”, convertidos, em virtude de móveis capitalistas, em “soldados da fortuna” (Fernandes: 1987, 24). Cada fazendeiro procurava apropriar-se cada vez mais de terras para elevar mais e mais sua produção de cacau, com o sacrifício sem fim da mão-de-obra trabalhadora, assegurando custos de produção os mais baixos possíveis. Surgia daí a estrutura que conferia privilégios excepcionais ao fazendeiro, mas retirava

da lavoura o poder de dinamização da economia interna, ao se tornar uma unidade econômica estanque, fechada em si mesma, submetida a um controle vindo de fora, o dos compradores de cacau.

Na reconstrução desse passado, ao desvelar a miséria e o sofrimento por detrás do fausto produzido pelo cacau, Jorge Amado salvou do esquecimento aquelas esperanças iniciais que fizeram os “alugados” resistir ao domínio absoluto dos coronéis ao se colocarem, mais tarde, como seres de direitos e deveres, sob a proteção de idéias socializantes. Foram passos primeiros de uma conquista social que impôs ao presente obrigações como a de revigorar aquelas primeiras esperanças e atualizá-las como base de uma nova marcha.

Esperanças bloqueadas que impediram os migrantes de virar proprietários de terra e, assim, ganhar direitos políticos ao alcançarem a “cidadania grapiúna” (SJ, 117). Esperanças iludidas que invalidaram os conhecimentos e valores dos trabalhadores do cacau, em decorrência das condições de vida a que foram lançados. Esboços estes da violência escondida sob o paternalismo coronelesco, considerado natural nessa relação de mando absoluto e obediência “servil”.

Resistência não como ato consciente revelado em decidido enfrentamento às ordens do “senhor”, mas como busca firme da sobrevivência nas duras jornadas de trabalho de sol a sol, sentida nas manifestações de lamentos, nos cantos de trabalho, nas fugas intentadas sem sucesso.

Esperanças e resistências que se fizeram códigos cronológicos ordenadores das atitudes, unidades

temporais específicas, reveladoras desses trabalhadores naqueles instantes do viver.

Essa visão de Jorge Amado está presente em *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, menos pela realização lingüística (a narrativa) e mais pelo excesso de percepção (os sentidos não-verbalizados), em que a representação alegórica sempre significa mais do que literalmente diz. Ao fazer isso, revela algumas coisas sobre o mundo ao preço de esconder outras tantas. Esse excesso de percepção, resultante da experiência vivida, transcende ao próprio narrador ao carregá-lo de uma intencionalidade que foi se moldando ao longo dos tempos e que se tornou base de seu processo criador.

Vale ressaltar, pois, que não foram, necessariamente, as origens, as primeiras experiências que fizeram Jorge Amado reconhecer como preocupação sua aquelas imagens do passado de lutas, de dores, de sofrimentos e realizações grandiosas do mundo do cacau. Essa preocupação se constituiu e se assomou no corpo de seu novo viver, fora do mundo do cacau, no plano de seu envolvimento com as idéias novas que ganharam força no Brasil após a Revolução de 30. Idéias que permitiram a participação política, ainda que de forma difusa e com pequeno grau de institucionalização, de setores sociais sensíveis às mudanças estruturais que acenavam para o exercício efetivo de direitos políticos da classe operária.

Este trabalho, assim, ao contemplar diferentes pormenores que compuseram essa teia complexa de enredo e contra-enredo urdidos por Jorge Amado em *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, tornou-se uma espécie de descrição densa daquelas relações

sociais formadas no sul da Bahia, quando do desbravamento de suas matas para o plantio do cacau, sintetizadas nas figuras dos coronéis, jagunços e “alugados”. Figuras essas que somente ganham expressão se vistas inseridas no contexto daquelas lutas desenvolvidas naquele ambiente cultural em que se desenrolaram os acontecimentos descritos, o que envolvia cada um desses personagens (sujeitos) em teias de significados que eles mesmos teceram no correr dos tempos, como criadores e criaturas deles mesmos.

Os romances *Terras do Sem Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, ao abordarem esses temas, esses contextos, desvelando essa teia de significados, sobrepuaram uma atmosfera específica a esse ambiente (de determinação, de coragem), criando forte efeito de compreensão desse mundo, ao mostrá-lo enfaticamente na força do poder alegórico de que a literatura é portadora.

Compreender cada um desses pormenores é envolver-se de forma englobante com as tensões produzidas nesse espaço-tempo da saga do cacau, tornado comunidade cognoscível através do ponto de vista selecionado que Jorge Amado pôde produzir e este estudo pôde refletir.

Esse universo assim visto, apreendido numa reflexão sobre uma fonte privilegiada, o romance, deixou transparecer significados bastante específicos de honra, coragem, persistência, estilo moral e estético, tudo “armazenado” na grapiunidade construída nos fluxos e refluxos e ação, interação, transformação e reconstrução do antigo espaço puramente geográfico, coberto de matas virgens do sul da Bahia.

Na temporalização desse espaço, como formulado na narrativa amadiana, as personagens se insurgem de contingências particularizadas, sob condicionamento de interesses divergentes entre cacauicultores, exportadores e trabalhadores, conotando uma feição histórica da realidade social deste sul da Bahia, ao expor uma sociedade não apenas como tradição, consenso e continuidade, mas também como conflito e mudança, formando um conhecimento útil a seu respeito, tornando-a inteligível.

Fontes e Bibliografia

a) Obras do Autor

AMADO, Jorge. *São Jorge dos Ilhéus*. São Paulo, Martins Editora, 1987

_____ *Terras do Sem Fim*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1987

_____ *O Menino grapiúna*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1982

b) Obras sobre o autor

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Jorge Amado: Política e Literatura*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979

DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: Romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1996

GOMES, Álvaro Cardoso e NEVES, Sônia Regina Rodrigues. *Literatura Comentada: Jorge Amado*. São Paulo: Nova Cultural, 1990

MARTINS, José de Barros (org.). *Jorge Amado: Povo e Terra – 40 Anos de Literatura*. São Paulo, Ed. Martins, 1972

PAES, José Paulo. *De Cacao a Gabriela: um percurso pastoral*. Salvador: Fundação Casa Jorge Amado, 1991

RAILLARD, Alice. *Conversando Com Jorge Amado*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1990

ROCHE, Jean. *Jorge bem/mal Amado*. São Paulo, Ed. Cultrix, 1987

SANTOS, Itazil Benício dos. *Jorge Amado - Retrato Incompleto*. Rio de Janeiro: Record, 1993

c) Jornais e Revistas

ARAÚJO, Octávio. *O tiro certo do coronel*. Veja, São Paulo, nº 845, p. 74 - 78, 14 nov. 1984

FERNANDES, Bob. *O ocaso de uma civilização*. Carta Capital, São Paulo, nº 21, p. 16 - 23, 17 abr. 1996

CANÇADO, José Maria. *Os roteiros perdidos de Jorge Amado*. Leia, São Paulo, nº 121, p. 25 - 27, nov. 1988

CARMO, Paulo Roberto do. *Linguagem desassombrada*. A Tarde, Salvador, 01 mai 1999, Caderno Cultural, p. 11

SANTOS, Camilo José. *Às autoridades judiciais e policiais do termo*. *Gazeta de Ilhéos*, Ilhéos (Bahia), 22 jun. 1905, p.

d) Bibliografia

ARENDT, Hannah. *A Vida do Espírito - O Pensar, o Queerer, o Julgar*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Ed. UFRJ, 1992

_____ *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991

ARRUDA, José Jobson de Andrade, *Experiência de Classe e Experimento historiográfico*

PROJETO HISTÓRIA 12, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo., EDUC, 1995

- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo, Martins Fontes, 1996
- _____ *O Direito de Sonhar*. São Paulo, Difel, 1986
- BAPTISTA, Ana Maria Haddad. *Tempo-Memória em Graciliano Ramos*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1993
- BARROS, Francisco Borges de. *Memória sobre o município de Ilhéus*. Bahia, Tipografia Baiana, 1915
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política – Obras Escolhidas*. São Paulo, Brasiliense, 1994
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha e VEIGA, Sandra Mayrink. *Novo Vocabulário Político*. Petrópolis, Vozes, 1992.
- BORNHEIN, Gerd A. *O Conceito de Tradição*. In: *Cultura Brasileira. Tradição Contradição*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor/Funarte, 1987
- BOSI, Alfredo. *Cultura como Tradição*. In: *Cultura Brasileira. Tradição Contradição*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor/Funarte, 1987
- _____ *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1996
- BOSI, Ecléa (Org.) *Simone Weil – A Condição Operária e outros Estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997
- _____ *Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- BRUNO, Ernani Silva. *História do Brasil - Geral e Regional - 3. Bahia*. São Paulo: Cultrix, 1967
- BUZZI, Arcângelo R. *Introdução ao Pensar – O Ser, o Conhecimento, a Linguagem*. Petrópolis, Vozes, 1992

- CAMPOS, Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1997
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976
- _____ e ROSENFELD, Anatol. *A Personagem de Ficção*. São Paulo, Perspectiva, 1995
- _____ *Ficção e Confissão - Ensaio sobre Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992
- _____ e Outros. *A Personagem de Ficção*. São Paulo, Perspectiva, 1995
- CAPRETTINI, G.P. *Código*, In: *Enciclopédia Eunaudi - Vol. 31 - Signo*. Edição Portuguesa: Imprensa Nacional, 1986
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, Sentido, História*. Campinas-SP, Papyrus, 1997
- CARELLI, Fabiana Buitor. *Porões da Memória - Ficção e história em Jorge Amado e Graciliano Ramos*. Dissertação de Mestrado, USP, 1997
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994
- _____ *A Cultura no Plural*. Campinas-SP: Papyrus, 1995
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural - Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro, Difel, 1990
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo, Ed. Cortez, 1989
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci, um Estudo sobre seu Pensamento Político*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1989

- CRUZ, Heloísa de Faria. *Na Cidade, Sobre a Cidade – Cultura Letrada, Periodismo e Vida Urbana – São Paulo 1890/1915*. Tese de Doutorado em História Social - FFLCH/USP, São Paulo, 1994
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro, Otto Pierre, Editores, 1981
- DECCA, Edgar Salvadori de. *Literatura, Modernidade e História*. In: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp –NU-DECRI. Campinas-SP, UNICAMP 1995
- DINIZ, José Alexandre Felizola e Duarte, Aluizio Capdeville. *A Região Cacaueira da Bahia - Série Estudos Regionais*. Recife, SUDENE, 1983
- DRUMMOND, Andrade. *Congresso Internacional do Medo*. In: Sentimento do Mundo, Obras Completas, Rio de Janeiro, Cia José Aguilar Editora, 1967
- DUBY, Georges. *História social e ideologias das sociedades*. In *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1988
- ECO, Umberto. *Código*, In: *Enciclopédia Einaudi – Vol. 31 – Imagem*. Edição Portuguesa: Imprensa Nacional, 1986
- _____ *Símbolo*, In: *Enciclopédia Einaudi – Vol. 31 – Signo*. Edição Portuguesa: Imprensa Nacional, 1994
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Oswald - Itinerário de um Homem sem Profissão*. Campinas: UNICAMP, 1989.
- ELIAS, Norberto. *O Processo Civilizador – Vol. II*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993

- FALCÓN, Gustavo. *Os Coronéis do Cacau*. Salvador, Ed. CED (Centro Editorial e Didático Da Universidade Federal da Bahia), 1995
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987
- FRYE, Northrop. *O Caminho Crítico*. São Paulo: Perspectiva, 1973
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1993
- FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. *Os Donos dos Frutos de Ouro*. Salvador: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, 1979
- FURTADO, Celso Monteiro. *Discurso*, in: Cadernos de Literatura Brasileira, São Paulo, Instituto Moreira Sales, 1997
- GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo: Cia das Letras, 1974
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Mecanismo de Formação da Propriedade Cacaueira no Eixo Itabuna/Ilhéus – 1890 – 1930 (Um Estudo de História Agrária)*. Salvador. Dissertação de Mestrado de Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1977
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim e FREITAS, Antonio Fernando G. de. *Bahia Cacaueira: Um Estudo de História Recente*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1979
- GATTAI, Zélia. *Um Chapéu para Viagem*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1982
- GOMES, Horizonte. *A Produção no Espaço Geográfico no Capitalismo*. São Paulo: Contexto, 1990.

- GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Graal, 1991
- GORENDER, Jacob. *As novas tendências na obra de Jorge Amado*. Novos Rumos, Rio de Janeiro, 28 jul. - 3 ago. 1961
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990
- HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1995
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *a invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997
- HOBBSAWN, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo. Ed. Martins, 1995
- KOHLSDORF, Maria Elaine. *A Apreensão da Forma da Cidade*. Brasília, Editora UNB, 1996
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995
- LAVIGNE, Eusínio. *Regionalismo Literário*. Rio de Janeiro: Ed. Gernasa, 1971
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997
- LEBRUN, Gérard. *O Conceito de Paixão, in: Os Sentidos da Paixão*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993
- _____ *A Neutralização do Prazer, in: O Desejo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Problemas, Novas Abordagens*,

- Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- LEPENIES, Wolf. *As Três Culturas*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1996
- LIMA, Joelma Varão. *A Mulher na Obra de Jorge Amado*. Dissertação de Mestrado, PUCSP, 1994
- LUCAS, Fábio. *A contribuição amadiana ao romance social brasileiro*. Cadernos de Literatura Brasileira. São Paulo: Instituto Moreira Sales, nº 3, março, 1997
- MENDES JR Antonio (e outros). *Brasil História - Texto e Consulta*. São Paulo: Hucitec, 1991
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Na Trama Urbana: Do público, do privado e do íntimo*, in: Projeto História 13, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, PUC-SP, 1996
- MATOS, Olgária C. F. *Os Arcanjos do Inteiramente Outro*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- MORAIS, Regis de. *Estudos de Filosofia da Cultura*. São Paulo, Edições Loyola, 1992
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História*. In: *Projeto História (10)*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, PUC-SP, dez/1993, tradução da Professora Yara Aun Khoury.
- NOVAES, Adauto. *O Fogo Escondido*, in: *O Desejo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990
- _____ *De Olhos Vendados*, in: *O Olhar*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997
- NUNES, Benedito. *O Tempo na Narrativa*. São Paulo, Ática, 1995

- PAIM, Antonio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. São Paulo, Convívio, 1987
- PAIVA, Márcia de e Moreira, Maria Ester (Coord.). *Cultura. Substantivo Plural*. São São Paulo: Ed. 34, 1996
- PANG, Eul - Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889/1934. A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979
- PAZ, Octávio. *Signos em Rotação*. São Paulo: Perspectiva, 1996
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1965
- PROST, Antoine e VICENTE, Gérard (orgs.). *Da Primeira Guerra a nossos Dias. In: História da Vida Privada*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e Outros ensaios*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976
- RABELO, Maria Aurora de Meireles. *O Materialismo Histórico de Thompson e a Problemática dos Movimentos Sociais – In História & Perspectivas, 6 - 1992* Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Curso de História
- REIS, Carlos Eduardo dos. *O Urbano nos Contos de Rubem Fonseca*. Tese de doutorado, PUCSP, 1996
- RIBEIRO, Darcy. *Caderno de Literatura – N^o 3*. São Paulo, Instituto Moreira Sales, 1997
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo I, II e III*. Campinas, Papirus, 1997
- RONCAYOLO, Marcel. *Território – In Enciclopédia Eunaudi – Vol. 8 – Região*. Edição Portuguesa: Imprensa Nacional, 1986

- ROUANET, Sérgio Pauo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo, Cia das Letras, 1989
- SALES, Fernando. *Memória de Ilhéus*. São Paulo, GRD, 1981
- SAMUEL, Raphael. *Teatros de memória, in: Projeto História 14*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1997
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1997
- _____ *Zona do Cacau*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957
- SARLO, Beatriz. *Paisagenes Imaginária*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1997
- SCHELLING, Vivian. *A Presença do Povo na Cultura Brasileira - Ensaio sobre o Pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire*. Campinas-SP: UNICAMP, 1990
- SEGRE, Cesare. *As Estruturas e o Tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1986
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967
- SOUZA, Jesus David Salles. *Romance e Regionalismo na Saga do Cacau*. Dissertação de Mestrado, USP-SP, 1982
- THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981
- _____ *Costumes em Comum - Estudo sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

- _____ *A Formação da Classe Operária Inglesa*
- Vol. I, II, III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- VÉSCIO, Luiz Eugênio. *História e Literatura: a Porto Alegre dos anos 30 a partir de "Os Ratos"*. Bauru-SP, Universidade do Sagrado Coração-USC, Caderno de Divulgação Cultural nº 42, 1995
- VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Lisboa – Portugal, Edições 70, 1971
- VIEIRA, Elaine Sabra. *A Posse de Terras no Sul da Bahia, na Literatura de Adonias Filho*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1990
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade – Na História e na Literatura*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990
- _____, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979

